



Universidade de Brasília
Centro de Excelência em Turismo
Mestrado Profissional em Turismo

**TURISMO E PÓS-MODERNIDADE:
TEORIA, CULTURA E SUSTENTABILIDADE**

Marina Salim Pires

Orientadora: Professora Cléria Botelho

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Turismo da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de mestre.

Brasília
Julho/2009



Universidade de Brasília
Centro de Excelência em Turismo
Mestrado Profissional em Turismo

Dissertação de autoria de Marina Salim Pires, intitulada “Turismo e Pós-Modernidade: Teoria, Cultura e Sustentabilidade”, apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Turismo, em 30/06/2009, defendida e aprovada pela banca examinadora abaixo assinada:

Professora Cléria Botelho
Orientadora
CET/UnB

Professora Thereza Negrão
CET/UnB

Professor Manuel Ferreira Lima Filho
Universidade Federal de Goiás

DEDICATÓRIA

À Gabriela e à Laura, pelas alegrias e ensinamentos que me proporcionam; ao Diogo, pelo eterno carinho e dedicação; e à família, pelo permanente apoio, ao longo dessa jornada

AGRADECIMENTOS

Aos familiares, por cuidarem das filhas nos momentos de minha ausência para o estudo – especialmente ao Diogo, esposo dedicado e carinhoso; e à Luciana, irmã que contribuiu decisivamente para a conclusão do trabalho. À orientação da Professora Cléria, que norteia e clareia os pensamentos, sem cercear. E ao Ministério do Turismo, por proporcionar essa oportunidade aos servidores.

RESUMO

O objetivo desta dissertação é analisar as características da conjuntura atual, aqui denominada como pós-modernidade, e identificá-las no estabelecimento do turismo contemporâneo. A pós-modernidade, pelo sentido aqui priorizado, representa reação à modernidade, que elegeu o progresso tecnológico-científico como objetivo central e, ao atrelar-se ao desenvolvimento do capitalismo, gerou profundas alterações na conjuntura da sociedade. As implicações das características pós-modernas no turismo são identificadas e analisadas por intermédio de três temas basilares da teoria pós-moderna e essenciais para o turismo, quais sejam: o conhecimento científico, a sustentabilidade e a cultura. Conclui-se pela constatação de que o turismo tem se estabelecido em pilares atualmente em declínio, devido à conjuntura em que surgiu, na década de cinquenta. Apesar disso, o atual momento de transição paradigmática torna as possibilidades mais abertas ao turismo que, concomitantemente, tem o potencial de contribuir para moldar o contexto em que se insere.

Palavras-Chave: Turismo. Pós-modernidade. Cultura. Conhecimento científico. Sustentabilidade.

ABSTRACT

The objective of this paper is to analyze the characteristics of the society, here called post-modern, and identify them within the establishment of contemporary tourism. The sense here prioritized of post-modernity is one of reaction to modernity, which elected the scientific-technological progress as its central objective, and as it entangled itself with the development of capitalism, profound changes were promoted within the society. The outcomes of the post-modern characteristics in tourism are identified and analyzed through three underpinning themes of postmodern theory, which are essential for tourism: scientific knowledge, sustainability and culture. It is concluded that tourism is being established upon pillars there are now in decline, considering the situation in which it emerged, in the fifties. However, the current moment of paradigmatic transition enables more loose and open possibilities to tourism which, simultaneously, has the potential to shape the context in which it is involved.

Key-words: Tourism. Post-Modernity. Culture. Scientific knowledge. Sustainability.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1 - PÓS MODERNIDADE: SIGNIFICADOS E LIMITES	12
1.1 PÓS-MODERNIDADE: ABORDAGEM PRELIMINAR	15
1.2 A TRANSIÇÃO PARADIGMÁTICA NA VISÃO DE BOAVENTURA SANTOS E DAVID HARVEY	20
1.3 A PÓS-MODERNIDADE E A CIÊNCIA	25
1.4 PÓS-MODERNIDADE E SUSTENTABILIDADE	42
1.5 PÓS-MODERNIDADE E CULTURA	47
1.6 CAPITALISMO – UMA BREVE ANÁLISE DE BOAVENTURA SANTOS E DAVID HARVEY	54
1.7 CRÍTICAS À TEORIA PÓS-MODERNA	64
CAPÍTULO II - O TURISMO E A PÓS-MODERNIDADE	70
2.1 CORRENTES PÓS-MODERNAS NO TURISMO	73
2.2. TEMAS PÓS-MODERNOS NO TURISMO	76
2.2.1 Turismo como objeto de estudo científico	79
2.2.2 A sustentabilidade do turismo	89
2.2.3 Turismo e Cultura	113
CONSIDERAÇÕES FINAIS	138
BIBLIOGRAFIA	140

INTRODUÇÃO

Este trabalho parte do pressuposto de que o turismo contemporâneo molda-se em conformidade com as características da atualidade, aqui denominada pós-modernidade. Entretanto, importa ressaltar que há muitos significados atribuídos à pós-modernidade, por vezes até mesmo conflitantes entre si. Assim, faz-se necessário delinear a que pós-modernidade este trabalho se refere, a priori – muito embora não haja a pretensão de atribuir juízo sobre qual significado seja certo ou errado, visto que essa variedade é reflexo das diversas possibilidades de interpretação do momento em que vivemos, acentuada pela transição paradigmática que atualmente nos atinge.

O sentido de pós-modernidade aqui priorizado representa reação à modernidade, que elegeu o progresso tecnológico-científico como objetivo único e, ao aliar-se ao desenvolvimento do capitalismo, gerou profundas alterações na conjuntura social-político-econômica da sociedade. Nesse trabalho, analisaremos alguns temas da teoria pós-moderna que constituem-se de grande relevância para o turismo na atualidade. São eles: 1) o **conhecimento**, incluindo aí as ciências; 2) a **cultura**, e o novo papel a ela atribuído, atualmente; e 3) a mudança na expectativa quanto ao futuro, que em outros tempos era de confiança no progresso tecnológico-científico, e hoje percebe-se que a insegurança predomina; esta mudança na expectativa pode ser traduzida pelo conceito de **sustentabilidade**, atualmente tornado objetivo irremediável para que a sociedade obtenha equilíbrio entre as dimensões social, cultural, ambiental e econômica.

Esses três temas acima elencados podem ser identificados como também fundamentais para a caracterização do turismo dos dias atuais. De fato, essa seria a justificativa para a escolha do objeto de estudo deste trabalho: a constatação de que as bases do turismo contemporâneo se fundamentam nas correntes teóricas que defendem a concepção de pós-modernidade. Essa concepção tem moldado e direcionado as atuais discussões determinantes ao desenvolvimento do turismo. Esclarece-se que, embora esse trabalho seja a finalização de um mestrado profissionalizante, foi adotado caminho baseado exclusivamente no campo teórico, dada a necessidade de reflexão sobre algumas matrizes que norteiam as concepções teóricas sobre o turismo. Desse modo, lidou-se somente com a pesquisa bibliográfica.

Optou-se pela estruturação da dissertação em dois capítulos. O primeiro visa à apresentação das características e críticas à pós-modernidade. Nele, serão apresentadas as duas correntes teóricas que discutem a pós-modernidade, justificando-se a prioridade a uma

delas, talvez menos reconhecida. Serão analisados prioritariamente os três assuntos acima mencionados: conhecimento científico, cultura e sustentabilidade. Os principais representantes teóricos que fundamentam a descrição e análise da pós-modernidade, bem como parte de sua própria crítica, são: Boaventura Santos, em três obras distintas – *Introdução a uma Ciência Pós-Moderna* (1989), *Pela Mão de Alice: o Social e o Político na pós-modernidade* (1995), e o primeiro volume de *Para um Novo Senso Comum: A Ciência, o Direito e a Política na Transição Paradigmática*, intitulado *A Crítica da Razão Indolente* (2007). Igualmente fundamentais são as obras de David Harvey, em especial a primeira: *Condição Pós-Moderna – Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural* (1996) e *A Produção Capitalista do Espaço* (2001).

Resumidamente, será demonstrado, no primeiro capítulo, como o desenvolvimento da ciência e o progresso tecnológico, atrelado aos objetivos do capital, deixaram de cumprir todas as “promessas” do projeto da modernidade, que baseados na Razão Iluminista, sugeriam em seu nascimento o fim da ignorância, pobreza, mazelas sociais e culminariam, até mesmo, na paz mundial (Santos, 1995). Entretanto, conforme se percebe hoje, a crença no progresso científico-tecnológico e econômico entrou em colapso, visto não ter ocasionado as esperadas melhorias na qualidade de vida. Além disso, os “efeitos colaterais” dessa crença são atualmente perceptíveis no meio ambiente, nas disparidades sócio-econômicas e na marginalização de grupos sociais desse “progresso”, e a atual reação contra os “excessos” da modernidade refletem-se em diversos discursos em voga.

Atualmente promove-se, por exemplo, o resgate de valores e tradições de culturas locais – contrapondo-se à hegemonia universal promovida pela modernidade – como fator de inclusão social, contexto em que grupos sociais são legitimados pela diversidade cultural; há, também, a crescente valorização de saberes não circunscritos ao conhecimento científico, além de proliferarem discursos para a inclusão da ética no mundo dos negócios e a percepção da sustentabilidade como conceito fundamental a considerar-se na pauta do desenvolvimento.

O capítulo I serve de base para o capítulo II, possibilitando a identificação das bases estruturantes das teorias do turismo da atualidade. O capítulo II relaciona, dessa forma, as características principais da pós-modernidade ao surgimento e formação do turismo recente, e a razão dos caminhos priorizados até o momento em suas pesquisas e discussões. Nele, o turismo como objeto de estudo científico e as características principais que marcam seus estudos e pesquisas são analisados. Será apresentada, também, a atual situação da teoria sobre a sustentabilidade do turismo, em conformidade com as características anteriormente apresentadas da sociedade pós-moderna. Da mesma forma, a comercialização cultural

promovida e efetuada pelo turismo, considerando a resignificação ocorrida no conceito de cultura na pós-modernidade, também será debatida.

Os autores que embasam a discussão do capítulo II, muito embora raros façam a ligação dos respectivos temas com a pós-modernidade, demonstram e reforçam os conceitos e características da corrente teórica pós-moderna aqui escolhida. A pesquisa bibliográfica do segundo capítulo ocorreu de forma diferente do primeiro, devido à horizontalidade dos temas ali tratados, e considerando-se que o primeiro capítulo foi limitado a dois principais autores, que receberam atenção aprofundada. Dentre muitos outros autores recorridos com menor frequência, os principais teóricos que embasam o capítulo II são: Uriely (1997) sobre o turismo na pós-modernidade; Deis Siqueira (2005) sobre o desenvolvimento do turismo na conjuntura social pós-moderna e os estudos do turismo; Tribe (1997 e 2005), sobre o turismo como objeto de estudo; MacBeth (2005), sobre a sustentabilidade nos estudos do turismo; Saarinen (2006), sobre a sustentabilidade nos estudos do turismo; Yúdice (2006) sobre o novo papel da cultura atual; e a segunda obra de Harvey (2001), sobre a cultura no cenário político-econômico atual.

Dessa forma, este trabalho defende que os três temas-chave essenciais à teoria pós-moderna, tal qual aqui compreendida (dada a diversidade de significados a ela atribuída), fundamentam o surgimento e o perfil do turismo contemporâneo – sendo possível concluir que o turismo, de fato, é fenômeno pós-moderno, guiado e condicionado pelas características predominantes dos tempos atuais.

Entretanto, deve-se ressaltar que a via é de mão-dupla e, embora em menor proporção, o turismo também influencia a atual sociedade por diversas vias: legitimando a idéia de diversidade cultural como fator de inclusão; possibilitando a comercialização das tradições e práticas culturais; contribuindo para o “encolhimento” do mundo, dado o aumento do fluxo de pessoas; e sendo uma das áreas de estudo recentemente surgidas que clamam pela necessidade de pesquisas integradas, holísticas, dada a própria natureza multifacetada; além de muitas outras maneiras aqui não identificadas, ou que somente o tempo permitirá sua identificação.

CAPÍTULO 1 - PÓS MODERNIDADE: SIGNIFICADOS E LIMITES

Sentimos que mesmo depois de serem respondidas todas as questões científicas possíveis, os problemas da vida permanecem completamente intactos.
(Wittgenstein)

A humanidade conta atualmente com complexas forças produtivas, cujo movimento de capital alcançou volumes e velocidades antes inimagináveis. As revoluções tecnológicas e científicas alteraram substancialmente o potencial de geração de bens e serviços – acompanhadas de perto pelo exponencial aumento de “necessidades” inculcadas na sociedade. Atualmente, no que concerne à tecnologias e potencial produtivo, é muito mais viável alcançar o desejado desenvolvimento. Apesar disto, 1,3 bilhão de pessoas mal sobrevivem na faixa de pobreza extrema com menos de um dólar de renda diária, enquanto que outras 3 bilhões têm de subsistir com menos de dois dólares diários. Ainda, 1,3 bilhão de pessoas não possuem água potável, 3 bilhões não têm instalações sanitárias básicas e 2 bilhões não recebem eletricidade (Kliksberg, 2002).

A constatação, em epígrafe, de Wittgenstein (apud Santos, 1989) demonstra a consternada reflexão atualmente suscitada a respeito dos propósitos, conquistas e “efeitos colaterais” do progresso a que a sociedade se lançou a partir do Projeto Iluminista baseado na Razão. Boaventura de Souza Santos – cujas teorias são amplamente utilizadas neste trabalho – afirma que no século XX morreu mais gente de fome do que em qualquer dos séculos anteriores e, mesmo nos países mais desenvolvidos, a perspectiva é que continue a subir a porcentagem dos socialmente excluídos.

A pobreza material, entretanto, não resume a insegurança generalizada de hoje. Alguns séculos atrás, imaginava-se que o capitalismo traria afluência e qualidade de vida, e a racionalização científica possibilitaria o progresso, promovendo como, conseqüência última, a paz. Entretanto, o que se vê hoje é o desenvolvimento tecnológico a favor da guerra e o aumento sem precedentes do seu poder destrutivo.

Santos acrescenta que se imaginava para o futuro uma sociedade mais justa e livre, assente na criação da riqueza – tornada possível pela conversão da ciência em força produtiva –, mas que, na verdade, “conduziu à espoliação do chamado Terceiro Mundo e a um abismo cada vez maior entre o Norte e o Sul” (2007, p 56).

Percebe-se, portanto, que o “progresso” a que o mundo estava fadado, tendo como instrumentos o crescente desenvolvimento da ciência, restringiu-se a um pequeno número de habitantes deste planeta. As ideologias de poucos séculos atrás sobre a “igualdade (em um mundo em que 21% da população mundial controlam 78% da produção mundial), a liberdade e a paz”, suscitam, hoje, a questão sobre “a natureza e a qualidade moral da nossa sociedade”, bem como a necessidade de buscarmos alternativas (Santos, 2007, p 23).

Esse panorama demonstra a necessidade de transformação do *status quo*, que redundava na crise paradigmática a que os teóricos pós-modernos se referem. Essa crise, percebida como uma insegurança no futuro, estaria gerando certa tensão, segundo Boaventura Santos; creio que seja possível perceber os reflexos dessa necessidade de transformação nos mais variados aspectos e áreas da sociedade, inclusive no turismo.

Muitos autores sugerem que a segunda metade do século XX ocorreu em um ritmo diverso do passo anteriormente estabelecido, com diferentes valores, linguagens e signos, que caracterizariam uma nova forma de pensamento, uma nova sociedade: a sociedade pós-moderna. O termo “pós-modernidade” tem sido utilizado, apesar da crítica tanto ao termo quanto ao “modismo” da alcunha. Ressalto que a escolha da expressão, para este trabalho, se deu pela melhor adequação aos assuntos por ele abordados, não por partidarismo de uma ou de outra corrente literária.

É importante ressaltar, ainda, que há outras expressões que igualmente tentam descrever e analisar os tempos atuais, comparativamente a outras épocas históricas. Há quem denomine a sociedade atual como *pós-industrial* (como Manuel Castells), cuja análise, embora abrangente, prioriza as mudanças ocorridas pelo ângulo econômico, como por exemplo, o surgimento de novas tecnologias, do setor terciário, o surgimento dos serviços como base da economia de países desenvolvidos e suas conseqüências (Trigo, 2001, p 43). Trigo aponta que os teóricos que preferem o termo “pós-modernidade” o fazem por abordar a análise da sociedade pelo “nível filosófico e cultural”, ao que se pode acrescentar, ainda, o sociológico e o epistemológico.

Em geral, o conceito de pós-modernidade refere-se a duas frentes distintas, porém complementares: uma delas aborda a análise pelo viés cultural, com reflexos na arquitetura, no cinema, nas relações sócio-culturais instituídas, nas artes em geral e que, muitas vezes, são exploradas pelos efeitos da *espetacularização* da sociedade, do culto à imagem, ao consumismo, ao efêmero e ao fugaz. A segunda trata da mudança paradigmática em áreas estruturantes da sociedade, em que se discute a forma de se conceber o conhecimento (afetando, portanto, a ciência e a metodologia predominante da modernidade, o positivismo),

os novos atores que buscam legitimação, inclusão e compartilhamento do poder (sociedade civil, por meio da diversidade cultural) e trata, por consequência, da forma como o capitalismo se alastrou na modernidade, e qual seu papel na conjuntura atual. Não abre mão, ainda, de tentar extrair características comuns à atual conjuntura social global, apesar da crescente reivindicação pelo local.

Essa corrente visa a refletir sobre a insegurança atual causada pelas consequências (os “efeitos colaterais”) do caminho tomado pelo “projeto da modernidade” (fruto das idéias iluministas), percebendo-se hoje que as bases em que a sociedade se ancorou – refiro-me à crença de progresso pela ciência e pelo desenvolvimento econômico que o capitalismo proporcionaria – são frágeis e geram consequências imprevistas no meio ambiente (incluindo aí a raça humana e os desequilíbrios sociais vigentes), gerando uma crise de valores e princípios. São questões de cunho social-epistemológico, portanto, cujos efeitos podem ser percebidos em diversos espaços, hoje.

Connor, em sua obra intitulada *Cultura Pós-Moderna: Introdução às Teorias do Contemporâneo*, assim aborda as duas correntes da teoria pós-moderna: “de um lado, o compêndio de narrativas acerca da emergência do pós-modernismo na cultura mundial” e, do outro, há um relato que trata da “emergência de novas formas de arranjo social, político e econômico”, que está associado com o primeiro e de muitas maneiras lhe serve de “suporte estrutural”. “Essas duas vertentes (...) seguem caminhos adjacentes, que por vezes se cruzam, mas outras divergem entre si de maneiras significativas” (2000, pp. 29). Importa frisar que este trabalho se fundamenta sobretudo na última corrente mencionada para analisar as características conjunturais em que o turismo surge – na prática e na teoria, como objeto de estudo –, muito embora a primeira corrente tenha gerado muito maior impacto na teoria do turismo, e portanto será apresentada.

O que talvez seja comum a ambas as acepções é a insatisfação com os padrões e processos que embasaram a modernidade. Amarilha consegue captar as diversas facetas do conceito de pós-modernidade e assim o retrata:

Uma trama plural com múltiplos eixos problemáticos. Neste cenário, considerado como o do fim da modernidade, o problema original da sobrevivência da vida na Terra se coloca de maneira crucial e pungente. Em termos ambientais, no sentido da necessidade da manutenção e implemento do equilíbrio de toda a vida; em termos éticos, face às grandes e imponderáveis desigualdades entre diversos grupos humanos; e existenciais, considerando-se a felicidade e o conhecimento, e a busca de novos termos para a sua frutificação, fora do âmbito restrito do consumo e da sobrevivência material. [Conceito em que] há uma avaliação ampla do papel construtivo da desordem, da auto-organização e uma resignificação profunda das idéias de crise e caos, compreendidas mais como informações complexas, do que

como simples ausência de ordem. Mas também, um tempo superficial, fútil, épico e ardente. Onde o cheio provoca o vazio, a saciedade gera a angústia, o permanente é trocado pelo atual, o "mais novo", o "mais moderno". Revelando a sua marca primordial: a paradoxalidade. (2003).

1.1 PÓS-MODERNIDADE: ABORDAGEM PRELIMINAR

Harvey (1996, p 44) descreve o aparecimento de “contraculturas” nos anos 1960:

Antagônicas às qualidades opressivas da racionalidade técnico-burocrática de base científica (...), as contraculturas exploram os domínios da auto-realização individualizada por meio de uma política distintivamente “neo-esquerdista” de hábitos iconoclastas (na música, no vestuário, na linguagem e no estilo de vida) e da crítica da vida cotidiana. Centrado nas universidades, institutos de arte (...), o movimento se espalhou para as ruas e culminou numa vasta onda de rebelião que chegou ao auge em Chicago, Paris, Praga, Cidade do México, Madri, Tóquio e Berlim na turbulência global de 1968. Foi quase como se as pretensões universais de modernidade tivessem, quando combinadas com o capitalismo liberal e o imperialismo, tido um sucesso tão grande que fornecessem um fundamento material e político para um movimento de resistência ...global à hegemonia da alta cultura modernista.

A denominação *pós-modernidade* já revela, por si só, algumas características próprias. É nítido seu posicionamento relativo à modernidade, a começar pela própria alcunha. Harvey (1996, p 19) aponta que a única concordância entre os autores, sobre o conceito, é que a pós-modernidade representa alguma espécie de reação ou afastamento à modernidade. A dificuldade em caracterizar, dar corpo e imagem aos tempos atuais é percebida ainda por Morin (2003, apud Kliksberg, 2002), que afirmou: “Estamos no desconhecido, mais ainda, no inominado. Nosso conhecimento dos tempos atuais manifesta-se apenas no prefixo sem forma “pós” (pós-industrial, pós-moderno, pós-estruturalista) (...). Não podemos dar um rosto a nosso futuro, nem sequer a nosso presente”. Tendo em vista ser a modernidade o único ponto de partida consensual para a compreensão do pós-moderno, é ao sentido da modernidade que devemos dar atenção para compreender contra o quê a pós-modernidade se opõe.

A modernidade pode assim ser resumida: “Geralmente percebido como positivista, tecnocêntrico e racionalista, (...) identificado com a crença no progresso linear, nas verdades absolutas, no planejamento racional e ordens sociais ideais, e com a padronização do

conhecimento e da produção”; já o pós-moderno, em contraste, privilegia “a heterogeneidade e a diferença como forças libertadoras na redefinição do discurso cultural” (Precis 6, 1987 apud Harvey, 1996 p 19). Essa definição dá somente vaga idéia.

Ela está associada, ainda, ao que seria o fim da história universal e das grandes teorias. Sobre esse assunto, Trigo explica que os grandes pensadores - como Descartes, Hume, Kant, Hegel, Marx ou Sartre – propunham teorias para interpretar a realidade:

Esses discursos tentavam abranger a totalidade do universo conhecido, dos problemas sociais e científicos em geral, por isso, Lyotard denomina-os “metadiscursos”. Uma das características da pós-modernidade é justamente a de questionar esses metadiscursos, porque eles, na tentativa de abarcar o todo, acabariam se tornando dogmáticos, fechados e excludentes. Essa tentativa de dar conta da totalidade da sociedade e do indivíduo como sistemas de pensamento vão se tornando obsoletas, incompletas ou simplesmente falsas, [e] é preciso manter a abertura conceitual e metodológica para que os discursos não se desacomplem da realidade e se tornem invólucros vazios sem significado histórico e social (Trigo, 2001, p 44).

O fim das metanarrativas é alardeado por seus principais defensores: Giddens declara o fim da *grand narrative* (1991); ou da “teoria totalizante”, para Connor (2000). Nesse sentido, a pós-modernidade aceita o “efêmero, o fragmentário, o descontínuo” (Harvey, 1996, p 49). Harvey aponta diversas implicações dessa mudança. Seria o fim, por exemplo, de uma história humana universal defendida pelos historiadores em geral. Neste sentido, Santos (2007, p 88) afirmou que as metateorias consagram as experiências dominantes (de uma raça, sexo, classe ou etnia dominante) em experiências universais; não seriam, portanto, legítimas.

Giddens, na mesma linha de pensamento, alega que a condição da pós-modernidade é caracterizada por uma “evaporação da *grand narrative* – o “enredo” dominante por meio do qual somos inseridos na história como seres tendo um passado definitivo e um futuro previsível. A perspectiva pós-moderna vê uma pluralidade de reivindicações heterogêneas de conhecimento, na qual a ciência não tem um lugar privilegiado.” (1991, p 15). O autor declara ainda que a perda da crença no ‘progresso’, “é um dos fatores que fundamentam a dissolução de ‘narrativas’ da história.” (p 19). Dada a descontinuidade da história, e o fim das grandes narrativas, compreende-se o surgimento do espaço local como novo cenário em que se desenvolvem os novos atores e, conseqüentemente, os conflitos de poder.

Associada à noção de fim das metanarrativas surge, neste sentido, o “desconstrucionismo” no âmbito cultural, que Harvey explica ser a “ênfase no processo, na

performance, na participação. (...) A minimização da autoridade do produtor cultural cria a oportunidade de participação popular e de determinações democráticas de valores culturais”. Percebe-se, assim, como a cultura adquiriu tanta importância no contexto pós-moderno, em que as reivindicações de democracia, cidadania, diversidade, inclusão de grupos minoritários, etc. se associam. Percebe-se, ainda, que o novo papel atribuído ao conceito de cultura (como fator de inclusão social pela diferença) é intermediado pelo mercado, conforme percebemos na continuação da definição de “desconstrucionismo” oferecida por Harvey: “o produtor cultural só cria matérias-primas (fragmentos e elementos), deixando aberta aos **consumidores** a recombinação desses elementos da maneira que eles quiserem. O efeito é quebrar (desconstruir) o poder do autor de impor significados ou de oferecer uma narrativa contínua.” (grifo nosso; 1996, p 53 a 55).

Cabe ressaltar a forma como Harvey apontou (embora sem enfatizar) a associação entre a democratização da cultura e o caráter de consumo a ela associado, insinuando como a diversidade cultural se legitimou devido a sua comercialização; essa questão está intimamente relacionada ao turismo, como se verá adiante (capítulo II). Note-se que, embora Harvey tenha somente citado essa questão na obra de 1996, ele a analisou ricamente em 2001.

Eagleton, por sua vez, assinala que o momento atual é “de despertar do pesadelo da modernidade, com sua razão manipuladora e seu fetiche da totalidade, para o pluralismo retornado do pós-moderno, essa gama heterogênea de estilos de vida” (apud Harvey, 1996 p 19). Lyotard e Derridá, dentre outros, são alguns dos principais autores que deram início à teoria pós-moderna, em geral, e a essa corrente específica; essa pode ser vista como a corrente principal da teoria pós-moderna, no sentido de ser a mais estudada, promovida e criticada pelos estudiosos subseqüentes. Por ser a corrente mais conhecida (muitos resumem a pós-modernidade a ela), é também mais duramente criticada por ser considerada um meio de comercialização de modismos e fetiches, dado o discurso do “heterogêneo”.

Outras características da modernidade, e da pós-modernidade que a ela se contrapõe, serão apresentadas ao longo deste trabalho, em conformidade com os assuntos a serem desenvolvidos. Entretanto, há que se ressaltar sobre a imprecisão de pontuar, no tempo e no espaço, o fim ou o início de um paradigma. Este seria um período de transição; a oscilação, ora tendendo a um lado, ora a outro, mostra que um não elimina o outro automaticamente; podem conviver mesclados e assim permanecerem por longos períodos. Santos, com relação a este tema, só se torna categórico para afirmar que “A relação entre o moderno e o pós-moderno é uma relação contraditória. Não é de ruptura total como querem alguns, nem de linear continuidade como querem outros. É uma situação de transição em que há momentos de

ruptura e momentos de continuidade.” (1995, p 103). Frederico Viotti, sobre essa questão, destaca que muitos autores analisam a pós-modernidade sem pesquisar sua origem histórica e, portanto, a pós-modernidade não seria uma ruptura com o paradigma da modernidade, pois:

[S]e existe uma ruptura paradigmática, ela tem uma causa, uma origem, mediata ou imediata, em fatos que produziram o efeito da mudança. Ou seja, a Pós-modernidade foi gerada na Modernidade, assim como a Revolução Francesa o foi no Absolutismo (...) A mudança de um "paradigma", para ocorrer, necessita de um processo lento de transformação de valores e costumes. Desta forma, a Pós-modernidade representa, por um lado, uma ruptura com a modernidade; mas, por outro, uma simples continuação de um processo transformador que começou antes mesmo dessa Modernidade. (Viotti, 1995 apud Amarilha, 2003).

Além das divergências entre os autores sobre a continuidade ou não do paradigma da modernidade, diverge-se também sobre se a crise está restrita a certas áreas ou se é generalizada. Acredito que estas questões estejam relacionadas, isto é: se a crise se restringe a algumas áreas, o paradigma em si, os pilares em que o pensamento humano se sustenta não necessariamente estaria em crise, portanto provavelmente a crise seria uma continuidade da modernidade, que necessitaria somente “aparar as arestas” e se adequar a novas exigências. Por outro lado, se a crise envolve não só certas áreas da vida em sociedade, mas sim os próprios princípios que fundamentam e estruturam a sociedade, cujas perguntas não mais encontram respostas nos atuais modelos de pensamento e princípios, então pode-se concluir que a crise é paradigmática, e somente um novo paradigma pode alcançar os novos anseios desta nova sociedade.

Neste ponto, tendo a concordar com Santos, acreditando estarmos vivendo uma primeira fase de uma transição que inevitavelmente culminará em um novo modo de pensar, com novos alicerces do pensar, caracterizando a crise atual, portanto, como geral e não contínua ao paradigma anterior da modernidade. Ainda assim, acredito que ainda levará certo tempo até que se possa afirmar, com algum grau de certeza, sobre o que exatamente se passa, dada a dificuldade de se avaliar o presente quando estamos imersos nele: “Na tentativa de compreender nossos eus contemporâneos no momento presente, não há postos de observação seguramente afastados, nem na “ciência”, nem na “religião”, nem mesmo na “história”. Estamos no e pertencemos ao momento que tentamos analisar, estamos nas e pertencemos às estruturas que empregamos para analisá-lo” (Connor, 2000 p 13).

Esse momento de transição demonstra ainda uma característica básica dos tempos atuais, que os autores concordam serem fruto da descrença quanto aos valores e diretrizes da

era moderna: a insegurança. Santos identifica e explica que, neste início de milênio, a discrepância entre as “experiências” e as “expectativas” é um desafio, visto que, no paradigma da modernidade, tinha-se a idéia de que as experiências do presente seriam excedidas pelas expectativas quanto ao futuro – a noção de progresso, portanto, era unânime (basta lembrar do mote nacional: *Brasil – Um País do Futuro*).

Já ao final do século XX, a discrepância entre experiências e expectativas teria sido invertida, dada a insegurança quanto ao futuro: “Às experiências de hoje, por mais medíocres, teme-se que se sigam outras no futuro ainda mais medíocres” (Santos, 2007, p 33). Apesar da sensação de desamparo do Estado (dada a política neoliberal), do acirramento do individualismo e da competitividade, do colapso do sistema financeiro, do desemprego, da crise ambiental – dentre outras características atuais que causam insegurança na atualidade –, a impressão é que o futuro ainda nos reserva inseguranças e temores ainda maiores.

Essa insegurança da atualidade quanto ao futuro não se restringe à economia e meio ambiente, mas aponta ainda para um vazio interior – que se contrapõe à saciedade material –, caracterizando a crise moral, a que Santos se refere. Para ele, a crise moral do nosso tempo é uma crise do pensamento iluminista porque, embora possa de fato ter permitido ao homem se emancipar da “tradição da Idade Média em que sua liberdade individual estava submersa”, a afirmação do “eu sem Deus”, no final, negou a si mesmo, já que, na ausência da Sua verdade, a razão foi deixada sem nenhuma meta espiritual ou moral (Harvey, 1996). Ressaltando que Deus, no sentido aqui utilizado, representa a necessidade de valores mais “humanos”, como ética, justiça social, solidariedade e senso de coletividade, tão necessários, hoje – não a defesa da religião, que representou mais uma maneira de segregação e conflito entre grupos sociais.

Um elemento fundamental da teoria pós-moderna é a identificação e crítica à ciência moderna. Foucault, representante da vanguarda da teoria pós-moderna, expôs “as opacidades e os silêncios produzidos pela ciência moderna”, conferindo credibilidade à busca de “regimes de verdade” alternativos, formas marginalizadas de conhecimento, suprimidas e desacreditadas pela ciência moderna (Santos, 2007, p 26). Além disso, Foucault demonstrou que o conhecimento pós-moderno baseia-se na idéia de que todas as relações de poder são políticas, assertiva com que Santos concorda, embora não totalmente¹.

¹ Ao contrário de Foucault, Santos não renuncia a estruturar e a hierarquizar as formas de poder e de relações de poder: “Se o poder está em todo o lugar, não está em lado algum” (2007, p 114). Inclino-me a concordar com o ponto de vista de Santos, e acrescento ser ingênua a noção de que não há hierarquia por causa da emergência de novos atores no cenário de poder.

1.2 A TRANSIÇÃO PARADIGMÁTICA NA VISÃO DE BOAVENTURA SANTOS E DAVID HARVEY

Esta caracterização a seguir se baseia principalmente nos pontos de vista de Boaventura Santos e Harvey, extraídas de três obras distintas de Boaventura Santos: *Introdução a uma Ciência Pós-Moderna* (1989), *Pela Mão de Alice: o Social e o Político na pós-modernidade* (1995), e o primeiro volume de *Para um Novo Senso Comum: A Ciência, o Direito e a Política na Transição paradigmática*, intitulado *A Crítica da Razão Indolente* (2007); e das obras de David Harvey: *Condição Pós-Moderna – Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural* (1996) e *A Produção Capitalista do Espaço* (2001).

Os autores escolhidos para embasar teoricamente este trabalho têm estilos diversos. Enquanto David Harvey analisa profundamente diversos assuntos distintos, relacionando-os, Boaventura de Souza Santos elabora uma ampla composição teórica, estruturando-a de maneira a ser visualizada; essa estruturação abrange todos os assuntos simultaneamente, por meio de conceitos e terminologia por ele próprio criados. Embora esse estilo se torne bastante elucidativo para o leitor, torna-se difícil a apresentação de sua teoria sem recorrer a esses conceitos e termos. Ainda assim, espero tornar seu ponto de vista de fácil assimilação.

Santos afirma que o projeto da modernidade se baseia em dois pilares fundamentais, os pilares da **regulação** e o da **emancipação**. Cada um constitui-se por três princípios: “O pilar da regulação é constituído pelo princípio do *Estado*, cuja articulação se deve principalmente a Hobbes; pelo princípio do *mercado*, dominante sobretudo na obra de Lock; e pelo princípio da *comunidade*, cuja formulação domina toda a filosofia política de Rousseau”. O pilar da emancipação, por sua vez, seria constituído por três lógicas de racionalidade: a racionalidade estético-expressiva da arte e da literatura; a racionalidade moral-prática da ética e do direito; e a racionalidade cognitivo-instrumental da ciência e da técnica. O autor sustenta que, embora as lógicas da emancipação racional visem à orientação da vida prática das pessoas, “cada uma delas tem um modo de inserção privilegiado no pilar da regulação” (Santos, 1995, p. 77).

O autor acredita que o projeto da modernidade era ambicioso e revolucionário, tendo em vista o objetivo de relacionar o pilar da regulação ao pilar da emancipação, vinculando-os por sua vez à “racionalização global da vida coletiva e da vida individual” em todos os aspectos concernentes a cada um dos princípios e racionalidades dos dois pilares. Essas vinculações garantiriam o desenvolvimento harmonioso de valores contraditórios: “da justiça

e da autonomia, da solidariedade e da identidade, da emancipação e da subjetividade, da igualdade e da liberdade”. Na teoria, portanto, a modernidade seria realmente um projeto formidável para a humanidade, por isso a crença geral de que o progresso a que ela se propunha poderia acarretar, de fato, a melhoria na qualidade de vida da sociedade como um todo.

Santos (1995, p. 77) explica que a racionalidade estético-expressiva da arte e da literatura articula-se privilegiadamente com o princípio da comunidade, “porque é nela que se condensam as idéias de identidade e de comunhão sem as quais não é possível a contemplação estética”. A racionalidade moral-prática da ética e do direito liga-se ao princípio do Estado “na medida em que a este compete definir e fazer cumprir um mínimo ético para o que é dotado do monopólio da produção e da distribuição do direito”. Por último, a racionalidade cognitivo-instrumental da ciência e da técnica se corresponde com o princípio do mercado, “não só porque nele se condensam as idéias da individualidade e da concorrência, centrais ao desenvolvimento da ciência e da técnica, como também porque já no século XVIII são visíveis os sinais da conversão da ciência numa força produtiva”.

A tensão inicial entre os pilares era natural e supostamente denotava o desenvolvimento de ambos os pilares. Entretanto, essa tensão foi enfraquecida como consequência da “redução da emancipação moderna à racionalidade cognitivo-instrumental da ciência” e da “redução da regulação moderna ao princípio do mercado”, que teriam sido incentivadas pela conversão da ciência na principal força produtiva. Essas seriam, por sua vez, as “condições determinantes do processo histórico que levou a emancipação moderna a render-se à regulação moderna” (Santos, 2007, p 57). O autor considera previsível esse desfecho, visto que o projeto da modernidade seria demasiadamente grandioso e ousado, pois cada um dos pilares – o da emancipação e da regulação – tenderia a ampliar seus próprios interesses que, contrapostos ao do outro pilar, prejudicariam naturalmente um ao outro. Estaria fadado, portanto, ao não cumprimento.

O autor prossegue argumentando que, de fato, ao nível da regulação, a idéia do desenvolvimento equilibrado entre seus princípios, que estava bem presente na filosofia política liberal do século XVIII, “colapsa e decompõe-se no desenvolvimento sem precedentes do princípio do mercado, na atrofia quase total do princípio da comunidade e no desenvolvimento ambíguo do princípio do Estado”, já no século XIX. O autor argumenta que, no atual contexto, estamos no culminar deste processo, em que o pilar da emancipação entrou em colapso e se fundiu plenamente ao pilar da regulação. Assim, “o paradigma da

modernidade deixa de poder renovar-se e entra em crise final. O fato de ainda continuar dominante deve-se à inércia histórica” (Santos, 2007, p 15).

Santos (2007, p 45) estipula ainda que, relativamente a cada pilar, existe um tipo de conhecimento, ou seja: existem o conhecimento-regulação e o conhecimento-emancipação. Ele explica que o conhecimento-emancipação é uma trajetória entre um estado de ignorância que ele designa por *colonialismo* (definida por ele como a ignorância da reciprocidade e a incapacidade de perceber o outro a não ser como objeto) e um estado de saber, a *solidariedade*, que “é o reconhecimento do outro como igual, sempre que a diferença lhe acarrete inferioridade, e como diferente, sempre que a igualdade lhe ponha em risco a identidade”. Por outro lado, o conhecimento-regulação é uma trajetória entre o estado de ignorância intitulado *caos* e um estado de saber denominado *ordem*.

A princípio, deveria haver uma vinculação recíproca entre os pilares, implicando um “equilíbrio dinâmico” entre estes dois modelos de conhecimento. “Isto significa que o poder cognitivo da ordem alimenta o poder cognitivo da solidariedade, e vice-versa”² (Santos, 2007, p 78). Entretanto, no paradigma da modernidade, a ciência moderna teria se transformado na forma privilegiada do conhecimento-regulação, abandonando totalmente a outra possibilidade de conhecimento inscrita no paradigma da modernidade: o conhecimento-emancipação. Pelo primeiro tipo de conhecimento, conhecemos criando ordem; a pós-modernidade, nesse sentido, “levanta a questão sobre se é possível conhecer criando solidariedade”, associada ao conhecimento-emancipação. Visto que a modernidade embasou e legitimou sua produção de conhecimento sob uma única forma, a que impõe ordem, o autor reconhece a atual dificuldade em conceber uma forma de conhecimento que crie solidariedade, sendo assunto geralmente não “legítimo” para se tratar em círculos legitimados de conhecimento, hoje: as universidades (Santos 2007, p 245).

Entretanto, o autor afirma que nos últimos duzentos anos a racionalidade cognitivo-instrumental da ciência e da tecnologia foi se impondo às demais, acarretando na primazia do conhecimento-regulação sobre o conhecimento-emancipação, o que permitiu ao primeiro “recodificar nos seus próprios termos o conhecimento-emancipação”. Assim, e considerando a contradição entre os valores de cada pilar, inverteram-se o significado de cada trajeto, conforme o autor: “o estado de saber no conhecimento-emancipação passou a estado de ignorância no conhecimento-regulação (a solidariedade foi recodificada como caos) e,

² A realização deste equilíbrio dinâmico foi confiada às três lógicas de racionalidade do que o autor denomina conhecimento emancipação, quais sejam: a racionalidade moral-prática, a racionalidade estético-expressiva e a racionalidade cognitivo-instrumental.

inversamente, a ignorância no conhecimento-emancipação passou a estado de saber no conhecimento-regulação (o colonialismo fora recodificado como ordem)” (Santos, 2007, p 79). Ele assegura que esta seria a razão por que a solidariedade esteve sempre fora da pauta de assuntos ‘sérios’ relacionados à política ou ciência, por exemplo; e por que a obediência do cidadão (vinculada à ordem) é bem vista e almejada socialmente.

Assim, haveria um excesso de regulação, causada pela redução do pilar da emancipação à ciência (ignorando as outras duas racionalidades: das artes/literatura e da ética/direito) e pela redução do pilar da regulação ao princípio do mercado – ignorando os outros dois princípios: da comunidade (atrofiado) e o do Estado (cujo desenvolvimento, de fato vigoroso, teria sido ambíguo, dada a articulação densa com o mercado), motivadas pelo atrelamento da ciência/técnica aos objetivos do mercado. Isso, na visão do autor, teria enfraquecido o pilar da emancipação e ocasionado a crise do paradigma da modernidade.

A intensidade e o excesso destas transformações tornam o pilar da emancipação cada vez mais semelhante ao pilar da regulação. O objetivo destas transformações, segundo Santos (1995, p 86), seria tentar redefinir o projeto da modernidade em termos do que era possível na sociedade capitalista – concentrando nisso todas as energias, e, portanto, cumprindo-se em excesso –, relegando-se ao esquecimento, as promessas não contempladas no escopo das possibilidades, ignorando-se as propostas de liberdade, igualdade, e solidariedade igualmente conjecturadas inicialmente na Revolução Francesa.

A racionalidade estético-expressiva também teria sofrido transformações, simbolizadas, segundo Santos, pela passagem da cultura da modernidade ao modernismo cultural, cujo mote “a arte pela arte” demonstra sua dissociação com a comunidade, simbolizada ainda “na oposição irreconciliável entre a alta cultura e a cultura de massas e na recusa do contexto social bem evidenciada na arquitetura modernista da megalópole”, claramente feita para demonstrar a opulência do progresso, esquecendo-se que as construções são feitas pelo/para o homem. O modernismo, assim, representava fielmente a prevalência da ordem e da racionalidade técnico-científica. O autor então cita a “grande divisória”, argumento teórico de Andreas Huyssen (1986, apud Santos, 1989 p 85), para quem o que caracteriza mais profundamente o modernismo é a sua “ansiedade da contaminação”, da contaminação com a política ou com a cultura popular ou de massas.

Santos expande essa noção da “ansiedade de contaminação” para outros campos da racionalidade. No caso da racionalidade moral-prática, estaria presente na forma política do Estado que “ao mesmo tempo que penetra mais profundamente na sociedade fá-lo através de soluções legislativas, institucionais e burocráticas que o afastam progressivamente dos

cidadãos, aos quais, de resto, é pedida cada vez mais a obediência passiva em substituição da mobilização ativa” (Santos, 1989 p 82 a 86).

Ao mesmo tempo, essa ansiedade se apresentaria na racionalidade cognitivo-instrumental pelo surgimento das várias epistemologias positivistas, pela construção de um conhecimento científico “autônomo perante os valores e a política, pela glorificação de um conhecimento científico totalmente distinto do conhecimento do senso comum e não contaminado por ele, e ainda pela crescente especialização das disciplinas, ou seja, pela vigência da ansiedade da contaminação no interior da própria ciência”. No domínio da racionalidade moral-prática, essa ansiedade seria manifestada pela elaboração e consolidação da microética liberal – “a responsabilidade moral referida exclusivamente ao indivíduo” (Santos, 1989 p 82 a 86).

Embora o autor demonstre que o projeto da modernidade estava fadado a ser substituído, ele afirma que a extinção do paradigma da modernidade é complexa visto que é, por um lado, um “processo de superação” e por outro, um “processo de obsolescência”. É superação na medida em que a modernidade cumpriu algumas das suas promessas, inclusive, cumpriu-as em excesso, excedendo a todas as expectativas; e é obsolescência na medida em que a modernidade “está irremediavelmente incapacitada de cumprir outras das suas promessas”, e em tudo o que não cumpre é “suficientemente convincente para negar que haja algo ainda a cumprir” (Santos, 1995, p 76).

O excesso no cumprimento de promessas a que Santos (1995, p 81) se refere é exemplificado, além pelo “fulgurante avanço do conhecimento científico”, também pelo desenvolvimento do mercado, evidente “no surto vertiginoso da industrialização”, na crescente importância das cidades comerciais, e também “na conversão da complexa filosofia política liberal num princípio unidimensional (...) – o princípio do *laissez faire*”. Por outro lado, a questão sobre o déficit relaciona-se ao princípio da “comunidade, que era em Rousseau uma comunidade concreta de cidadãos tal como a soberania era efetivamente do povo, [mas] reduziu-se a um composto de dois elementos abstratos: a sociedade civil, concebida como agregação competitiva de interesses particulares, suporte da esfera pública, e o indivíduo, formalmente livre e igual, suporte da esfera privada e elemento constitutivo básico da sociedade civil”.

Visto ser irremediável o processo em que a emancipação teria se transformado em regulação, e a regulação se reduzido aos objetivos do mercado, o projeto da modernidade estaria fadado ao fim. O autor afirma ser impossível desvencilharmos-nos desta situação com

base nos conhecimentos e princípios deste paradigma; a solução estaria, assim, fora dele, que se tornou insustentável e inviável (Santos, 1995).

Paralelamente à conceituação apresentada acima, Santos (2007 p 16) defende que a transição paradigmática tem várias dimensões, das quais ele destaca duas: a epistemológica e a social. A transição epistemológica ocorre entre o paradigma dominante da ciência moderna e o paradigma da ciência pós-moderna; já a transição social seria “menos visível [e] ocorre do paradigma dominante – sociedade patriarcal; produção capitalista; consumismo individualista e mercadorizado; identidades-fortaleza; democracia autoritária; desenvolvimento global desigual e excludente” para um paradigma que por enquanto não se é possível conhecer. A crise epistemológica é, assim, fundamental para compreender o surgimento do pensamento pós-moderno, por ser parte constituinte dessa mudança paradigmática e, também, por ser uma de suas facetas mais visíveis.

A partir deste ponto, iniciaremos análise e discussão dos três pontos aqui considerados basilares para a teoria pós-moderna, que alego serem fundamentais para o turismo contemporâneo. Posteriormente, será dada atenção especial também ao desenvolvimento do capitalismo na modernidade, dado o papel relevante que exerceu no turismo, e que perpassa os três assuntos escolhidos. Enfatizamos que a argumentação, a seguir apresentada, tem por base prioritária a corrente teórica pós-moderna voltada para as diretrizes e princípios modernos que redundaram na atual crise paradigmática, ou seja: utilizará as teorias e argumentos comumente associados ao que Harvey denomina como o “ângulo progressista”, ou a “pós-modernidade de oposição” de Santos. Na seqüência trataremos do primeiro desses pilares estruturais da sociedade pós-moderna: o conhecimento científico.

1.3 A PÓS-MODERNIDADE E A CIÊNCIA

Na esteira de Foucault, dentre outros, Santos argumenta que a ciência foi consagrada como único conhecimento legitimado pela sociedade moderna, cuja hegemonia reside na “prerrogativa de representar a realidade no que ela tem de mais verdadeiro, importante e válido”, transformando-se em árbitro entre o central e o periférico, o verossímil e o inverossímil, o relevante e o irrelevante, o legítimo e o ilegítimo (2007 p 191 e 192). Isso somente teria sido possível porque a ciência se transformara em um “sistema de representação” que, não sendo percebido como tal, aparenta uma “ilusão da transparência

[que] só é credível através da eliminação ou neutralização do meio, veículo ou mediador da apresentação”, ou seja, tornando visível os pilares científicos para demonstrar as implicações do conhecimento científico na sociedade, a forma com que ele se auto valida, bem como seus limites estruturais e suas fragilidades. Paradoxalmente, Santos argumenta que essas insuficiências estão se tornando visíveis, dentre outros fatores, graças ao enorme avanço científico que o próprio paradigma da modernidade propiciou (2007, p 68).

A crise paradigmática é percebida por muitos autores sob variadas perspectivas. Santos a percebe como sendo principalmente uma crise do conhecimento, porém não restrita a ela: “esta transição paradigmática, longe de se confinar ao domínio epistemológico, ocorre no plano *societal global*”. Ele afirma que estão ocorrendo crises que atravessam todas as áreas das ciências, e que “põem em causa a própria forma de inteligibilidade do real que um dado paradigma proporciona e não apenas os instrumentos metodológicos e conceituais que lhe dão acesso”. Nestas crises, “a reflexão epistemológica é a consciência teórica da precariedade das construções assentes no paradigma em crise e, por isso, tende a ser enviesada no sentido de considerar o conhecimento científico como uma prática de saber entre outras, e não necessariamente a melhor”. Nesse sentido, ele sustenta que “a ciência moderna (...) tem-se vindo a converter, ela própria, num problema sem solução, gerador de recorrentes irracionalidades.” (Santos, 1989, p 18).

Sendo o conhecimento científico a voz legitimada da modernidade, nada mais natural que a crise daquele paradigma recaia em grande parte sobre ele. Bauman igualmente acredita que esta crise estaria gerando uma mudança no papel do conhecimento e dos intelectuais (1987 apud Urry, 2004). O autor aponta que, na modernidade, enfatiza-se a totalidade ordenada, a busca pelo controle e o aumento maior e único sobre a ordem natural das coisas. Nela, cabe aos intelectuais o papel de “legisladores”, por terem a autoridade para o argumento definitivo, com “autoridade para arbitrar legitimada pelo conhecimento superior”, por sua vez garantido pelos procedimentos científicos que asseguram a verdade, minimizam o risco e geram segurança para a população em geral.

Em tom frustrado, Santos concorda com Wittgenstein – citado em epígrafe – quando percebe que mesmo após o prodigioso desenvolvimento científico durante o paradigma da modernidade,

a acumulação de tanto conhecimento *sobre* o mundo se tenha traduzido em tão pouca sabedoria *do* mundo, do homem consigo próprio (...) [Isso] deveu-se à hegemonia incondicional do saber científico e à conseqüente marginalização de

outros saberes vigentes na sociedade, tais como o saber religioso, artístico, literário, mítico, poético e político, que em épocas anteriores tinham em conjunto sido responsáveis pela sabedoria prática (...). A vocação técnica e instrumental do conhecimento científico tornou possível a sobrevivência do homem a um nível nunca antes atingido (...) mas, porque concretizada sem a contribuição de outros saberes, aprendemos a sobreviver no mesmo processo e medida em que deixamos de saber viver... (Santos, 1989).

Para o autor, o fato de esse diagnóstico estar atualmente se consolidando significa, por si próprio, “que o paradigma da ciência que presidiu a esse processo histórico se encontra em crise e que a crise não é superável mediante simples reformas parciais do paradigma” (Santos, 1995). A frustração – por ter-se acreditado que o progresso científico por si só seria a solução para todos os problemas da humanidade, e perceber o quão falha foi esta expectativa – é claramente notada neste momento atual, e pode ser a principal razão para a teoria pós-moderna existir, dando origem às outras questões. Foi ao longo do século XX que o pensamento pós-moderno consolidou-se, conforme Harvey (1996, p 23) demonstra: “O século XX – com seus campos de concentração e esquadrões da morte, seu militarismo e duas guerras mundiais, sua ameaça de aniquilação nuclear e sua experiência de Hiroshima e Nagasaki – certamente deitou por terra esse otimismo [do progresso científico da modernidade].”

Diversos autores apontam para a transição que teria ocorrido, a partir de meados da década de sessenta, da ciência moderna a um esboço do que pretende ser a ciência pós-moderna, com base em um novo modo de compreender o mundo. Edgar Morin (2003 p 26), por exemplo, pergunta-se se “as grandes transformações que afetaram as ciências (...) não preparam uma transformação no próprio modo de pensar o real. Podemos perguntar, em suma, se em todos os horizontes científicos não se elabora, de modo ainda disperso, confuso, incoerente, embrionário, o que Kuhn denomina revolução científica, a qual, quando é exemplar e fundamental, arrasta uma mudança de paradigmas (...), uma mudança na própria visão de mundo.”

Nonata (2007) afirma que, no sentido etimológico, o termo paradigma vem do grego (*parádeigma*), e no latim (*paradigma*), tem um significado comum: modelo, padrão. Na ciência, o termo paradigma foi usado pela primeira vez por Khun (1970), para quem “Um paradigma consiste em um conjunto aberto de asserções, conceitos ou proposições logicamente relacionadas e que orientam o pensamento e a investigação” (Bogdan; Silken, 1994 apud Nonata, 2007).

Nonata (2007) argumenta que a compreensão da frustração com o projeto da modernidade reflete não só os indicadores do esgotamento do paradigma moderno, mas, sobretudo, sinaliza que está ocorrendo uma crise de percepção da realidade. E cita Capra (1996, apud Nonata, 2007) que caracteriza a denominada crise de percepção, que “(...) deriva do fato de que a maioria de nós e, em especial, nossas grandes instituições sociais concordam com os conceitos de uma visão de mundo obsoleto, uma percepção de realidade inadequada para lidar com nosso mundo superpovoado e globalmente interligado.” Para o autor, estamos em meio a um conjunto de mudanças paradigmáticas, tão radicais como as que ocorreram na passagem da razão teológica para a razão filosófica ou com a revolução copernicana, que “requerem uma mudança radical no nosso pensamento e nos nossos valores” (Capra, 1996).

Importa ressaltar que, para Santos, essa crise teria sido gerada pela própria modernidade, no sentido de que a identificação dos limites, das insuficiências estruturais do paradigma científico moderno seria resultado do grande avanço no conhecimento que o próprio paradigma propiciou, e que o aprofundamento do conhecimento permitiu ver a fragilidade dos pilares em que se funda (1989).

Esta crise teria gerado uma mudança no papel do conhecimento e dos intelectuais, conforme percebido também por Bauman (1987, apud Urry, 2004). Na modernidade, enfatiza-se a totalidade ordenada, a busca pelo controle e o aumento maior e único sobre a ordem natural das coisas. Nela, cabe aos intelectuais o papel de “legisladores”, por terem a autoridade para o argumento definitivo, com “autoridade para arbitrar legitimada pelo conhecimento superior”, por sua vez garantido pelos procedimentos científicos que asseguram a verdade, minimizam o risco e geram segurança para a população em geral.

Lombardi (2003) ressalta que Lyotard, em *A Condição Pós-moderna* (1979), revolucionou o entendimento sobre a pós-modernidade por ampliar o escopo dos estudos e englobar também o conhecimento científico (visto que a pós-modernidade, até então, era restrita à abordagem cultural, mais associada ao conceito de “pós-modernismo” das artes). Ele demonstrou que a ciência, apresentada como apenas um jogo de linguagens dentre outros, já não podia reivindicar o privilégio sobre outras formas de conhecimento, conforme ocorrera na modernidade quando, com sua pretensão de verdade com relação ao conhecimento comum, ocultara duas grandes narrativas que embasaram a consolidação da ciência.

A primeira, herdada da Revolução Francesa, colocava a humanidade como agente histórico de sua própria libertação por meio do avanço do conhecimento; a segunda, descendente do idealismo alemão, via o conhecimento como progressiva revelação da verdade. Esses, de acordo com Lyotard, seriam os mitos justificadores da modernidade. O

traço definidor da condição pós-moderna seria, então, a perda da credibilidade dessas narrativas, uma vez que a ciência atrelou-se ao capital, ao Estado e a verdade ficou reduzida ao desempenho e à eficiência (Lombardi, 2003).

Torna-se compreensível, assim, a inquietação que a teoria pós-moderna trouxe para pesquisadores e acadêmicos. Após desconstruir os alicerces em que o conhecimento científico se baseou, mostrando a subjetividade e a parcialidade de que sempre se valeram, ao postulá-las como mais um jogo de linguagem e poder, restou uma pluralidade de possibilidades epistemológicas. Conforme destacado por Trifonas: “Nós estamos vivenciando as vicissitudes de um novo milênio em que a certeza epistemológica não é mais garantida, mas ainda assim, nós precisamos de fundamentos conceituais e empíricos sobre os quais construiremos o conhecimento após o paradigma da condição pós-moderna” (2006; tradução livre)³.

Para Morin, a *Estrutura das Revoluções Científicas* de Thomas Kuhn (1962) marcou o início da mudança paradigmática da ciência na atualidade, pois demonstrou que “o desenvolvimento da ciência não se efetua por acumulação de conhecimento, mas sim por transformação dos princípios que os organizam”, ou seja, “a ciência não se limita a crescer, mas em transformar-se” (2002, apud Lima Augusto et al, 2006). Nessa linha, Koyré – que analisou a transição paradigmática do século XVI e em cuja teoria Kuhn teria se inspirado – esclarece que a pergunta sobre a natureza da transição não pode ter uma resposta com base nos requisitos de verdade, precisamente porque os critérios que legitimam esses requisitos estão, eles próprios, em causa. “O que está em jogo não é uma decisão sobre a validade das novas descobertas, mas a existência ou não de uma nova percepção da realidade” (Koyré, 1986 apud Santos, 2007).

Semelhantemente ao que ocorre com a crise do paradigma social da modernidade, Lima Augusto et. al (2006) relatam, desde a década de sessenta, que não é inovadora a discussão sobre a insuficiência do paradigma da ciência moderna para compreender a natureza e a organização dos homens em sociedade – mecânica, cartesiana, positiva, empírica. O Romantismo, no século XVIII, parece ter sido a primeira tentativa de ruptura com o paradigma racionalista no campo das idéias e no campo da organização social. O pensamento marxista, ainda segundo os autores, também fazia crítica às tradições racionalistas – o positivismo e a lógica formal – e à organização capitalista das relações de produção, bem

³ “We are coursing through the vicissitudes of a new millennium where epistemological certainty is no longer taken for granted, and yet, we must still have some empirical and conceptual foundations upon which to build knowledge after the paradigm of the postmodern condition”.

como às relações sociais daí advindas; e defendia que a transformação das relações sociais - e não a razão ou a ciência – poderiam oferecer perspectivas libertadoras.

Similarmente, o professor Giambatista Vico é citado por Alan Poin (1983 apud Moigne, 2007) por ter duramente criticado a “ditadura intelectual” imposta por Descartes, durante discurso proferido por ocasião da abertura do ano letivo de 1708 da Universidade de Nápoles – e posteriormente publicado. Poin descreve com suas palavras:

Ao pretender estender a todos os domínios do saber o método da análise geométrica, o cartesianismo afastou os jovens da tradição do humanismo retórico, e procurou sufocar neles tudo o que releva do domínio da sensibilidade, da memória e da imaginação, que o mesmo é dizer das faculdades predominantes da juventude. Encheu-lhes a cabeça, dirá Vico numa carta de 1729, com “palavrões como ‘demonstrações’, ‘evidências’, ‘verdades demonstradas’, preparando-os assim para entrar num mundo dos homens composto por linhas, números e sinais algébricos...”. A este mundo cartesiano, abstrato, seco, ameaçado por aquilo a que ele chamará, mais tarde, na sua *Ciência Nova* (1744), a “barbárie da reflexão”, Vico opõe o mundo humano real, na sua riqueza e na sua complexidade, aquele que é criado, “inventado” pelos próprios homens.

É antiga, portanto, a crítica a esse modo de pensamento tornado predominante para a ciência moderna e, mais abrangentemente, tido como o único legítimo como forma de conhecimento. Entretanto, essa crítica estava isolada à época, tendo paulatinamente se fortalecido e originado a crise atual, em que se pode perceber já algumas características do que seria o pensamento científico do paradigma do porvir: “A hipótese do determinismo mecanicista teria sido inviabilizada, uma vez que a totalidade do real não se reduz à soma das partes em que a dividimos para observar e medir. No lugar do previsível, da causalidade, do determinismo e do controle, surgem a imprevisibilidade, a desordem, o acidental e a falta de controle e ordem do objeto em estudo, e mesmo a distinção sujeito/objeto teria perdido os seus contornos dicotômicos e assumido a forma de um *continuum*” (Santos, 1995 p 68).

Santos (1995, p 108) discorre sobre o ritmo a que o desenvolvimento científico está condicionado, quando afirma que, por um lado, muitos cientistas (“talvez a maioria”) privilegiam “a antecipação da argumentação convincente para a comunidade científica e deixam que ela condicione o processo do seu autoconvencimento no fluir da investigação”. Entretanto, outros cientistas (“talvez a minoria”) privilegiam a redução “ao mínimo” das interferências externas nos procedimentos utilizados para se autoconvencerem dos resultados a que chegam e, dessa forma, “assumem conscientemente o risco de serem pouco convincentes perante os seus pares”. O autor alega que a relação de forças entre os dois tipos

de cientistas determina, assim, o ritmo e a direção do desenvolvimento científico: “se o primeiro tipo se prende mais à consolidação e ao aprofundamento do conhecimento adquirido, o segundo tipo se prende mais à transformação do conhecimento e à inovação científica”.

Santos explica também que, para a ciência alcançar a “maturidade”, ela passa por um processo de duas fases: a fase da ciência normal e a fase da ciência revolucionária. A ciência normal corresponderia ao período em que o paradigma é unanimemente aceito pela comunidade científica. Os esquemas conceituais, teóricos e metodológicos universalmente aceitos regulariam tanto a definição dos problemas como a organização das estratégias de resolução. Os problemas científicos, segundo o autor, seriam comparados a *puzzles* em que o cientista pacientemente se debruça até encontrar a solução final que, aliás, é conhecida antecipadamente, apenas se desconhecendo os pormenores do seu conteúdo e do processo para atingi-la (1989, pg. 132-3).

Assim, o paradigma que o cientista adquiriu durante a sua formação profissional fornecer-lhe-ia as regras do jogo, determinando quais as peças se pode ou não “jogar”, e indicando a natureza do resultado a atingir. As regras fornecidas pelo paradigma não seriam postas em causa nesta fase, pois sem elas não existiria sequer o problema. A prática cotidiana da comunidade científica reforçaria essa adesão a todo o momento. Para o turismo, cujos estudos são realizados por profissionais oriundos de diversas outras disciplinas, essa informação é importante para compreendermos a forma com que sua teoria vem se consolidando.

Entretanto, ainda segundo Boaventura Santos (1995, p 133, 134), os cientistas deparam-se eventualmente com problemas para os quais não encontram soluções dentro das regras em vigor. Pode ocorrer que isso se suceda com outros cientistas também e, ao solucionar o problema com adaptações ao paradigma, outros vão surgindo, talvez de maior complexidade ou mesmo de impossível solução. Assim, o efeito cumulativo desse processo geraria a crise do paradigma, quando os cientistas passam a percebê-lo como fonte última dos problemas, situação esta em que já se estaria delineando uma revolução científica, caracterizando a fase da ciência revolucionária. Ele ressalta, entretanto, que essa fase não se dá bruscamente, pois exige diálogo entre os diversos grupos de cientistas, até que “o diálogo resulte em monólogo”. Tão logo o novo paradigma se impõe, as gerações futuras de cientistas são treinadas para crer que os principais problemas fundamentais encontraram a solução, passando-se então à fase de ciência normal novamente.

A atual crise científica se oriunda na crescente percepção de que a ciência cumpre em “excesso” as promessas quanto às realizações científicas e tecnológicas, enquanto são notadas

as conseqüências indesejadas, tais como “o agravamento da injustiça social através do crescimento imparável e recíproco da concentração da riqueza e da exclusão social, tanto a nível nacional como a nível mundial; a devastação ecológica e com ela a destruição da qualidade e mesmo da sustentabilidade da vida no planeta”, o que gera o inconformismo tanto no cenário social como no próprio meio científico (Santos, 1995 p 91).

O autor aponta para o desequilíbrio criado pela ciência moderna entre a capacidade de ação, aumentada a um nível nunca imaginado, e a capacidade de previsão, que é cada vez menor. Atualmente, haveria uma expansão na dimensão espaço-temporal dos nossos atos, isto é: “Enquanto anteriormente os atos sociais partilhavam a mesma dimensão espaço-temporal das conseqüências, hoje em dia a intervenção tecnológica pode prolongar as conseqüências, no tempo e no espaço, muito para além da dimensão do próprio ato através de nexos de causalidade cada vez mais complexos e opacos.” (2007, p 58).

Por outro lado, Santos demonstra que essa expansão da “capacidade de ação” não foi acompanhada por uma expansão da “capacidade de previsão” das conseqüências e, por isso, “a previsão das conseqüências da ação científica é necessariamente muito menos científica do que a ação em si mesma”, ou seja, a ação científica se dilui em conseqüências que invadem as mais variadas áreas da vida. O autor percebe a dupla leitura que se pode fazer disso: a primeira alegaria um déficit científico na capacidade de prever (segundo o qual se exige mais progresso científico); a segunda, um excesso da capacidade de ação. Ele afirma que a primeira leitura tem prevalecido até o momento, mas a segunda tem ganhado credibilidade cada vez maior.

Os que optam pela primeira leitura, segundo o autor, sustentam que a ciência moderna é a solução de nossos problemas, enquanto os outros defendem que a ciência moderna é ela própria parte dos nossos problemas. Afinal, “como é que a ciência moderna, em vez de erradicar os riscos, as opacidades, as violências e as ignorâncias, que dantes eram associados à pré-modernidade, está de fato a recriá-los numa forma hipermoderna? O risco é atualmente o da destruição maciça através da guerra ou do desastre ecológico; (...) a violência continua a ser a velha violência da guerra, da fome e da injustiça, agora associada à nova violência simbólica que as redes mundiais da comunicação de massa exercem sobre as suas audiências cativas”. Mas Santos não defende nenhuma das leituras, dada a ambigüidade e complexidade do atual período de transição (2007, p 58).

Ainda segundo Boaventura Santos, a questão formulada a Rousseau pela Academia de Dijon, tratada em o “Discurso sobre as Ciências e as Artes” (1750), é ainda bastante atual: o progresso das ciências e das artes contribuiria para purificar ou corromper os costumes? Para

respondê-la, Rousseau formulou outras perguntas, como qual seria a relação entre ciência e virtude; se a ciência contribuiria para diminuir o fosso crescente na sociedade entre o que se é e o que se aparenta ser, dentre outras.

No contexto em que foram formuladas as perguntas, no século XVIII, a ciência moderna acabara de sair da revolução científica do século XVI pelas mãos de Copérnico, Galileu e Newton, e começava a deixar a ciência pura para os seus “cultores” e se transformava no fermento de uma transformação técnica e social sem precedentes na história da humanidade, principiando a ciência aplicada. Era, segundo Santos (2007, p 58), “uma fase de transição que deixava perplexos os espíritos mais atentos e os fazia refletir sobre os fundamentos da sociedade em que viviam e sobre o impacto das vibrações a que eles iam ser sujeitos por via da ordem científica emergente.”

Hoje, duzentos anos depois, “somos todos protagonistas e produtos dessa nova ordem, testemunhos vivos das transformações que ela produziu.” Mas, como o autor constata, estamos de novo perplexos. Por isso, o autor questiona novamente, como Rousseau o fez, “pelas relações entre a ciência e a virtude, pelo papel de todo o conhecimento científico acumulado no enriquecimento ou no empobrecimento prático das nossas vidas, ou seja, pelo contributo positivo ou negativo da ciência para a nossa felicidade” (2007, p 60).

Embora o alto nível de abstração a que Boaventura Santos nos remete, essas questões se tornam de suma importância para os estudos do turismo, que tateiam no escuro epistemológico em que estamos atualmente inseridos – dada a falta de paradigma científico unanimemente aceito, além da incipiência de seus estudos que ainda engatinham. Apesar de o turismo ter apenas recentemente recebido atenção como objeto de estudo, é possível perceber alguns indícios de que suas pesquisas podem estar seguindo caminho baseado no paradigma científico já em decadência, evidenciando a necessidade de trazer essa discussão aos seus círculos. Constata-se uma prevalência de pesquisas baseadas na metodologia cartesiana, quantitativa, mecânica, cuja busca tem focado as benesses econômicas proporcionadas pelo turismo, demonstram a urgência da discussão – que será aprofundada no capítulo II.

O atrelamento do conhecimento científico aos interesses do mercado não é privilégio do turismo. Santos e Harvey identificam essa característica na ciência moderna; para o último (1996, p 151), o “acesso ao conhecimento científico e técnico sempre teve importância na luta competitiva; (...) o conhecimento da última técnica, do mais novo produto, da mais recente descoberta científica, implica a possibilidade de alcançar uma importante vantagem competitiva”. Neste sentido, Harvey argumenta que o próprio saber se torna uma mercadoria-chave, “a ser produzida e vendida a quem pagar mais, sob condições que são elas mesmas

cada vez mais organizadas em bases competitivas”. Assim, a “produção organizada de conhecimento passou por notável expansão nas últimas décadas, ao mesmo tempo que assumiu cada vez mais cunho comercial”.

Essa associação entre ciência e lucro é notável para vários autores, dentre os quais Nonata, para quem a aliança entre a ciência e a tecnologia resultou na racionalidade instrumental, ou seja, utilitarista que, como Trifone (2006, apud Nonata 2007) ressaltou, “tem implicações comerciais para a produção do conhecimento por meio da promoção da pesquisa orientada pela lógica⁴”. Na mesma linha, Santos (2007, p 191) argumenta que a crise paradigmática decorre do fato de o projeto da modernidade ter confiado a “gestão de suas potencialidades a uma forma de conhecimento, a ciência, que progressivamente se transformou na força produtiva, por excelência, do capitalismo”.

Nessa conjuntura, a ciência aliou-se às necessidades mercadológicas, havendo estreito enlace entre ambos a ponto de a produção acadêmica e científica ter-se voltado exclusivamente para os objetivos econômicos do mercado. O autor também alega que o poder adquirido pela ciência na sociedade “tende a ser exercido de modo a favorecer sistematicamente a classe dominante ou os grupos privilegiados” e, portanto, contribui para a consolidação das condições em que esse domínio se baseia (1995, p 142). A ciência, dessa forma, mantém o *status quo* socialmente desequilibrado.

Morin acrescenta ter sido a sociedade quem transformara a ciência, visto que os “interesses econômicos, capitalistas, [e] o interesse do Estado desempenham seu papel ativo nesse circuito de acordo com suas finalidades”; portanto, “nem o Estado, nem a indústria, nem o capital são guiados pelo espírito científico: utilizam os poderes que a investigação científica lhes dá” (2003, p 21). Nonata ressalta ainda que a ciência, agora elitizada e voltada ao lucro, teria contribuído para gerar uma enorme massa de excluídos (2007). Os estudos do turismo tendem a perpetuar esse padrão?

Connor percebe outro ângulo sobre como a crise da ciência se alastrou, mediada aqui pela ruptura das ligações entre as instituições acadêmicas e o país em que se situam. O autor explica que, em muitas áreas, “claras e contínuas ‘tradições’ nacionais foram constituintes igualmente poderosos da ascensão das disciplinas acadêmicas”. Ele afirmou que cada país central contava, a partir dos anos sessenta, com sua própria teoria, “linguagens separadas e não-coincidentes”. Entretanto, os debates teóricos dos anos setenta e a sua consolidação nos anos oitenta teriam estabelecido essas diferenças “como uma sintaxe de relações no interior de

⁴ “*has commercial implications for the production of knowledge by promoting the logic end-oriented research*”

uma língua completa”, gerando a vantagem evidente da diversidade e da possibilidade de um intercâmbio entre diferentes esferas, mas também a desvantagem da contenção e da uniformidade no interior de um campo acadêmico recém-unificado e, a partir daquele momento, internacional (2000, p 23).

Isso vai ao encontro da noção de discurso promovida por Foucault, corroborando a idéia de que a ciência é uma construção, uma interpretação, antes de uma verificação da realidade a ser observada mediante metodologias quantitativas e imparciais. De fato, essa relação paradoxal entre diversidade e uniformidade constitui, para Connor, o cerne do debate sobre a pós-modernidade, que “alardeia seu compromisso com a indeterminação, a abertura e a multiplicidade, e, no entanto, traz em si os meios discursivos que limitam a força e as implicações dessas questões. O debate pós-moderno pode ser visto como um processo intelectual-discursivo que, num só movimento, multiplica opções críticas e as aprisiona em formas reconhecíveis e dissemináveis” (2000, p 23).

A título de melhor esclarecimento da conjuntura pós-moderna, pode-se perceber que a proeminência adquirida pela cultura na pós-modernidade também pode ser justificada nessa conjuntura de maior poder do conhecimento (e quebra da hegemonia do conhecimento científico). A cultura passou a ser apreendida como o agrupamento de outras formas de saberes, fora do âmbito científico, que perdeu o “monopólio” do conhecimento. A recente onda sobre os ‘direitos intelectuais’ aplicados à cultura também pode ser explicada por esse motivo, visto que as manifestações e práticas culturais, ao serem patenteadas, tornam-se símbolo de poder, um conhecimento que pertence a seus detentores, legitimamente reconhecidos como únicos a possuí-los e deles poderem extrair renda. Esse ato de patentear práticas culturais demonstra a força de alguns dos principais fatores aqui discutidos: o conhecimento, a cultura (o conhecimento cultural), e o poder econômico por eles adquirido. Nesse contexto, as práticas turísticas apresentam-se como uma reificação de poder, tanto por parte dos detentores da cultura, como de quem deles usufrui – os turistas.

Retornando à crise da ciência moderna: o projeto do Iluminismo considerava óbvio haver uma única resposta possível a qualquer pergunta – se a resposta ainda não havia sido “descoberta”, era uma simples questão de se progredir mais cientificamente para desvendá-la, pois estaria lá, absoluta e imutável. Dessa forma, o mundo poderia ser controlado e organizado de modo racional por meio de sua correta apreensão, categorização e representação. “Mas isso presumia a existência de um único modo correto de representação” (Santos, 2007 p 35). Esse pressuposto está sendo questionado crescentemente na própria academia.

Estudos de cunho epistemológico têm demonstrado, conforme apontado anteriormente, que o discurso científico é exatamente isso: um discurso imbuído dos valores e tradições do cientista que o apresenta, sendo assim tão falível quanto o ser humano que o defende. Santos percebe um movimento atuante na academia que contesta abertamente o positivismo. O autor apresenta detalhes de teorias dos mais diversos campos das ciências, como a matemática, a biologia, a física e a química, que comprovam a crise do positivismo.

Os avanços nestas áreas não se restringem a acrescentar conhecimento em mera acumulação científica, mas também inovam e revolucionam, de certa forma, este conhecimento já estabelecido, em suas respectivas áreas. Estas teorias colocam em dúvida fundamentos antes considerados comprovadamente “verdades” científicas, ou mesmo atestam suas falibilidades. Para ele, a importância dessa reflexão se dá por ser predominantemente dos próprios cientistas, havendo um crescente número de “cientistas-filósofos” em suas respectivas áreas.

Importa analisarmos brevemente os principais pontos defendidos por René Descartes em o *Discurso do Método* (1637), que fundamentaram a ciência na modernidade. De acordo com Lima Augusto et. al (2006), são eles: a Evidência, devendo-se evitar toda "precipitação" e toda "prevenção" (preconceitos) e só tomar por verdadeiro o que for claro e distinto, sem espaço para a dúvida; a Análise, sugerindo que as dificuldades devem ser divididas em tantas parcelas quantas forem possível; e a Síntese, ou seja: "concluir por ordem meus pensamentos, começando pelos objetos mais simples e mais fáceis de conhecer para, aos poucos, ascender, como que por meio de degraus, aos mais complexos".

Acreditava-se que esse método resultaria em imparcialidade, gerando a esperada especialização do conhecimento, a sua presumida objetividade, que na verdade resultou em uma visão mecânica do mundo, que o via composto de blocos elementares que se juntam por adição. Os princípios da ciência moderna, baseados naqueles formulados por Descartes, dissociam sujeito e objeto. Ao excluir o sujeito, entretanto, ignorou-se que “as teorias científicas não são o puro e simples reflexo das realidades objetivas, mas coprodutos das estruturas do espírito humano e das condições socioculturais do conhecimento” (Morin, 2002 apud Lima Augusto et. al, 2006).

A idéia era de que o mundo fosse ordenado e estável, uma máquina cujas operações podem ser exatamente determinadas por meio de leis físicas e matemáticas. “Esta idéia de mundo-máquina é de tal modo poderosa que vai transformar-se na grande hipótese universal da época moderna. (...) O determinismo mecanicista é o horizonte certo de uma forma de conhecimento que se pretende utilitário e funcional, reconhecido menos pela capacidade de

compreender profundamente o real do que pela capacidade de o dominar e transformar” (Santos, 2007, p 64). Dessa forma, o conhecimento científico seria o espelho da realidade e o espelho do mundo.

Morin acrescenta que a ciência moderna exclui a aleatoriedade para conceber apenas um universo estrita e totalmente determinista. Em contraposição, hoje, crescentemente, “as ciências trabalham cada vez mais com a aleatoriedade, sobretudo para compreender aquilo que é evolutivo, e consideram um universo em que se combinam o acaso e a necessidade.” Para a ciência moderna, o aparecimento de uma contradição seria um sinal de erro, tendo em vista o pressuposto de que o universo obedecia à lógica aristotélica. As ciências pós-modernas (a que ele denomina “modernas”, enquanto as primeiras seriam “clássicas”) reconhecem as contradições, e as associam para conceber o mesmo fenômeno (Morin, 2003, p 28).

Relatarei a seguir os principais pressupostos cartesianos que são criticados por pensadores de variados grupos, pós-modernos ou não. Dentre eles encontra-se a questão da dicotomia, que o paradigma do porvir tende a rejeitar, superando as distinções que, até há pouco, “tomávamos como certas”, dentre as quais Santos cita: sujeito/objeto, natureza/cultura, observador/observado, subjetivo/objetivo.⁵ Nada seria assim tão preto/branco, por mais que se intente a imparcialidade, o isolamento, a fragmentação de assuntos (constantemente adequados a suas respectivas “gavetas” e compartimentos cartesianos). As múltiplas facetas merecem apreciação integrada, portanto. Nesse sentido, Morin (2003) defende a necessidade de se reagrupar os saberes para buscar a compreensão do universo.

Outro ponto suscitado pela crise do paradigma da ciência moderna, que se baseou fortemente no método cartesiano para acumular conhecimento, trata sobre quantidade *versus* qualidade. O critério da quantidade vigorou incontestado nos últimos três séculos nas ciências naturais; ele pressupõe uma distância entre o sujeito e o objeto (dada a ausência de caracterização qualitativa) para, assim, valorizar o ordinário e o mediano, estabelecendo uma “regra”, um “padrão”, o “normal”. Isso é cada vez mais contestado por desqualificar o objeto/sujeito em análise, e aspectos qualitativos têm ganhado espaço em diversas situações, passando a ser possível analisar as qualidades do único, provocando assim a aproximação do observador e do objeto analisado, o que permite uma melhor visão – mais detalhada –, ainda que em menor quantidade (Santos, 2007 p 103).

⁵ O provável desaparecimento destas distinções terá, conforme Santos aponta, repercussões nas disciplinas científicas que delas nascem, dentre as quais o autor inclui a antropologia, a geografia e a psicologia, em que as contradições da separação entre ciências naturais e ciências sociais teriam sido mais óbvias.

Santos reforça que o conhecimento moderno se constrói por meio do isolamento de um objeto, que é descrito pelo sujeito como existindo independentemente de qualquer intervenção deste, criando uma distância entre ambos – quanto maior, mais ‘objetivo’ é o conhecimento. Neste sentido, o real e o próximo tornam-se antagônicos. A teoria pós-moderna promove, por outro lado, o próximo em detrimento do real, visto que o conhecimento é “situacional e contextual”; portanto, é local (Santos, 1995 p 104).

O rigor científico, porque fundado no rigor matemático, é um rigor que quantifica e que, ao quantificar, desqualifica, um rigor que, ao objetivar os fenômenos, os objetualiza e os degrada, que, ao caracterizar os fenômenos, os caricaturiza (...) Nestes termos, o conhecimento ganha em rigor o que perde em riqueza e a retumbância dos êxitos da intervenção tecnológica esconde os limites da nossa compreensão do mundo e reprime a pergunta pelo valor humano. (Santos, 1987).

Importa ressaltar que a pesquisa qualitativa, sendo uma reação contra o paradigma da ciência moderna, não representa repúdio às macroanálises (podemos citar a de Boaventura Santos como um exemplo), conforme Haguette apontou. Representa, sim, o reconhecimento de que “a sociedade é constituída de microprocessos que, em seu conjunto, configuram as estruturas maciças ...” (Haguette, 1995 apud Moesch, 2002).

Outra idéia fundamental da ciência moderna é o princípio da separação, considerada imprescindível para se bem conhecer e analisar um problema, que, para tanto, deve ser retirado de seu contexto natural. Essa idéia fundamentou a separação rígida das disciplinas, cada qual com seu próprio objeto (ou uma faceta dele), sua própria metodologia e “língua”, por vezes não passível de tradução para outras disciplinas, e vice-versa. Santos argumenta que os objetos de estudo têm “poderes emergentes, irreduzíveis aos elementos que os constituem”, citando o exemplo oferecido por Sayer: “Não posso explicar o poder da água para extinguir o fogo a partir dos poderes dos seus elementos constitutivos, pois é sabido que tanto o oxigênio como o hidrogênio são altamente inflamáveis (Sayer, 1984 apud Santos, 1989, p 90).

O ato de retirar o objeto de seu contexto natural, colocá-lo num ambiente artificial controlado pelo sujeito observador implica, ainda, outra idéia fundamental dessa metodologia: de que o sujeito também está separado do objeto de estudo, que não varia em conformidade com a variação do sujeito – e se assim ocorre, é porque um dos sujeitos “errou” em suas verificações (daí se percebe a pressão para que os cientistas se ratifiquem uns aos outros). Assim, separou-se também a ciência da filosofia, antes sinônimos, visto que os grandes problemas científicos inicialmente eram propostos e “solucionados” por grandes filósofos.

Essa separação sujeito-objeto impossibilita o êxito das ciências sociais, visto que o objeto seria um outro sujeito (um sujeito-objeto), tornando a reflexão do “sujeito-científico sobre si mesmo cientificamente impossível, porque [tendo] o método científico se [baseado] na disjunção do sujeito e objeto, o sujeito foi remetido à filosofia e à moral.” (Morin, 2003, p 21). Com a ciência moderna, a filosofia foi sendo tornada sem importância, de certa forma irrelevante no cenário acadêmico, visto que todas as outras ciências mostravam sua utilidade (resumidamente econômica), contribuindo assim para o progresso, restando empiricamente legitimadas pelo mercado. A filosofia, abstrata e confinada ao mundo das idéias, não possuiria mais o status das “ciências aplicadas”.

Essa constatação explica ainda a forma com que as leis “simples” que resumem a complexidade do “mundo-máquina” transbordaram para os estudos sociais. Santos assim resumiu o objetivo inicial das ciências sociais, que desde o início se espelharam nas ciências naturais: “Tal como foi possível descobrir as leis da natureza, seria igualmente possível descobrir as leis da sociedade”; de fato, Durkheim, o “pai” da sociologia, afirmou que “fatos sociais são coisas, devendo ser analisados enquanto tais” (1980, *apud* Santos, 2007, p 65).

Além disso, a separação sujeito-objeto dividiu o homem e a natureza, como veremos no próximo item; e “pensar a superação desta significa transcender o próprio paradigma” (Santos, 1989, p 65). A dissociação do homem e natureza, consequência da fragmentação científica predominante na modernidade, teria ainda gerado a percepção, nas ciências “da natureza”, a noção de exclusão do “espírito e [d]a cultura que produzem essas mesmas ciências” (Morin, 2003).

Apesar de ser possível a identificação de alguns sinais, e de que a crise epistemológica mostra-se “profunda e irreversível”, Santos lembra que os sinais do paradigma ainda emergente permitem-nos “tão somente especular acerca do paradigma que emergirá deste período”, sendo indicadores do caminho a ser percorrido, mas não ainda delineado totalmente⁶. Morin nos relata que o início do século XX aponta também para o início das ciências da dialógica ordem e desordem, quebrando já aí alguns paradigmas antes absolutos.

Já a segunda metade do século passado vê o surgimento das “ciências sistêmicas”, representada pela ecologia – “porque a ecologia como ciência tem seu núcleo, a partir dos

⁶ Esses sinais, segundo o autor, teriam se iniciado com Einstein – quando relativizou o rigor das leis de Newton no domínio da astrofísica – e com a mecânica quântica – que, com o domínio da microfísica, demonstrou que não conhecemos do “real” senão o que nele introduzimos com a nossa intervenção, culminando no princípio da incerteza de Heisenberg, que escancara que os resultados alcançados nas leis da física são aproximados – “e por isso as leis da física são tão-só probabilísticas” (Santos, 2007 p 68), mostrando que não só as ciências sociais, mas também as exatas, têm por objeto de estudo algo instável, incerto, passível de influência por parte do sujeito que o pesquisa, etc.

anos 35, na noção de ecossistema, isto é, as interações entre os diferentes seres vivos, vegetais, animais, unicelulares”. Mas é possível afirmar que essa mudança de percepção da ciência, que originou as ditas “ciências sistêmicas”, talvez tenha permitido também o surgimento do turismo como objeto de estudo, dada a nova percepção de integração e transversalidade do conhecimento.

De fato, Morin dedicou-se a construir uma metodologia que se contrapõe àquela mecanicista, positivista e fragmentada. A pluralidade de realidades, a subjetividade de que estão imbuídas e a inter-relação entre as ciências anteriormente separadas pela modernidade tornam-se claras no Pensamento Complexo (2002). Para ele, os princípios de ordem, clareza, distinção e disjunção que excluem, respectivamente, desordem, obscuridade, interfaces e sujeito, levam a ciência a uma simplificação lógica, deixando ao paradigma da complexidade, a seu ver, a tarefa de ligar o que estava desunido. Morin faz severa crítica ao cartesianismo e coloca-se veementemente contra a redução/simplificação e a linearidade do encadeamento lógico, conforme relato de Lima Augusto et al (2006).

Os autores retratam o que é o conceito de Complexidade para Morin: “Complexidade (*complexus*) significa o que foi tecido junto; assim, elementos diferentes são inseparáveis, constituídos do todo (como o econômico, político, o sociológico, o psicológico, o afetivo, o mitológico). Há um tecido interdependente entre o objeto de seu conhecimento e seu contexto, as partes e o todo, o todo e as partes, as partes entre si” (Morin, 2001). Morin defende a idéia, ainda de acordo com os autores supracitados, de que devemos “ecologizar” as disciplinas, ou seja, levar em conta tudo o que lhe é contextual, compreendendo as condições culturais e sociais. Ainda, que os conhecimentos parcelares devem ser confrontados uns com os outros “a fim de formar uma configuração capaz de responder às nossas expectativas, necessidades e interrogações cognitivas.” (Morin, 2002 p.49 apud Lima Augusto et al, 2006).

Para Morin, o paradigma do porvir surge de forma esparsa, começando a estabelecer pontos de ligação entre ciências e disciplinas não comunicantes. O autor acrescenta que, apesar de todas as dificuldades para que se concebam as noções de ordem e desordem como complementares e não como antagônicas, estas são uma exigência que se colocam para os diferentes domínios do conhecimento, cabendo à ciência considerar a desordem e não mais expulsá-la (Morin, 2002 p.49 apud Lima Augusto et al, 2006).

A pós-modernidade, como se viu, contesta a noção de certeza única. Defende haver uma variedade de modelos e métodos e, ao fim, verdades, cada qual adequada às práticas e elementos específicos de uma determinada realidade. Para Bauman (1987 apud Urry, 2004), a validação seria particular de uma determinada prática, contextualizada em um momento

histórico. Sistemas de conhecimento, então, só podem ser validados dentro de uma estrutura específica e local. Nessa conjuntura, o papel dos intelectuais, ainda segundo Bauman, passa de “legislar” para “interpretar”, traduzir elementos para os ‘de fora’ e mediar, facilitar a comunicação entre diferentes áreas de conhecimento.

A teoria crítica pós-moderna parte do pressuposto de que “o conhecimento é sempre contextualizado pelas condições que o tornam possível e de que ele só progride na medida em que transforma em sentido progressista essas condições”. Isso implica, portanto, que os atos e suas conseqüências são vistos como uma única ação, não mais dissociadas; isso atrela e responsabiliza o sujeito, que carece de maior consciência de seu papel e uma noção da conjuntura em que se insere.

A título de explicação: alguns podem identificar o que seria uma contradição entre os teóricos pós-modernos, com respeito à alegação sobre o fim das metanarrativas por um lado (e conseqüente fragmentação da história e pluralidade de perspectivas) e, por outro lado, a necessidade de integração, considerando-se a complexidade da realidade. Para melhor compreensão desta aparente contradição, nota-se que, ao tratar da teoria totalizante na modernidade e a promoção da fragmentação na pós-modernidade, o viés é a pluralidade e diversidade que não pode ser ignorada, atribuindo poder de voz e decisão a todos os grupos – visão em que a cultura exerce seu novo papel. Já quando se trata da fragmentação na modernidade e a necessidade pós-moderna de integrar, o viés é de cunho científico, ou seja, a necessidade de integrar o conhecimento excessivamente fragmentado e descontextualizado pela metodologia cartesiana na modernidade.

A visão integrada é um assunto altamente em voga nos estudos do turismo, não só pelo momento epistemológico que assim demanda, mas também pela própria natureza do fenômeno turístico. Talvez seja o momento de provocar, ainda quando a teoria do turismo busca se estabelecer, o pensamento dos aspectos pós-modernos nos estudos turísticos, de forma a possibilitar que sua consolidação se dê em bases mais atualizadas com os novos ventos de mudança paradigmática. Nesse sentido, os estudiosos do turismo devem refletir sobre a pressão mercadológica de que “o turismo deve gerar empregos”, “salvar as economias de países pobres” (sua última tabua de salvação), apoiados em inúmeros estudos e estatísticas sobre o potencial econômico do turismo.

A meu ver, não cabe ao turismo a pretensão de sanar problemas causados ao longo de séculos de políticas sócio-econômicas desestabilizadoras, acentuados pelo impacto de políticas neoliberais, mais recentemente. O potencial econômico do turismo não o resume, e mesmo que concretizado, configuraria somente um mero paliativo diante do enorme

desequilíbrio social entre os favorecidos e os desfavorecidos. A necessidade é de mudança no regime econômico, visto que a atuação do capitalismo (seja pela indústria do turismo, ou por qualquer outra), em sua atual fase, tende ao desequilíbrio. O enfoque do turismo, que tem se delimitado aos objetivos da economia, na verdade tem gerado agravantes e conseqüências indesejadas dentro e fora da dimensão econômica, acarretando na possível insustentabilidade, a longo prazo, das práticas turísticas em localidades voltadas para essa “indústria”. Esse e outros assuntos serão aprofundados no item sobre capitalismo, e também no capítulo II.

Trataremos, a seguir, do segundo pilar que considero basilar da teoria pós-moderna: a sustentabilidade – apesar de não ser comum sua direta associação com aquela teoria.

1.4 PÓS-MODERNIDADE E SUSTENTABILIDADE

Quando o desejável era impossível foi entregue a Deus; quando o desejável se tornou possível foi entregue à ciência; hoje, que muito do possível é indesejável e algum do impossível é desejável temos de partir ao meio tanto Deus como a ciência. (Santos, 1995 p 106).

A citação em epígrafe, a meu ver, é simbólica do conceito de sustentabilidade. Deus representaria o conjunto de elementos subjetivos, incluindo a noção de justiça, ética, solidariedade, etc. Já a ciência representaria o progresso, a razão, o capitalismo. De fato, a sustentabilidade, idéia lançada a partir da década de 1960, busca um equilíbrio entre o desenvolvimento econômico com o respeito aos aspectos social, cultural e ambiental. A seguir, será apresentada a conjuntura que possibilitou o surgimento deste conceito.

Um dos principais objetivos do “projeto da modernidade”, conforme constatado pelos principais autores que embasam este trabalho, foi o de estabelecer a ordem e o progresso por meio da “razão”, que acreditou-se culminaria em desenvolvimento às sociedades. Harvey apontou que foi o pensamento iluminista que “abraçou a idéia do progresso” e buscou ativamente a ruptura com a história e a tradição predominantes. “Foi, sobretudo, um movimento secular que procurou desmistificar e dessacralizar o conhecimento e a organização social para libertar os seres humanos de seus grilhões.” Habermas afirmou, nesse sentido, que o projeto da modernidade equivalia a um extraordinário esforço intelectual dos pensadores

iluministas “para desenvolver a ciência objetiva, a moralidade e a lei universais (...) nos termos da própria lógica interna destas” (1983, apud Harvey, 1996, pp 23).

Portanto, a ciência torna-se a ferramenta pela qual o projeto da modernidade obteria êxito. Ela se mostrava como o oposto aos ritos, a tradições e a Deus, maior representante da irracionalidade para os iluministas. Com o êxito dessa idéia, elevou-se a humanidade ao status de ser superior a todos os outros, para quem o projeto da modernidade teria reservado especial racionalização da vida coletiva e individual. Isso, por sua vez, propiciou a noção de que o homem é um ser dissociado da natureza. A natureza foi concebida, portanto, como “passiva, eterna e reversível, mecanismo cujos elementos se podem desmontar e depois relacionar sob a forma de leis; não tem qualquer outra qualidade ou dignidade que nos impeça de desvendar os seus mistérios, desvendamento que não é contemplativo, mas antes ativo, já que visa conhecer a natureza para a dominar e controlar” (Santos, 2007). Como diria Bacon, a ciência faria da pessoa humana “o senhor e o possuidor da natureza” (1933, apud Santos, 2007).

Embora esta dissociação talvez soe relativamente cabível para o cidadão comum de hoje (assuntos ambientais geralmente estão dissociados dos sociais em qualquer pauta, até mesmo em algumas discussões sobre sustentabilidade que, a princípio, abrange intrinsecamente a ambos), esta idéia, analisada sob perspectiva histórica, é inédita para o homem. Santos explica que, da filosofia grega ao pensamento medieval, a natureza e o homem “pertencem-se mutuamente enquanto fruto do mesmo ato de criação”. Entretanto, “a ciência moderna rompe com essa cumplicidade, desantropomorfiza a natureza, e sobre o objeto inerte e passivo assim constituído constrói um edifício intelectual sem precedentes na história da humanidade.” (1989, p 65).

A ciência passou, portanto, a perceber a natureza como objeto a ser dominado, esmiuçado e utilizado a serviço do homem. O domínio sobre a natureza era noção intrínseca à noção de progresso: “A concepção instrumentalista e unidimensional da natureza reduz esta a uma matéria-prima sobre a qual o homem soberano inscreve o sentido histórico do processo de desenvolvimento”, esclarece Santos (1989, p 66).

Santos identifica que alguns dos sintomas do esgotamento paradigmático atual se evidenciam pela crise que se passa devido à conversão do progresso em acumulação capitalista, que “transformou a natureza em mera condição de produção”. Segundo Santos, os limites desta transformação começam hoje a ser evidentes e os riscos e perversidades que acarretam são “alarmantes, bem demonstrados nos perigos cada vez mais iminentes de catástrofe ecológica”, dentre outros, apontado pelo autor (1995, p 34).

Mas essa dissociação não se reflete tão somente na natureza. Santos esclarece que ela também contribuiu para a exploração do próprio homem: este “... vai utilizar a relação de exploração da natureza para produzir um desenvolvimento das forças produtivas sem precedentes na história da humanidade. Daí que a relação de exploração da natureza seja a outra face da relação de exploração do homem pelo homem. No plano sociológico, a concepção moderna da natureza é um expediente de mediação de relações sociais, um expediente oculto que usa a natureza para ocultar a natureza das relações sociais.” (1989, p 68). Esse pensamento fora identificado também por Bernstein, que relaciona o domínio da natureza pelo homem com a autodominação (1985 apud Santos, 1989).

Essa característica da modernidade sobre a relação distanciada entre homem e natureza tem variados desdobramentos para o surgimento do pensamento pós-moderno, incluindo aí a sustentabilidade, unanimemente reconhecida como urgente questão a ser resolvida. Embora estreitamente relacionados, pois ambos abrangem as questões social, cultural e a crise ambiental, os conceitos de sustentabilidade e pós-modernidade não têm sido devidamente analisados em conjunto pela academia, conforme percebido também por Coope (2008), com seu artigo *The Ecological Blind Spot in Postmodernism* (O Ponto Cego Ecológico na Pós-Modernidade).

Ele afirma que ambos os conceitos (sustentabilidade e pós-modernidade) têm muitas características em comum; dentre as quais destaco o questionamento de ambas sobre a “racionalidade” e o “progresso” da sociedade moderna. Contestam, e reagem contra os princípios sócio-econômicos em que a sociedade tem se baseado, resumidos e explicitados pelo capitalismo, o grande projeto da modernidade, na visão de Boaventura Santos (1989, 1995, 2007). Além de contestarem o *modus operandis* da modernidade, promovem o desenvolvimento equilibrado, em que o meio ambiente e os princípios sociais e culturais são respeitados (ao menos quando se considera a corrente pós-moderna aqui priorizada).

Logo, ambos demonstram a frustração de perceber que o projeto da modernidade, com seu prodigioso progresso científico e uso da razão, por si só, não satisfaz aos anseios da sociedade, e reagem contra o modo individualista, de visão imediatista e de curto prazo, concordando que o projeto da modernidade não mais atende aos interesses da sociedade. O conceito de sustentabilidade pode ser percebido, assim, como um marco do início do pensamento pós-moderno, incitando a sociedade a repensar seus valores, diretrizes e modo de viver, abrangendo não só a questão ambiental como também a “exploração social” a que a dissociação homem-natureza pôde ocasionar. Considero oportuno citar novamente o trecho da definição que Giddens proferiu sobre a pós-modernidade, que, dentre outras coisas, se refere a

“uma nova agenda social e política [que] surgiu com a crescente proeminência de preocupações ecológicas e talvez de novos movimentos sociais em geral.” (1991, p 52).

Harvey (2001, p 214) aponta que a pós-modernidade pode ser associada a uma busca por uma melhor qualidade de vida, demonstrando assim que:

As variações ecológicas e seus impactos associados (conflitos por recursos naturais, *injustiça ambiental*, efeitos diferenciais de degradação ambiental) (...) ficaram evidentes. Sob esse aspecto, também não há palco uniforme sobre o qual pode se desempenhar a *luta de classes* com neutralidade, pois a relação com a natureza é uma determinação cultural, que tem implicações de como pode se construir qualquer *alternativa ao capitalismo*, ao mesmo tempo que proporciona uma base para uma crítica radical a respeito das atitudes meramente utilitárias e instrumentais inseridas na acumulação e exploração capitalista do mundo natural. A maneira de configurar o ambiental com o econômico, *o político com o cultural*, torna-se mais difícil ao nível global, onde a presunção de homogeneidade de valores e aspirações do planeta não se sustenta. (grifo nosso)

Destaco que, embora Harvey não tratasse de sustentabilidade, mas de pós-modernidade, os termos grifados ressaltam as dimensões inerentes ao conceito de sustentabilidade, como ambiental, social, cultural e político (esse último seria, na verdade, reivindicação desprovida de consenso, conforme veremos adiante), alcançando ainda a discussão sobre o capitalismo certamente – justificando, assim, a ênfase que este trabalho atribui a este regime econômico. Dessa forma, a estreita relação entre ambos (sustentabilidade e pós-modernidade) resta comprovada, inclusive diretamente mencionada por dois renomados acadêmicos da teoria pós-moderna (Giddens, e Boaventura Santos, visto que Harvey apenas compartilhou das mesmas preocupações a ambas concernentes); resta aos teóricos conferirem maior atenção à relação entre ambos os conceitos, de forma a fortalecer os movimentos pela mudança por ambos advogada.

A noção de dissociação homem (sujeito) e natureza (objeto) promovida pela modernidade, atualmente contestada, é uma das conseqüências da *reflexividade* a que o homem se lançou, recentemente. A *reflexividade*, termo cunhado por Morin (2003), é tida como uma das marcas da pós-modernidade, percebida ainda em outros novos desdobramentos da atualidade, tais como a insegurança gerada pela modernidade (acima apontada), a atual noção de pluralidade, a tolerância à diversidade proporcionada pela globalização (e também pelo turismo), que gera a um maior conhecimento sobre si próprio, dada a maior possibilidade de contato com “o outro”, aguçando, assim, o pensamento reflexivo do homem.

Giddens afirma que a reflexividade da vida social consiste no fato de que “as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz de informação renovada sobre estas próprias práticas, alterando assim constitutivamente seu caráter.” (1991, p 45). A noção de que o homem busca atualmente melhor conhecer-se, voltando para si próprio as atenções e tornando-se seu próprio objeto de estudo é confirmada ainda por Connor, que afirma que a característica marcante da pós-modernidade é a autoconsciência (2000, p 13). Essa característica está associada, a meu ver, à atual reflexão sobre os rumos a que a sociedade se lançou, em que o cômputo sobre a atual conjuntura pode ter contribuído para a legitimação do conceito de sustentabilidade.

Além disso, Santos percebe a atual reflexividade no campo das ciências. Para ele, a reflexividade seria a expressão teórica da vivência ambígua do fim do consenso positivista (1989, p 88). Ele acrescenta que “a ciência torna-se reflexiva sempre que a relação “normal” sujeito-objeto é suspensa e, em seu lugar, o sujeito epistêmico analisa a relação consigo próprio” (1989, p 77). Isso porque, para ele, a ciência moderna nos deixou à vontade com as coisas, e por isso houve a necessidade de se “ter idéias distintas e claras acerca delas [as coisas], como ensinou Descartes. Com o decorrer dos séculos, as coisas evoluíram tanto que não demos conta que, ao mesmo tempo em que as domesticamos e nos pusemos à vontade com elas, perdemos o à-vontade com as pessoas” (1995, p 109).

A reflexividade também está associada à identidade cultural, um fator de autoconhecimento em comparação ao outro, em que a diferença atual como um espelho, na definição de si próprio. O conhecimento de si próprio tem sido cada vez mais associado à noção de que proporciona maior tolerância, ocasionando o reconhecimento do outro como ser digno de seus próprios ideais, valores e princípios, trazendo-nos a reflexão sobre os nossos próprios. Max Weber afirmara que “O destino de uma época que comeu da árvore do conhecimento é ter de (...) reconhecer que as concepções gerais da vida e do universo nunca podem ser os produtos do conhecimento empírico crescente, e que os mais elevados ideais, que nos movem com mais vigor, sempre são formados apenas na luta com outros ideais que são tão sagrados para os outros quanto os nossos para nós” (apud Harvey, 1996).

Além disso, a singularidade cultural possibilitaria, cada vez mais, a legitimação perante o “outro”, legitimação esta também intermediada pela cultura como fator de consumo – ponto em que o turismo tem estreita relação.

1.5 PÓS-MODERNIDADE E CULTURA

Alcançamos ponto central da teoria pós-moderna: a cultura. Muito embora a cultura seja mais comumente analisada pela corrente teórica pós-moderna aqui preterida, que a associa à noção de fragmentação e pluralidade de grupos sociais, ela será abordada em conformidade com os parâmetros teóricos da corrente literária pós-moderna aqui priorizada, e, portanto, será realizada uma análise crítica, associada a fatores econômicos, políticos e sociais. Qual poderia ser, a princípio, a relação entre a necessidade de expansão capitalista e a atual diversidade cultural que borbulha em todos os cantos do planeta, atualmente, como maneiras de inclusão no “mapa”?

Faz-se importante demonstrar a associação entre cultura e pós-modernidade, no sentido de que cultura tem sido, para esse paradigma, utilizada como um recurso para se atingir algumas finalidades. Nesse sentido, a globalização e o capitalismo estão intimamente relacionados à transformação ocorrida no sentido conferido ao conceito de cultura. Para análise dessa questão, recorrerei a Harvey, em sua obra *A Produção Capitalista do Espaço* (2001), e Yúdice, em *A Conveniência da Cultura – Usos da Cultura na Era Global* (2006).

Harvey nos proporciona visão crua de como o capitalismo se entrelaçou à cultura na obra supracitada (2001). Apesar de priorizar termos econômicos/técnicos, visão repetidamente apontada como reducionista ao longo deste trabalho, considero oportuna a visão do autor, que elabora argumentos concomitantemente de cunho econômico, social, político, cultural, configurando rica análise para o objetivo aqui delineado, como é de seu estilo. Aliás, antevendo a crítica ao aparente “reduccionismo econômico” de sua obra, que poderia gerar interpretação de que o capitalismo produziria culturas locais, dominando iniciativas locais e impedindo “o desenvolvimento de qualquer tipo de diferença que não esteja diretamente incluída dentro da circulação do capital”, Harvey afirmou que essa seria uma “deturpação” da sua mensagem (2001, p 237).

Sua intenção, como se faz claro ao longo do texto, é mostrar que “o capital possui meios de se apropriar e extrair excedentes das diferenças locais, das variações culturais locais e dos significados estéticos”, contribuindo à “desavergonhada transformação em *commodities* e comercialização de tudo”, um indicador dos nossos tempos (2001, p 237). Já Yúdice aborda o assunto pelo viés da cultura, embora igualmente atribua ao capitalismo a mudança no significado de cultura hoje. Sua análise é igualmente rica e abrange elementos diversos, como Harvey o fez – de certa forma, complementando-o. Segue, assim, apresentação acompanhada

de análise de ambas as obras, intercaladas com crítica sobre a forma como o assunto se relaciona ao turismo.

O aspecto cultural mostra-se extremamente importante para a teorização da pós-modernidade, e não somente para o “pós-modernismo”. Para Yúdice, a “cultura enquanto recurso é o componente principal do que poderia definir-se como uma episteme pós-moderna” (2006, p 52). Hoje, há uma reaproximação entre a denominada alta cultura e a cultura de massa, tão distanciadas pelo conceito de “arte moderna”. Essa seria característica marcante da pós-modernidade: uma “fluidez passou a afetar as fronteiras entre a cultura superior, tradicional objeto de proteção das universidades, e a cultura de massa. Formas populares (...) começaram a reivindicar parte da seriedade das formas culturais superiores, e a alta cultura respondeu com uma adoção equivalente de formas e características pop” (Connor, 2000, p 21).

Yúdice identifica que o sentido dado ao conceito de cultura atualmente difere substancialmente do sentido conferido até poucas décadas atrás. Para ele, cultura abarca, além da “alta-cultura”, o sentido antropológico (hábitos, tradições, memória, etc.), associadas ainda às “culturas populares”; tal ampliação teria colaborado para a difusão e democratização de seu consumo (2006, p 11).

Yúdice faz coro à idéia de que a globalização revigorou o conceito de cultura, reforçando “a idéia de que as diferentes culturas do povo e as necessidades decorrentes deveriam ser reconhecidas”, um poderoso argumento atualmente, que encontrou receptividade ampla (2006, p 40). Até pouco tempo atrás, a literatura se inquietava com a possível hegemonização cultural que a globalização acarretaria; hoje, ao contrário, argumenta-se sobre como ela reaviva e promove as culturas: “sob as condições determinadas pela globalização, é a diferença e não a homogeneização que difunde a lógica prevalecente da acumulação. A globalização (...) produz o encontro de diversas tradições como a de que “culturas não podem mais ser examinadas como se fossem ilhas num arquipélago” (UNESCO, 1998 apud Yúdice, 2006 p 50).

A diversidade cultural, assim, tem se mostrado como uma importante característica promovida pelos tempos atuais, em que as localidades buscam o resgate e a promoção de suas singularidades e identidades culturais, remontando, por vezes, aos seus laços históricos. Yúdice afirma que, à medida que a identidade social é desenvolvida num contexto cultural coletivo, discute-se a inclusão democrática de grupos sociais distintos, tornando a questão cultural um recurso para reivindicação pela democratização e inclusão (2006, p 40). Sua principal tese é de que a cultura tornou-se conveniente hoje para diversos grupos, tomando

forma de recurso (inclusive, mas não somente, para fins econômicos), e centralizando discursos de variados interesses.

Os exemplos enumerados pelo autor incluem a utilização da cultura como atração para o desenvolvimento econômico e turístico; como “mola propulsora das indústrias culturais” e de novas indústrias que dependem da propriedade intelectual, tornando-se, portanto, conveniente ao setor privado, bem como para as comunidades, pois é mecanismo de inclusão. “Nos nossos tempos, representações e reivindicações de diferença cultural são convenientes na condição de que elas multipliquem as mercadorias e confirmam direitos à comunidade” (Yúdice, 2006 p 45).

As reivindicações sociais por meio da diversidade cultural seriam convenientes por, dentre outros motivos, atribuírem presumivelmente poder a um grupo social. Além desse “uso”, Yúdice aponta que a cultura tornou-se recurso, ainda, para o desenvolvimento urbano (focando-se no que antes seria a “alta cultura”); ou na promoção de culturas nativas e patrimônios nacionais, além de lugares históricos crescentemente “disneificados”, para o turismo; na redefinição de propriedade intelectual como formas de cultura, etc. (Yúdice, 2006 p 47). Focaremos no uso que Yúdice apontou sobre a possível inclusão social mediada pela cultura como recurso, ocorrida por intermédio de sua comercialização.

Essa instrumentalização da cultura seria “inevitável”, segundo Yúdice. A “imbricação da cultura com a economia e com a solução de problemas sociais constitui um fenômeno conjuntural análogo à transação keynesiana entre o capital e o trabalho negociada pelos Estados-nação” (Yúdice, 2006 p 380). Este processo, entretanto, teria causado a perda da importância do “conteúdo da cultura”, devido à crescente “conveniência da diferença como garantia da legitimidade”. As conceituações anteriores de cultura (“os cânones de excelência artística; os padrões simbólicos que dão coerência e conferem valor humano a um grupo de pessoas ou sociedade, ou a cultura como disciplina”) teriam, dessa forma, cedido lugar à conveniência da cultura (termo traduzido por Yúdice do conceito de *expediency*⁷, em inglês) (Yúdice, 2006 p 454).

Sendo a cultura percebida e utilizada como recurso, ela carece de gerenciamento, ainda mais quando se considera a atual circulação, em grande velocidade, nos tempos de hoje (Yúdice, 2006, p 11). Ele enfatiza que não compartilha a opinião de que o uso da cultura como recurso seria, para ele, uma “corrupção” da cultura, ou redução dos estilos de vida à

⁷ A palavra “expediency”, conforme o Oxford English Dictionary (1971), refere-se ao “meramente político” (especialmente, com referência a interesses próprios), que “descuida do que é justo ou certo”. Yúdice propõe modificar essa acepção, “pois ela denota uma noção de certo existente fora do jogo de interesses” (2006, p 63).

“mera política”, opinião considerada por ele como nostálgica ou reacionária (Yúdice, 2006 p 46).

Apesar de asseverar que o caminho tomado pela cultura seja irreversível, o propósito de Yúdice, nessa obra, parece ser o de desmistificar a atual bandeira de que o multiculturalismo possa proporcionar acesso democrático às instâncias de poder, de reconhecimento e de atuação como cidadania, visto que (essa bandeira), cada vez mais fortalecida nos dias de hoje – geralmente carregada por movimentos esquerdistas, segundo o autor – parecem não perceber (ou ignorar) as distorções causadas por esse discurso.

Para ele, “é quase impossível encontrar declarações públicas que não arremetem a instrumentalização da arte e da cultura, ora para melhorar as condições sociais, como na criação de tolerância multicultural e participação cívica através de defesas como as da UNESCO pela cidadania cultural e por direitos culturais, ora para estimular o crescimento econômico através de projetos de desenvolvimento cultural urbano e a concomitante proliferação de museus para o turismo cultural, culminados pelo crescente número de franquias de Guggenheim” (Yúdice, 2006, p 27).

Como afirmado, fortalece-se o movimento acadêmico, político, social e cultural que divulga o envolvimento da comunidade – cujo elo de coesão se dá pela cultura – como a esperança para corrigir as distorções sociais. Boaventura Santos é representante deste movimento, e aproveitando ter sido sua teoria amplamente utilizada para a construção deste trabalho, é interessante tomar conhecimento da ótica de Yúdice sobre sua teoria. Yúdice afirma que o novo paradigma vislumbrado por Santos “previsivelmente” baseou-se na “ativação de um ‘princípio comunitário’, baseado na solidariedade, e de um ‘princípio estético-expressivo’, baseado na autoria e na artefactualidade”⁸ (1995, apud Yúdice, 2006 p 45).

Para Yúdice, Santos seria um dentre muitos ativistas e teóricos progressistas que, nas últimas três décadas, “romperam com a tônica estatista e cognitivista do marxismo tradicional (...) [e] colocaram a estética e a comunidade na formulação de uma alternativa cultural-política para a dominação”. Para esses teóricos, representados aqui por Santos, a cultura

⁸ Acrescento que, de forma a sucintamente completar a exposição da obra de Santos, o autor de fato embasa a solução para a consolidação do paradigma do porvir com base na sociedade civil como elemento crucial. Nesse sentido, seriam elementos para alcançar um estado ideal: a solidariedade, que se baseia na dimensão ética, e passa da ética individualista à coletiva. A participação, que se baseia na dimensão política, ampliando consideravelmente o escopo do conceito de cidadania; e o prazer, fundado na dimensão estética, preterida pela modernidade, expulso da noção de conhecimento legítimo, e relegada unicamente às esferas de consumo em massa (redundando, para ele, na ideologia do consumismo) e na “institucionalização” autônoma da arte (Santos, 2007 p 113).

simboliza a união do que “na modernidade pertencia à emancipação, por um lado, e à regulação, por outro (...)” (Yúdice, 2006 p 45), conforme os próprios termos cunhados por Boaventura Santos. Para Yúdice, “essa conjunção” consagrada pelo termo em voga *política cultural* “é talvez a expressão mais clara da conveniência da cultura”.

Na visão desse movimento, as desigualdades sociais legitimam a necessidade de uma cultura que ofereça “encontros com a história, memória, identidade e a personalidade” e “ative a autoconsciência (...) articulando a experiência individual e coletiva” (Yard, 1998 apud Yúdice, 2006 p 426). Haveria, portanto, um grande entusiasmo de que a sociedade civil fundamente a renovação, a reforma da atual conjuntura e seus problemas por meio da cultura. Harvey, o segundo dos dois principais autores que embasam este trabalho, também sugere que o envolvimento da sociedade civil é parte da solução para os atuais desafios, invocando seu envolvimento: “A ação só pode ser concebida e decidida nos limites de algum determinismo local, de alguma comunidade interpretativa, e os seus sentidos tencionados e efeitos antecipados estão fadados a entrar em colapso quando retirados desses domínios isolados” (Harvey, 1996, p 56).

Entretanto, Yúdice pergunta-se se a organização da sociedade civil (cujo elo de coesão se dá pela cultura) talvez seja não uma forma de corrigir os desequilíbrios sociais, mas antes uma maneira de agravá-los: “a efervescência das ONGs não [seria] uma faca de dois gumes, ajudando a escorar um setor público abandonado pelo Estado [e] ao mesmo tempo possibilitando ao Estado se abster de algo que já foi visto como sua responsabilidade” (Yúdice, 2006 p 153). Para o autor, “a cultura está sendo invocada para resolver problemas que antes era de domínio da economia e da política (p 46).

De fato, Santos sugere que, dentre as ações para uma “emancipação” da sociedade, é que seja passado o poder conferido ao Estado para a sociedade civil, que teria sido “despolitizada” durante a modernidade (2007, p 113). Até que ponto cabe ao Estado o papel de mitigar as mazelas sociais? Até que ponto cabe à sociedade organizada contribuir para sua própria emancipação e solucionar seus problemas? Seria esse um discurso conveniente, ou necessário em face da incapacidade de o “Estado” gerir as políticas? Afinal, o Estado somos nós? São perguntas que devem ser refletidas, mas para as quais não há, aqui, respostas prontas.

O fato é que à sociedade civil foi dado novo papel, mostrando-se como a maior interessada no recurso cultural como fator de desenvolvimento. Tornou-se, portanto, fundamental para os movimentos que defendem a reforma, sendo a recente proliferação de organizações não-governamentais exemplar desse pensamento, visto que grande parte delas

(mesmo as que não tratam sobre a cultura diretamente) partem do pressuposto de que a sociedade civil deve reunir-se e lutar pelos seus direitos, mobilização que deve estar enraizada em sua própria cultura. A cultura, neste contexto, funciona, por um lado, como o elo de coesão de determinado grupo social, definindo quem está dentro ou fora das reivindicações propostas; por outro lado, funciona também como o próprio fator de promoção comercial.

Yúdice demonstra como esse *empoderamento* da sociedade civil (para se utilizar termo comum, promovido por esse movimento) está associado às políticas neoliberais. A redução do Estado, sua crescente abstenção de assuntos coletivos e sua diretriz baseada no *laissez-faire*, deixando livremente às forças ocultas do mercado operarem o destino da sociedade, teriam imposto à sociedade civil essa organização forçada, pelos meios que fosse possível, para inserir-se como agente legítimo – ainda que, para isso, tenha necessitado recorrer ao sistema determinante dos que são “legítimos” ou não: o capitalismo. A cultura, assim, de fato seria o instrumento, a “passagem” para sua inserção nesse sistema, a garantia de seu reconhecimento.

Caberia à sociedade civil, sob essa perspectiva, tornar o novo Estado neoliberal viável (inclusive para si própria), tendo a ela sido dado o papel de assegurar “estabilidade juntamente com a transformação” (Ronfeldt, 1995). A sociedade civil organizada, assim, pode ser considerada como uma exigência neoliberal, “imposta pelo neoliberalismo e, como tal, seu sucesso pode ser apenas limitado, especialmente se consideramos que, em princípio, não busca uma tomada de poder como ocorre com os movimentos esquerdistas tradicionais” (Yúdice, 2006, p 138 e p 153).

O papel da cultura teria, assim, se expandido para as esferas política e econômica, crescentemente dirigida como um recurso para a melhoria sociopolítica e econômica, dada a “desmaterialização característica de várias fontes de crescimento econômico”, bem como “a maior distribuição de bens simbólicos no comércio mundial”. O turismo representa, nesse cenário, poderoso instrumento que contribui para dar à cultura “um protagonismo maior do que em qualquer outro momento da história”. Isso, entretanto, não significa que a cultura passa a se tornar simples pretexto, ou mero instrumento para o desenvolvimento sócio-econômico; “mesmo se fosse esse o caso, a proliferação de tais argumentos nos fóruns onde se discutem projetos referentes à cultura e ao desenvolvimento locais”, como em organismos internacionais, bancos multilaterais de desenvolvimento, governos e sociedade civil organizada “têm operado uma transformação naquilo que entendemos por cultura e o que fazemos em seu nome” (Yúdice, 2006, p 25).

Essa análise, quando complementada pelo argumento de Santos (1995, p 38) de que “os fenômenos mais importantes são simultaneamente econômicos, políticos e culturais, sem que seja fácil ou adequado tentar destringir estas diferentes dimensões”, mostra que a perspectiva econômica priorizada até o momento, apesar de esclarecedora, é limitada para tratar sobre cultura, turismo, sustentabilidade, ou qualquer desses fenômenos atuais que, de fato, simultaneamente perpassam diversos campos. Essa idéia dá maior clareza também sobre o poder de fenômenos como o turismo, e de suas muitas variáveis, que restam intocadas não só pela academia, mas como fonte de possibilidades e oportunidades de desenvolvimento (dada a priorização à questão econômica, como temos visto).

Yúdice argumenta e comprova, ao longo de seu texto, que o enfoque econômico prevalece sobremaneira em relação à própria cultura, que se apresenta como um instrumento que perde a força para o fim maior, a economia. Para ele, a instrumentalização da arte e da cultura não tem sido seguida, na mesma proporção, pela instrumentalização do capital pela cultura e pela arte. Percebe-se, ao longo do texto, que a atual celebração da diversidade cultural como instrumento de desenvolvimento e inclusão social se iniciou pelo viés da economia, argumentado pelos seus agentes, tais como um dos pioneiros, o Banco Mundial: “O patrimônio gera valor. Parte de nosso desafio mutuo é analisar os retornos locais e nacionais dos investimentos que restauram e extraem valor do patrimônio cultural – não importando se a expressão é construída ou natural (...)” (Banco Mundial, 1999 apud Yúdice, 2006 p 30).

Nesse sentido, “a cultura pela cultura, seja lá o que isso represente, nunca receberá fomentos a não ser que possa oferecer uma forma indireta de retorno” (Santana apud Yúdice, 2006 p 32). Os indicadores utilizados pelas instituições culturais para comprovar “o retorno” são associados frequentemente a determinantes econômicos, tendo como resultado que “as instituições culturais e financiadores estão cada vez mais voltados para a medida da utilidade, pois não há outra legitimação aceita para o investimento social” (p 33).

Há, ainda, a disputa política em torno da cultura, dado o seu exponencial poder na atual sociedade. Young (2000) nos lembra que “uma grande extensão do campo de conflitos entre os grupos diferenciados culturalmente não é cultural, mas uma competição acerca de territórios, recursos ou empregos”. A cultura, ao adentrar o terreno político-econômico, passou a se tornar moeda de barganha e de disputa, em que aparentemente os únicos vitoriosos permanecem restritos a classes afluentes.

A análise ofertada por Yúdice fornece alguns apontamentos interessantes. Um é a convergência de interesses, nos tempos atuais, possibilitada pelo conceito de *política cultural*,

que atende desde os capitalistas aos movimentos esquerdistas, além da sociedade civil, governo (que vê suas responsabilidades diminuídas, transferidas à sociedade organizada). Esse conceito pode ser comparado ao “meta arranjo” que o conceito de sustentabilidade representa, pois a cultura também abrange dimensões, até pouco tempo atrás, consideradas incompatíveis – a diferença, se é possível precipitar alguma, é que a política cultural já encontrou os caminhos para sua implementação; enquanto a sustentabilidade permanece, em boa medida, retida na esfera da intenção.

O segundo apontamento interessante que se pode extrair de Yúdice é a possível armadilha a que a sociedade civil e movimentos esquerdistas (o defensor daquela) voluntariamente se lançam, ao “comprar” a idéia do multiculturalismo como fator de reconhecimento e legitimação dos diversos povos e culturas. O autor reflete sobre o papel de intelectuais que atuam no campo, cujo objetivo seja o de contribuir para a inclusão social, mas que “talvez estejam contribuindo para uma política de controle estatal”, visto que “a celebração do marginal e do heterogêneo” pode tornar-se “um modo de transferir o peso da responsabilidade aos subordinados” (Yúdice, 2006, p 252).

É possível ainda refletirmos sobre se o reconhecimento e a inserção de grupos sociais minoritários pela cultura, cada vez mais associada ao consumo, são legítimos; ou se seria uma democratização retórica, um discurso conveniente (assunto a ser abordado no capítulo II). O que se sabe é que o caminho já iniciado é sem volta. A relação desse assunto com o turismo é bastante óbvia, e será aprofundada no capítulo seguinte.

1.6 CAPITALISMO – UMA BREVE ANÁLISE DE BOAVENTURA SANTOS E DAVID HARVEY

Faz-se importante discorrer sobre o sistema capitalista e sua evolução, para melhor compreensão das mudanças ocorridas no papel e atuação da cultura, da ciência e da sustentabilidade na sociedade, em geral, e no turismo, especificamente. Como se viu anteriormente, seu entrelaçamento à modernidade é profundo, e as implicações disso nos três temas trabalhados neste trabalho são evidentes. Essa análise do capitalismo se justifica dada a força de sua influência no turismo, mediada pela cultura, sustentabilidade e teoria acadêmica.

Santos (2007) argumenta que a crise atual decorre porque o projeto da modernidade foi cruzado com o capitalismo, que se deu por intermédio da ciência (dentre outros), e reduziu as possibilidades da modernidade (as denominadas promessas) às possibilidades do

capitalismo que, tudo indica, está em crise. Entretanto, Santos (2007, p 33) defende que a modernidade não pressupõe o capitalismo como modo de produção próprio.

Essa informação é relevante por mostrar que, apesar de a sociedade considerar o capitalismo como ponto basilar de seu funcionamento há séculos, enraizado a ponto de não se conceber uma realidade fora de seus domínios, o capitalismo de hoje difere-se radicalmente de sua fase inicial, e essas mudanças gradualmente efetivadas (como a atualmente em curso, em função da crise capitalista) demonstram que o capitalismo não é o único modo viável para a sociedade. Esse autor, de fato, prevê que o paradigma da modernidade, que foi constituído antes de o capitalismo ter se tornado como modo de produção dominante, desaparecerá provavelmente antes de o capitalismo perder a sua posição dominante, considerada por ele como inevitável.

Harvey igualmente demonstra como o desenvolvimento do capitalismo associa-se à crise paradigmática atual. Para ele, o capitalismo relaciona-se intrinsecamente aos aspectos sociais e culturais do homem, contribuindo sobremaneira para a atual crise do pensamento (1996). Sua hipótese parte do pressuposto de que, para que um sistema de acumulação possa existir, faz-se necessário um “esquema de reprodução coerente”, ou seja, “que os comportamentos de todos os tipos de indivíduos (...) [assumam] alguma modalidade de configuração que mantenha o regime de acumulação funcionando”. O autor cita Lipietz (1986), para quem tem de haver “uma materialização do regime de acumulação, que toma a forma de normas, hábitos, leis, redes de regulamentação etc. que garantam a unidade do processo, isto é, a consistência apropriada entre comportamentos individuais e o esquema de reprodução” (1996, p 117).

Harvey (1996) demonstra a necessidade, portanto, de analisar as intrincadas “relações, hábitos, práticas políticas e formas culturais que permitem um sistema capitalista altamente dinâmico e, em conseqüência, instável, adquirir suficiente semelhança de ordem para funcionar de modo coerente ao menos por um dado período de tempo”. Harvey, ao contrário de Santos, dá grande ênfase ao processo em que o capitalismo se desenvolveu a partir do fordismo até o que ele denomina como a fase atual do capitalismo de *acumulação flexível*, que teria se iniciado por volta de 1973. Harvey demonstra como as mudanças nas relações de trabalho, no Estado, no espaço, na produção e na própria sociedade influenciaram para que o capitalismo se desenvolvesse à forma como é hoje.

Já Santos (1995, p 79) distingue três grandes períodos (seguindo a caracterização do desenvolvimento do capitalismo elaborado por Lash e Urry, 1987). O primeiro período capitalista, conforme Santos explana, abrange quase todo o século XIX, a que o autor designa

o período do *capitalismo liberal*. O segundo período teria se iniciado no final do século XIX e atingido o seu pleno desenvolvimento no período entre as duas grandes guerras e nas primeiras décadas depois da 2ª Guerra Mundial, período este designado por *capitalismo organizado*. O terceiro período, iniciado a partir do fim da década de sessenta e ainda hoje vigente, é denominado pelo autor como *capitalismo desorganizado*: “uma designação inadequada, mas que, à falta de melhor, não é tão grosseira que nos impeça de ver a natureza profunda das transformações e curso nas sociedades capitalistas.”

Antes de partir para a argumentação central de Harvey, faz-se necessário apontar o princípio básico para que o capitalismo opere, conforme relatado pelo autor (1996). Ele enfatiza que o capitalismo é orientado para o crescimento, e uma taxa equilibrada de crescimento “essencial para a saúde de um sistema econômico capitalista”, visto que “só através do crescimento os lucros podem ser garantidos e a acumulação do capital, sustentada”. Embora esta seja uma idéia elementar do sistema capitalista, até mesmo óbvia, ela se torna importante para os argumentos que serão aqui desenvolvidos. A expansão vertiginosa do capitalismo, especialmente a partir do fordismo, conquistou e ampliou mercados; neste processo, inculcou novas necessidades em potenciais consumidores e, mais recentemente, criou novos meios de se expandir por meio do setor de serviços – que se relaciona ao turismo e à cultura como mercadorias. Para o capitalismo, “pouco importam as conseqüências sociais, políticas, ou ecológicas”, contanto que o crescimento esteja assegurado (Harvey, 1996, p 166).

Similarmente, Santos (1995, p 34) aponta que sempre que o capitalismo passou por “crises de acumulação”, a solução foi dada pela criação de novos mercados, novos bens de consumo e, recentemente, novos serviços, fazendo-se “chegar a pontos do globo até então não integrados na economia mundial”. Desta forma, Santos afirma que ambos os fatores demonstram que o “processo de expansão e ampliação parece estar a atingir limites inultrapassáveis. Quanto à integração do planeta terra na economia capitalista mundial, as duas últimas décadas de transnacionalização da economia parecem ter concluído definitivamente o processo histórico que se iniciou na época das descobertas”.

Segundo Harvey (1996), o atual sistema capitalista teria proporcionado, baseado em seu sistema de produção flexível, uma aceleração do ritmo de inovação do produto. Essa aceleração baseou-se em fatores variados, como a aceleração do tempo de giro da produção (considerada chave para se manter a lucratividade), acompanhada de aceleração do tempo de giro do consumo – possível graças à queda do tempo de “meia vida” dos produtos e pela criação de “novas necessidades e modas fugazes”. Esse autor caracteriza o período de

acumulação flexível de hoje em contraposição ao capitalismo fordista, sendo aquele marcado por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ele salienta que o atual movimento do capital, mais flexível, “acentua o novo, o fugidio, o efêmero, o fugaz e o contingente da vida moderna, em vez dos valores mais sólidos implantados na vigência do fordismo” (nota-se a clareza com que o autor associa elementos sócio-culturais aos econômicos, estilo marcante de suas análises).

Dadas as características citadas, alguns autores (dentre os quais Boaventura Santos) denominam esta fase atual do capitalismo como desorganizada. Harvey discorda. Lash e Urry (1987 apud Harvey, 1996) denominam o atual período do capitalismo como desorganizado devido a fatores como a desconcentração do poder corporativo com relação aos mercados nacionais, o declínio das classes trabalhadoras, a crescente independência dos grandes monopólios com relação aos regulamentos estatais, a industrialização de países periféricos e a “desindustrialização” de países centrais.

Santos, na verdade, havia ressaltado que é discutível a denominação sobre se o capitalismo atualmente é organizado ou desorganizado, apesar de ele próprio ter se apoderado da denominação de fases de Lash e Urry (1987). Ele salienta que o capitalismo atual só pode ser dito desorganizado na medida em que colapsaram muitas das formas de organização que tinham vigorado no período anterior. Há, entretanto, no processo de desestruturação, “uma nova forma de organização, ou até de hiperorganização”. Neste ponto o autor isenta-se do debate, pois para sua teoria, o importante é que neste período (do “capitalismo desorganizado”) as diferenças entre os pilares da emancipação e da regulação esvaíram-se (1995, p 87).

Assim, Harvey (1996) esse fase do capitalismo extremamente organizada, apesar da desregulamentação das últimas décadas – que ele considera mais como um “slogan político”, que proporcionou, na verdade, um aumento da monopolização, das fusões de grandes corporações. O autor afirma que as mudanças do capitalismo não implicam necessariamente na desorganização do capitalismo.

Porque o mais interessante na atual situação é a maneira como o capitalismo está se tornando cada vez mais organizado *através* da dispersão, da mobilidade geográfica e das respostas flexíveis nos mercados de trabalho, nos processos de trabalho e nos mercados de consumo. (Harvey, 1996, p 151; grifo dele).

No tocante ao mercado de trabalho, Harvey (1996) defende que o atual tipo de capitalismo de acumulação flexível “valorizou o empreedimentismo inovador e ‘esperto’,

ajudado e estimulado pelos atavios da tomada de decisões rápida, eficiente e bem-fundamentada”; isso teria acentuado a competitividade que, por sua vez, acirrou ainda mais o individualismo. Como consequência, a possibilidade de conceber a sociedade como ente coletivo teria se tornado mais difícil, visto que o individualismo acirrado seria condição necessária, “embora não suficiente”, nesse contexto de transição do fordismo para a acumulação flexível (Harvey, 1996).

Esse contexto de aumento de competição “permitiu a realização de substanciais redistribuições de renda, que favoreceram, na maioria das vezes, os já privilegiados” (Harvey, 1996, p 161). Além disso, “na medida em que o aumento da competição internacional em condições de crescimento lento forçou todos os Estados a se tornarem mais “empreendedores” e preocupados em manter um clima favorável aos negócios, a força do trabalho organizado e de outros movimentos sociais tinha de ser contida”, papel esse que coube ao Estado (Harvey, 1996, p 161).

Esse autor reconhece que a atuação do Estado hoje é muito mais difícil do que em outros tempos por vários fatores, dentre os quais ele cita: o poder corporativo transnacional (que torna o poder regulatório do Estado a nível nacional ultrapassado); as pressões para que os países se tornem receptivos ao capital financeiro estrangeiro, e favoráveis aos investimentos – ao mesmo tempo em que devem atender às exigências internas, intrinsecamente contraditórias ao capital estrangeiro; dentre outros fatores. Apesar dessa conjuntura que dificulta o papel do Estado, Harvey critica a atuação estatal, e aponta que foi disseminada “a imagem de governos fortes administrando fortes doses de remédio não palatáveis para restaurar a saúde de economias moribundas”.

Portanto, ele não exime a responsabilidade do Estado em optar por essas políticas, uma opção de “representar os poucos mais abastados da sociedade”. As consequências dessas escolhas são claras para o desequilíbrio sócio-econômico das sociedades. “Tão logo as escolhas políticas foram vistas como uma troca entre crescimento e equidade, não havia dúvidas sobre o lado para onde o vento ia soprar...” (1996, p 159). Os autores citados neste trabalho são unânimes em apontar as políticas neoliberais adotadas pelos Estados como fator contributivo para o cenário do capitalismo desorganizado, hoje.

A título de breve esclarecimento, essas políticas envolvem, conforme Yúdice explica, a redução do próprio Estado que garantia emprego e regulava a circulação de capital, a privatização de empresas e serviços estatais, a distribuição cada vez mais restrita dos recursos públicos e a descentralização, que foram instituídos “como parte dos programas de reajuste estrutural prescritos por instituições financeiras internacionais como o Banco Mundial e o

FMI”, como requisitos para os países se manterem inseridos no sistema econômico global. Entretanto, a “integração à economia mundial significava redução do poder estatal em proteger cidadãos das oscilações do mercado mundial, o disciplinamento da mão-de-obra segundo critérios de competitividade, e a disseminação, sem precedentes, da ideologia do livre mercado” (Yúdice, 2006 p 136).

É importante notar que Boaventura Santos, Harvey e outros teóricos contemporâneos apontam o sistema capitalista como elemento importante para o descontentamento com a atual conjuntura, e visto estar intricado à economia, sociedade, cultura e todas as áreas da vida humana – como será argumentado e demonstrado posteriormente – é importante discorrermos, ainda que superficialmente, sobre seu funcionamento e evolução. Entretanto, o capitalismo e seus desdobramentos diretos (políticas neoliberais, globalização, etc.) não são aqui apontados como causa dos problemas atuais. A meu ver, o capitalismo nada mais é que instrumento utilizado pela sociedade (ou sustentado por grupos que dele se favorecem); sem a preocupação ética, social e solidária com os grupos menos favorecidos, se permite que ocorra a injustiça social, a destruição da natureza, a pobreza, etc.; mas o capitalismo como modo de gerenciar a economia é um reflexo dos valores da sociedade (ou falta deles), ou esse sistema não teria perdurado por tanto tempo, até hoje, conforme apontado por Harvey.

Horkheimer ressalta como os objetivos do capitalismo passaram a subsistir como fim último, ao invés de servir de instrumento à sociedade como um todo: “a irracionalidade da sociedade moderna reside em ela ser produto de uma vontade particular, o capitalismo, e não de uma vontade geral, unida e autoconsciente” (1972 apud Santos, 2007 p 23). Pode-se afirmar que a cultura e o turismo curvaram-se ao controle desse sistema que penetra e alcança todos os domínios da vida, dada sua inevitável necessidade de crescimento incessante, cujo desdobramento óbvio é o consumismo desenfreado que marca a atualidade como ideologia.

Harvey argumenta que um dos alicerces do capitalismo reside no movimento físico real de mercadorias do lugar de produção ao lugar de consumo como integrante do processo produtivo, que gera valor ao produto – o turismo, assim, é exceção, visto que é o turista quem se locomove rumo ao “produto”. Nesse contexto, a “indústria do transporte e da comunicação é diretamente produtora de valor” (2001, p 49), inclusive no caso do turismo. Assim, os preços são estabelecidos, dentre outros, pela distância percorrida pela mercadoria; a constante busca pela redução dos custos implica incessante aumento de eficiência nos aparatos de transporte e comunicação, além de expansão do mercado geográfico.

De fato, a tecnologia tem atuado de forma incisiva e bem-sucedida, tanto no campo dos transportes como no da comunicação. O avião e o advento da internet seriam símbolos

dessa evolução que se dá a passos largos. Em análise crua, pode-se afirmar que essas são as áreas que determinaram e possibilitaram o fenômeno conhecido como globalização, inclusive quando se considera que a globalização teria sido iniciada pelo desbravamento marítimo pelas frotas européias, como muitos afirmam. Essa redução de custos pela circulação espacial dos produtos foi (e é) necessária, assim, para o desenvolvimento do sistema capitalista. Marx afirmou que, no “contexto da acumulação em geral, o aperfeiçoamento do transporte e da comunicação é visto como inevitável e necessário”; e que o “imperativo da acumulação implica conseqüentemente o imperativo da superação das barreiras espaciais” (apud Harvey, 2001, p 50).

O capitalismo, dessa forma, estimula o fomento da “produção de formas baratas e rápidas de comunicação e transporte”, pois, por um lado, cria novos espaços (setores de produção) para a acumulação de capital que, reciprocamente, por outro lado, expande os horizontes geográficos para o mercado. Harvey cita Marx, que calculou e descreveu o atual momento do modo de produção globalizada. Marx havia afirmado que “até a distância espacial se contrai em relação ao tempo: o importante não é a distância do mercado no espaço, mas a velocidade (...) pela qual o mesmo pode ser alcançado”, pois ocasiona a diminuição do tempo de giro do capital, aumentando, assim, o lucro. Esse autor previra, ainda, que o capital “esforça-se, simultaneamente, em relação a uma ainda maior ampliação do mercado e a uma maior anulação do espaço pelo tempo” (1973, apud Harvey, 2001 pg 50).

À parte da sagacidade de Marx, por antever e descrever a globalização com notável lucidez, mais de um século à sua frente; sua explicação sobre a necessidade de o capital derrubar barreiras, aliada à análise de Harvey, contribui a tornar claro o atual cenário. Do ponto de vista marxista, seria razoável, portanto, considerar que esse assunto se relaciona não só à globalização, mas também ao turismo (tal como é promovido e realizado hoje), que pode ser visto como conseqüência da redução de custos, para fins do capital, concernente aos transportes e comunicação.

Essa redução de custos, acrescida do estabelecimento (também atribuído ao capital) do setor de serviços, como forma de expandir o mercado e criar novos “produtos” e novas necessidades, pode constituir uma versão razoável para explicar o turismo como o fenômeno estrondoso que contribuiu para a caracterização dos séculos XX e XXI. Neste contexto, o turismo estaria permitindo aos países marginalizados do capitalismo industrial de participar do sistema capitalista. Os países pobres, até então marginalizados do progresso – e justamente por isso teriam mantido a “essência” dos tempos anteriores ao surto industrial dos países desenvolvidos, precisamente a essência que os turistas de grandes centros urbanos procuram:

o tempo não controlado pelo relógio, a cultura, a natureza, em suma: os maiores atrativos de destinos turísticos, hoje – poderiam, enfim, adentrar o mundo capitalista pela porta da frente, constituindo-se potenciais produtos turísticos naturalmente, sendo o turismo considerado sua “carta de alforria”.

Mas a explicação restrita ao viés econômico não permite análise abrangente sobre a forma como o turismo se tornou um dos símbolos da pós-modernidade, caracterizando substancialmente os tempos atuais. Sua origem última, talvez, pode ser a necessidade do capital de se expandir. Entretanto, os passos determinados pelo capitalismo envolvem desdobramentos outros, que não aqueles relacionados estritamente ao lucro e ao capital. Tomemos como exemplo a globalização, que foi apontada por Harvey como um desdobramento direto do capitalismo; ela acarreta outras implicações antes não previstas e sobre as quais o capitalismo não tem o controle, que permeiam o ambiente social e cultural do homem, a que o capitalismo não tem relação direta. Ainda assim, percebe-se que o capital procura penetrar nesses espaços, invariavelmente.

Harvey ressalta a importância do poder monopolista para os capitalistas, pois os permite realizar “controle de longe alcance sobre a produção e o marketing, para estabilizar o ambiente empresarial, permitindo o cálculo racional e o planejamento a longo prazo, a redução do risco e da incerteza e, de modo mais geral, a garantia de uma vida relativamente pacífica e tranqüila para si mesmos”. Isso implica, para o autor, que “a mão visível da empresa” teria sido muito mais importante para a geografia histórica capitalista do que a mão invisível do mercado defendida por Adam Smith, “pavoneada *ad nauseam*, nos últimos anos, como poder diretriz da ideologia neoliberal da globalização contemporânea” (2001, p 224).

Essa característica dos capitalistas (monopólio) foi profundamente afetada pela globalização. Harvey menciona, como é de conhecimento geral, que o capitalismo do século XIX era muito menos competitivo do que agora. Neste ponto é que “as mudanças nas condições de transporte e comunicações” entrariam como “variáveis determinantes cruciais”, pois conforme “as barreiras espaciais diminuía por meio do pendor capitalista para a “anulação do espaço pelo tempo”, muitas indústrias e serviços locais perdiam suas proteções locais e seus privilégios monopolistas. Foram forçados à competição contra produtores de outras localidades (...)” (2001, p 225).

Nesse sentido, a globalização “diminuiu significativamente a proteção monopolista conferida historicamente pelos altos custos de transporte e comunicação”. No entanto, como se mostrou anteriormente, o capitalismo necessita dos poderes monopolistas, e a solução encontrada, conforme Harvey assinala, foi centralizar o capital em grandes empresas, por

meio de fusão ou alianças estabelecidas para dominar o mercado. Além disso, e este é o ponto principal para a discussão em pauta, buscou-se assegurar com mais afinco os direitos de monopólio por diversos meios, inclusive mediante leis internacionais de comércio. Como conseqüência, “as patentes e os pretensos ‘direitos de propriedade intelectual’ se tornaram um importante campo de batalha, através do qual o poder monopolista, de modo mais geral, faz suas reivindicações” (Harvey, 2001, p 226).

Yúdice, nesse sentido, afirma que a “culturalização” da economia não ocorreu naturalmente, tendo feito uso extenso de acordos comerciais e de propriedade intelectual, intermediados inclusive por organismos internacionais como o GATT e a OMT, dentre outros. “Em outras palavras, a nova fase do crescimento econômico, a economia cultural, também é uma economia política”, e cita Thomas Streeter, para quem a criação da propriedade “não acontece simplesmente na ‘ausência de controle político ou social’”, mas “envolve um esforço contínuo e coletivo (...) de transformar atividades sociais em propriedade” (1996 apud Yúdice, 2006 p 35).

A globalização, portanto, ao contrário da inicialmente alardeada homogeneização, gera “... rendas monopolistas que resultam da descrição de mercadorias como sendo mercadorias incomparáveis” (Harvey, 2001, p 229), como no caso o faz a cultura. Os direitos de propriedade intelectual, conforme Harvey propõe e Yúdice (2006) confirma, estão intimamente relacionados à idéia de “cultura”. Percebe-se, no Brasil, o súbito e intenso patenteamento de práticas materiais e imateriais da cultura brasileira intermediados pelo IPHAN – elevado à importante instituição política, mais recentemente –, associados à gastronomia, à dança, ao artesanato, e a qualquer elemento “único” e “singular” de um local, além, obviamente, dos patrimônios materiais tradicionais (como museus, sítios históricos e arqueológicos, etc.). O assunto “cultura”, assim, inseriu-se no terreno político-econômico, em definitivo.

Harvey afirma que essa seria forma de tentar reassegurar o poder monopolista, “exatamente porque as alegações de singularidade e autenticidade podem ser melhor articuladas enquanto alegações culturais distintivas e irreplicáveis”. Estaria configurada, assim, a conjuntura que transformaria a cultura em mercadoria. A reivindicação de propriedade intelectual imbuí-se de elementos relacionados à especificidade, singularidade, particularidade e autenticidade, como formas não somente de garantir o lucro, mas de manter o monopólio sobre as características atribuídas a determinado “produto” cultural. A confirmação do argumento se dá pelo uso constante desses adjetivos pelo marketing turístico.

A importância da cultura no cenário político e econômico começa a ser melhor esclarecida, a ponto de alguns até defenderem que “a cultura se transformou na própria lógica do capitalismo contemporâneo”, como afirmou Yúdice (2001, p 35). Isso representaria uma transformação que “já está desafiando muitos de nossos pressupostos básicos a respeito do que constitui a sociedade humana” (Rifkin, 2000 apud Yúdice, 2001, p 35).

Harvey menciona, também, as mudanças ocorridas na forma de consumo, como a demanda por customização e diversificação de produtos e serviços cada vez mais específicos ao “perfil” do cliente. Essas mudanças foram seguidas por respectivas alterações na produção, gerando notável desenvolvimento no setor de serviços a partir do início dos anos 1970. Além disso, houve necessidade de acelerar o tempo de giro no consumo, pois com a produção de bens duráveis (muitos dos quais tem um tempo de vida substancial) não se lucra tanto quanto com a produção de serviços como, por exemplo, eventos e espetáculos, cujo tempo de giro é “quase instantâneo”, possibilitando maiores lucros, em maior velocidade (1996). A cultura, assim, materializada em shows, concertos, teatros, espetáculos, apresentações artísticas (danças, performances), museus, e muitas outras formas que buscam reconhecimento como evento “cultural” devido a essa “onda cultural”, estão associados à necessidade capitalista de expansão.

Harvey explica que o surgimento do setor de serviços, no geral, nada mais seria que a nova tentativa de vencer os limites geográficos e populacionais do globo, inculcando novas necessidades antes inexistentes. O turismo também está claramente associado, representante símbolo dessa nova categoria de “produtos-experiência”. De fato, Siqueira (2005), na esteira de Coriolano (1998), argumenta que o turismo contemporâneo “tem sua origem na própria concepção capitalista da vida”, “uma criação da sociedade de consumo que, a partir da importância do lazer na sociedade atual, passa a vender o turismo (...) como um novo produto, nos moldes de uma sociedade de consumo, atrelado, portanto, às leis de mercado”. Nesse sentido, as atividades turísticas configuram-se como mercadorias, para que “possam realizar o capital investido por alguém” (2005, p 63-64).

Nessa conjuntura de comercialização de símbolos e imaginários, o tempo também passa a integrar o domínio do capital. O tempo livre, antes aberto ao infinito, como “o livre pensar, a reflexão, a contemplação, o ócio e outras possibilidades infinitas de se construir o tempo” passa à necessidade de ser configurado por meio de “atividades de lazer”, que gerem “empregos, lucros, dinamização da economia para os segmentos envolvidos”. O tempo, nesse sentido, torna-se objeto de consumo elitizado, a que somente alguns têm o privilégio de usufruir “adequadamente”, isto é, conforme atualmente se percebe o usufruto do tempo, que

deve estar atrelado a alguma “atividade de lazer” ofertada pelo mercado, visto que o ócio está “associado à preguiça, à imoralidade, à improdutividade, ao vício” (Siqueira, 2005 p 64). Trataremos mais sobre a mudança na percepção de tempo, sua categorização e comercialização no próximo capítulo.

Para muitos, o turismo é considerado como o ápice do supérfluo. Aliás, Santos associou diretamente o turismo a essa noção “pós-moderna” do consumo:

Tal como para Marx a alienação assentava sobretudo na “estúpida compulsão do trabalho”, talvez a nossa assente, mais do que em qualquer inculcação ideológica, na “estúpida compulsão pelo consumo”. Aliás, as duas compulsões estão hoje mais interpenetradas do que nunca. Dantes, o operário procurava que o seu tempo livre fosse o contrário do trabalho. Hoje, o tempo livre é cada vez mais semelhante ao tempo de trabalho. **E não me refiro apenas ao tempo homogêneo e abstrato que, tal como o do trabalho, domina o turismo organizado.** Refiro-me ao tempo do cotidiano, ao *jogging*, ao exercício físico, à maquilagem, à aparência física cada vez mais importantes (...) (grifos nossos; 1995, p 110).

Os reflexos da pós-modernidade no turismo, sob os aspectos relacionados à vertente consumista (dentre outras características), são vastos e claros, havendo grande número de críticos ao turismo. Apesar de este trabalho apresentar a visão da pós-modernidade em seu significado de “espetáculo” para o turismo, visão essa priorizada pelos teóricos do turismo – para os quais a Disney seria o exemplo máximo desta leitura –, buscarei analisar o turismo pelos pilares da sociedade pós-moderna na visão aqui priorizada, ou seja, pelo viés da ciência, da sustentabilidade e da cultura (a análise deste terceiro aspecto, embora esteja mais frequentemente associado à corrente pós-moderna do “espetáculo”, é alinhada aos conceitos associados à corrente “progressista”, como Harvey denominou).

1.7 CRÍTICAS À TEORIA PÓS-MODERNA

As críticas feitas à teoria pós-moderna variam. Alguns a criticam por não crerem na existência da pós-modernidade. Nesse sentido, não haveria mudança paradigmática, visto que as mudanças atuais percebidas seriam na verdade uma intensificação das características da modernidade, uma aceleração de uma tendência que teria sido originada há muito tempo, um desdobramento das características da modernidade. Burke (2008, p 27) aponta que, em geral, os pensadores de língua inglesa tendem a aderir à idéia de mudança paradigmática, enquanto

que para outros, especialmente os franceses, o termo-chave é *surmodernité*, em alusão à intensificação da modernidade. Para os últimos, não haveria uma ruptura paradigmática, e sim uma continuidade.

Rebatendo o questionamento sobre a existência da pós-modernidade, ou de ser este momento uma acentuação da modernidade, Harvey (1996, p 19) menciona uma série de acontecimentos que, para ele, comprovam a mudança paradigmática. Os seguintes acontecimentos atestariam a ampla e profunda mudança na “estrutura do sentimento”, uma marca da pós-modernidade: “a mudança de idéias sobre a filosofia da ciência promovida por Kuhn (1962) e Feyerabend (1975), a ênfase de Foucault na descontinuidade e na diferença na história, o ressurgimento da preocupação, na ética, na política e na antropologia, com a validade e a dignidade do ‘outro’”.

As críticas à pós-modernidade não se restringem ao reconhecimento de sua existência, ou não. Elas são direcionadas ainda ao seu conteúdo⁹. Cabe ressaltar, entretanto, que muitas vezes a crítica negativa não distingue entre as correntes existentes, que podem ser antagônicas e conflitantes. A noção promovida por Lyotard (1984 apud Harvey, 1996, p 56) de que “o consenso” teria se tornado “um valor suspeito e ultrapassado” gerou a interpretação, para alguns estudiosos, de que dada a falta do “certo”, da “verdade” e da “história”, não haveria mais valores e princípios que norteiem a sociedade, gerando um vazio que deveria ser reconhecido e até “celebrado” (como afirma Santos).

É necessário ressaltar que parte considerável da crítica ao conceito origina-se dentro do próprio grupo de acadêmicos que divulgam e discutem a teoria pós-moderna, dada a ocasional divergência entre os significados atribuídos ao conceito. Connor, por exemplo, afirma que “Essa perda da continuidade histórica nos valores e crenças, tomada em conjunto com a redução da obra de arte a um texto que acentua a descontinuidade e a alegoria, suscita

⁹ Um fator que dificulta o entendimento (e alimenta a crítica) é o uso do termo “pós-modernismo”, tido como uma corrente literária por alguns, e por um estilo de arte que se contrapõe à arte moderna (o modernismo), por outros. Giddens distingue claramente a diferença entre pós-modernismo e pós-modernidade: “A pós-modernidade se refere a algo diferente.... Ao que se refere comumente a pós-modernidade? Afora o sentido geral de se estar vivendo um período de nítida disparidade do passado, o termo com freqüência tem um ou mais dos seguintes significados: descobrimos que nada pode ser conhecido com alguma certeza, desde que todos os “fundamentos” preexistentes da epistemologia se revelaram sem credibilidade; que a “história” é destituída de teleologia e conseqüentemente nenhuma versão de “progresso” pode ser plausivelmente defendida; e que uma nova agenda social e política surgiu com a crescente proeminência de preocupações ecológicas e talvez de novos movimentos sociais em geral” (1991, p 52). Enquanto pós-modernismo, “se é que significa alguma coisa, é mais apropriado para se referir a estilos ou movimentos no interior da literatura, artes plásticas e arquitetura. Diz respeito a aspectos da reflexão estética sobre a natureza da modernidade.” (Giddens, 1991, p 51). Ainda assim, como esse estilo de arte tem como base a teoria de nome bastante similar, é freqüente a associação direta entre um e outro. O próprio Harvey se refere à pós-modernidade e à modernidade como pós-modernismo e modernismo, fundindo em um só termo as correntes teóricas e o estilo artístico (como se pode perceber em suas citações, ao longo do texto).

todo tipo de problemas para o julgamento estético e crítico. Recusando (...) todos os padrões de autoridade..., o pós-modernismo pode julgar o espetáculo apenas em termos de quão espetacular ele é.” (2000, p 57).

Santos entende, por sua vez, que há dois tipos de atitude dos teóricos pós-modernos sobre a atual transição paradigmática. O primeiro tipo, veladamente criticado pelo autor e por ele denominado como “reconfortante” ou “celebratório”, acredita que a crise atual decorre precisamente do fato de pessoas acreditarem haver promessas ou objetivos a serem cumpridos, mas que se deve aceitar e celebrar o que existe. O outro, “inquietante ou de oposição”, percebe haver promessas do paradigma da modernidade que não foram nem podem ser cumpridas dentro do atual paradigma e, portanto, determina um ponto de partida para enfrentar os desafios para a construção de uma teoria crítica pós-moderna (2007, p 32).

Harvey adere a essa crítica, quando afirma que há, na pós-modernidade, “pouco esforço aberto para sustentar a continuidade de valores, de crenças ou mesmo de descrenças”, reforçado pela “Recusa ... [de] todos os padrões de autoridade” (1996, p 57). Entretanto, esse autor confirma que essa corrente é também parte e reflexo da mudança paradigmática, e cita Huyssens, para quem o que aparece “como o último modismo, promoção publicitária e espetáculo vazio é parte de uma lenta transformação cultural emergente nas sociedades ocidentais, uma mudança da sensibilidade para a qual o termo “pós-moderno” é na verdade, ao menos por agora, totalmente adequado. A natureza e a profundidade dessa transformação são discutíveis, mas transformação ela é” (1984 apud Harvey, 1996 p 45).

Giddens (1991), por sua vez, recusa-se a aceitar a impossibilidade de se sistematizar o conhecimento, ao passo que Harvey afirma que “o pós-modernismo, com sua ênfase na efemeridade da *jouissance*, (...) sua concentração antes no texto do que na obra, sua inclinação pela desconstrução que beira o niilismo, sua preferência pela estética, em vez da ética, leva as coisas longe demais. Ele as conduz para além do ponto em que acaba a política coerente”. E vai além ao afirmar que a “retórica do pós-modernismo é perigosa, já que evita o enfrentamento das realidades da economia política e das circunstâncias do poder global”, concluindo, assim, que “não é possível descartar a metateoria” (1996, p 111).

Neste sentido, Santos não discorda da corrente “celebratória” quando decreta o fim dos metadiscursos, visto que “não há agentes históricos únicos” e, “na ausência de um princípio único, não é possível reunir todas as resistências e agências sob a alçada de uma grande teoria comum.” Todavia, ele defende que a realidade atual necessita não de uma teoria comum, mas de uma teoria de ‘tradução’ que torne “as diferentes lutas mutuamente

inteligíveis e permita aos atores coletivos “conversarem” sobre as opressões a que resistem” (2007, p 27).

Concordo com Santos em que a corrente “celebratória” (que podemos associar à corrente do efêmero, da ideologia do consumo etc.) suscita boa parte das mais contundentes críticas à teoria pós-moderna – com as quais eu também concordo. Inclusive, Santos argumenta que “tem sido fácil à teoria crítica moderna reivindicar para si o monopólio da idéia de uma ‘sociedade melhor’”, dada a inconsistência dos argumentos teóricos deste grupo. O autor sugere que “o antagonismo entre ‘pós-moderno de oposição’ e ‘pós-moderno celebratório’ terá gradualmente conseqüências políticas e teóricas mais importantes do que o antagonismo entre o moderno e o pós-moderno”, mas que, “infelizmente, o primeiro antagonismo tem sido ocultado pelo segundo devido a uma intrigante convergência entre o discurso de modernistas irredutíveis e o discurso de pós-modernistas hiperdesconstruídos” (2007, p 37).

Conforme Connor afirmou, ambas as correntes não estão isoladas, e os conceitos permeiam-se e cruzam as fronteiras imprecisas, não sendo sempre clara a distinção entre ambas. Harvey afirma que, na verdade, há uma corrente intermediária de teóricos pós-modernos que atua entre recusar totalmente as metanarrativas – que “reduz o conhecimento e o significado a um monte desordenado de significantes” – e as proposições teóricas que negam veementemente a complexidade do atual cenário: “são altamente simplificadoras.” Essa corrente intermediária, a que ele caracteriza como o “ângulo progressista”, “acentua a comunidade e a localidade, as resistências locais e regionais, os movimentos sociais etc”. Seria uma tentativa de “extrair ao menos um mundo apreensível da infinidade de mundos possíveis” (1996, p 315).

O perigo identificado por Harvey, de evitar o enfrentamento da realidade, é também ressaltado por Santos que, nessa linha, salienta que a modernidade, felizmente, colaborou para combater os “monopólios de interpretação” impostos anteriormente pelo Estado, pela religião, pela família e pelo partido. Ele afirma que a modernidade foi relativamente bem sucedida nessa luta, que ele acredita não ter colocado um fim a esses monopólios, mas ainda assim ter colaborado neste sentido, sendo isso um “bem absoluto da humanidade” (2007, p 95).

No entanto, o autor teme que a luta para o fim dos monopólios de interpretação talvez tenha se excedido, não havendo preocupação em substituir aqueles “monopólios de interpretação” por “autonomia de interpretação”, mas sim “a renúncia à interpretação”, que seria a tendência a “evitar o enfrentamento da realidade” a que Harvey se referiu. Santos argumenta que o desafio para o conhecimento pós-moderno é, portanto, continuar a combater

os monopólios de interpretação e combater também as renúncias à interpretação que se têm manifestado. Alguns teóricos da pós-modernidade demonstram bem essa renúncia, pois “[o]bcecados pela desconstrução e pela deslegitimação de toda espécie de argumento que encontram, eles só podem terminar por condenar suas próprias reivindicações de validade chegando ao ponto de não restar nada semelhante a uma base para a ação racional.” (Harvey, 1996, p 111).

Além disso, critica-se a relação íntima estabelecida entre a pós-modernidade e o capitalismo. Jameson (apud Connor, 2000, p 65), por exemplo, afirma que “o pós-modernismo não é senão a lógica cultural do capitalismo avançado”; o atual contexto seria uma incessante “produção de necessidades e desejos”, de acordo com Harvey (1996, p 64). Connor acrescenta que atualmente há a promoção da publicidade como “a arte oficial do capitalismo”, de forma a tornar os estilos de vida urbana parte da vida cotidiana sob o capitalismo. Ele conclui, portanto, que uma das características mais patentemente claras da atualidade é o enraizamento na vida cotidiana desse estilo de vida consumista. Santos reforça que os tempos de hoje caracterizariam a “colonização do prazer”, que se deu por meio da “industrialização do lazer e dos tempos livres, das indústrias culturais e da ideologia e prática do consumismo.” (2007, p 76).

Lash (1978 apud Yúdice, 2006 p 223), nesse sentido, apontou que a hegemonia da classe profissional-administradora, no empresariado e no governo, e o predomínio do mercado e da mídia, que incluem o conhecimento e a informação na categoria da publicidade e espetáculo, constituem um “desenvolvimento histórico que transforma o cidadão em cliente, e o trabalhador, de produtor em consumidor”.

Harvey, na mesma linha, cita Charles Newman (1984), que “vê boa parte da estética pós-modernista como uma resposta ao surto inflacionário do capitalismo avançado”. Neste sentido a “estética relativamente estável do modernismo fordista” teria dado lugar a “todo o fermento, instabilidade e qualidades fugidias de uma estética pós-moderna que celebra a diferença, a efemeridade, o espetáculo, a moda e a mercadificação de formas culturais” (Harvey, 1996, p 148). Por isso a ênfase da crítica a essa corrente da teoria pós-moderna, conforme anteriormente apontado; ela é vista como incentivadora da transformação até mesmo da cultura em produto para consumo.

Acompanho esse raciocínio, e acrescento ainda que, a meu ver, esse ângulo da pós-modernidade (dentre os muitos anteriormente apresentados) constitui, este sim, um desdobramento, uma continuidade da modernidade, uma das conseqüências do excesso a que Santos se referiu sobre o projeto da modernidade; relaciona-se com a tentativa de preencher o

vazio da sociedade, dada a falta de legitimação de elementos “subjetivos” na modernidade – como religião, valores éticos, ou simplesmente valores mais “humanos”, como solidariedade e respeito (comumente associados à suposta fragilidade feminina, em contraposição aos valores “masculinos” como virilidade, competitividade, força, etc., tão presentes na estrutura moderna de pensamento racional).

Creio ser esta a prova por qual podemos concluir que ainda estamos em período de transição: o consumismo desenfreado é incompatível com valores mais recentemente promovidos pelo outro ângulo do paradigma pós-moderno, tal como o desenvolvimento sustentável; a ética (do ponto de vista macro, não a micro ética individualista, propagada pela modernidade); o retorno às origens, a valores sólidos e à vida simples; a tolerância ao diferente (justamente oposta à necessidade de seguir modismos padronizados, da pós-modernidade consumista), etc.

A meu ver, a vertente relacionada ao consumismo é conflitante com esses valores acima elencados, e deveria ser cunhada de maneira diversa, justamente por se mostrar como continuação da modernidade. A vertente teórica que promove a mudança daquele pensamento em que a imagem predomina sobre o conteúdo não seria, a meu ver, uma continuidade da modernidade, mas antes uma quebra; aponta para os indícios de um novo paradigma, cujas características só recentemente começam a se tornar visíveis.

CAPÍTULO II - O TURISMO E A PÓS-MODERNIDADE

Este capítulo fará breve análise sobre a relação entre turismo e a pós-modernidade, apresentando as duas correntes predominantes sobre o assunto. Em seguida serão discutidas as questões teóricas que estão relacionadas à teoria pós-moderna. Apesar de existirem muitas questões passíveis de análise, será dada ênfase a três delas no que concerne ao turismo: sustentabilidade, objeto de estudo acadêmico e cultura. Ou seja, esses temas serão repensados à luz da teoria da pós-modernidade.

O turismo já fora caracterizado como um fenômeno intrinsecamente moderno, considerando que os fatores que desencadearam o seu surgimento são oriundos da era moderna, quais sejam: a produção em massa, típica da industrialização; a divisão do tempo em tempo de trabalho e tempo livre para o trabalhador – incluindo aí o tempo de férias remuneradas; o desenvolvimento da tecnologia da informação e do transporte; a associação entre lazer e lucro, etc.

Para a caracterização do turismo como fenômeno moderno, o “tempo” constitui-se de particular relevância. A caracterização do *tempo livre* versus *tempo de trabalho* é baseada na “noção de tempo cronológico, aquele marcado pelo relógio, uma descoberta mecânico-categórica”, além de “centralizador e universalizador, encontrado no centro do capitalismo” (2000, p 37), e que, portanto, merece atenção para a compreensão do surgimento do turismo em fins dos tempos modernos, ou seja, na década de cinquenta e sessenta.

Siqueira afirma que é fundamental compreender a separação que ocorre no capitalismo industrial entre tempo de trabalho e tempo livre para a reflexão do turismo recente, pois antes “as atividades da vida conviviam de maneira bastante integrada (trabalho, religiosidade, diversão, ócio, festa)”. Depois, com o capitalismo, “a vida passa a se estruturar nessa nova divisão” de tempo. “Se antes o nada fazer, o passar o tempo, o divertimento, o descanso combinavam-se de acordo com as circunstâncias, o momento [...] passará a ser, paulatinamente, controlado, higienizado (limpo), moralizado, organizado” (2005, p 58).

O tempo passa, então, a constituir-se como mercadoria. “Crescentemente, tudo e todos têm de passar pelo crivo do equivalente geral. O próprio tempo passou a ser comprado e vendido, transmutou-se em mercadoria. E como moeda significa equivalente geral, tornaram-se “equivalentes” o trabalho, o dinheiro e o tempo. ‘Tempo é dinheiro’. Esta frase, de autoria de Benjamin Franklin, do final do século XVIII, espelha a centralidade da mercantilização geral (...)” (Siqueira, 2005 p 50).

Mais recentemente, entretanto, há autores associando o turismo à pós-modernidade, como Geiger, para quem o turismo é um fenômeno tipicamente pós-moderno. Ele afirma que a “dialética que une o “lugar” e o “mundo” em “momentos” exprime-se em viver esses “momentos” viajando e colecionando imagens reais e virtuais, simulacros e fragmentos” (apud Trigo, 2001 p 142).

Particularmente considero que é possível identificar, hoje, aspectos no turismo tanto relacionados às características da modernidade quanto as da pós-modernidade. Afinal, o turismo (melhor estaria se conjugado no plural) varia em grande escala quando visto sob critérios diferentes (motivações, processos, destinos, segmentos, metodologia, definição, grupos sociais de turistas ou anfitriões etc.), portanto, pode-se afirmar que há tantos tipos de turismo quanto há o número de turistas; esta experiência pode variar segundo os significados que aqueles atribuem à experiência. Pode-se dizer que está se consolidando consenso na academia de que o turismo é fator de suma importância na atualidade: “Turismo é, sem dúvida, uma das mais importantes forças que moldam o mundo” (tradução livre; Cohen & Kennedy, 2000 apud Higgins-Desbiolles, 2006).

A título de melhor compreensão, e considerando a linha temporal, o turismo se expandiu na década de cinquenta, enquanto o surgimento da pós-modernidade é geralmente associado à década de sessenta. É possível, portanto, do ponto de vista temporal, concluir que coexistem, no turismo, características de ambos os paradigmas já que, como vimos no capítulo anterior, os paradigmas não se substituem abruptamente, mas coexistem. Há, entretanto, que se considerar fatores outros como a evolução da tecnologia da informação, dos costumes, da ressignificação da cultura e o fator globalização, cuja ressignificação dos espaços influencia diretamente o turismo, em uma via que é de mão dupla.

Além das características acima mencionadas, indicadores do turismo como fenômeno pós-moderno, há o surgimento do setor de serviços, que conforme vimos anteriormente, está associado à pós-modernidade:

Pós-modernização está associada ao crescimento do setor de serviços (e modernização, em contrapartida, ao crescimento do setor industrial, ao crescimento da ciência e da tecnologia, ao Estado moderno, ao mercado mundial capitalista e à urbanização) e às formações sociais pós-industriais. O moderno centro de produção industrial foi substituído por importantes centros de consumo – serviços financeiros e econômicos, grandes centros de comércio, áreas de entretenimento e parques temáticos. (Usher e Edwards, 1994 apud Trigo, 2001 p 193).

Conforme apresentado e discutido no capítulo I, há posições diferentes sobre o que consiste o novo paradigma da pós-modernidade. Uma delas – o que estaria suscitando a maior parte das críticas, na opinião de Boaventura Santos (2007, p 32) e com a qual concordo – refere-se à pós-modernidade que cultua a “desconstrução” que “beira o niilismo” (conforme Harvey), o culto antes à imagem que ao conteúdo, o consumismo como estilo de vida, a volatidade não só de modas e produtos, mas de ideologias e valores, a descartabilidade que gera a “obsolescência instantânea”. Harvey afirma que, associada a essa noção, está a “experiência de tudo – comida, hábitos culinários, música, (...) espetáculos e cinema -, [sendo] hoje possível vivenciar a geografia do mundo vicariamente, como um simulacro.” (Harvey, 1996 p 258 a 263). A relação dessa corrente com o turismo será abaixo analisada.

Já a segunda corrente teórica sobre a pós-modernidade trata de temas que estruturam a sociedade, como o conhecimento não mais restrito às ciências, as relações de poder, a forma como o capitalismo se desenvolveu e outras questões que geralmente caracterizam a pós-modernidade como uma reação à modernidade, dada a atual insegurança gerada pelas diretrizes promovidas na modernidade – como o progresso científico, tecnológico e econômico, em detrimento de valores como ética, justiça social e tolerância à diversidade, além da percepção de unidade entre homem e natureza. Essa corrente também seria, de acordo com Harvey, uma “reação oposta” a primeira corrente, caracterizada pela busca de uma identidade e de “comportamentos seguros num mundo cambiante”, em que o retorno às origens e a tradição local seriam tentativas de manter uma “continuidade histórica” diante dessa “colagem de imagens espaciais superpostas que implodem” no atual mundo globalizado (Harvey, 1996 p 273).

Da mesma forma que a teoria pós-moderna se divide em duas correntes, a teoria pós-moderna do turismo também se divide em duas, de alguma forma relacionadas em conformidade com as duas correntes gerais, acima abordadas. Por um lado, há o turista “pós-moderno” que procura resgatar os valores perdidos, valorizando as características que tornam os destinos “reais” do ponto de vista histórico, natural ou cultural; tem inclinação a um turismo educativo, que “preencha” as necessidades humanas de cultura, conhecimento, solidariedade (vide o turismo voluntário, crescente hoje), o envolvimento comunitário etc. Esse turismo está mais comumente relacionado a localidades singulares, em oposição a lugares “modernos” cujos patrimônios naturais e/ou culturais sejam absolutos, universais, desassociados do contexto local em que se inserem – geralmente associados aos grandes centros urbanos.

Por outro lado, há o outro tipo de turista “pós-moderno”, aquele voltado para o consumismo, em que a palavra *pastiche* pode ser empregada com propriedade, como em Las Vegas, Disney etc. Nesses destinos turísticos exemplares dessa corrente, criados e formatados como centros de consumo e lazer, a tecnologia e a mescla de estilos são superficialmente estilizados e adotados com o objetivo último do entretenimento, havendo, no mesmo local, estilos como o clássico, o oriental, o selvagem, o latino, o futurista, o *cartoon*, o jurássico e muitos outros, que se “vulgarizam”. São associados à noção de turismo em massa, para turistas cientes de que aqueles estilos antes ricos de significado já não mais representam nada, a não ser um produto para consumo de entretenimento – portanto, são associados ao consumo alienante. Exemplos de características do turismo que reforçam e expressam o paradigma da pós-modernidade são apresentadas na seção seguinte.

Tendo em vista a diversidade de conceitos atribuídos à pós-modernidade, e considerando ainda que, para a teoria do turismo, um desses conceitos tem recebido especial atenção por parte dos acadêmicos, tratarei brevemente sobre a posição frequente desses estudiosos sobre o turismo na pós-modernidade – e de que forma este trabalho procura enfatizar a outra vertente relacionada àquele conceito.

2.1 CORRENTES PÓS-MODERNAS NO TURISMO

Há duas correntes teóricas do turismo como fenômeno pós-moderno. A corrente que tem recebido mais atenção dos acadêmicos é a que remete o turismo às atividades de lazer e consumo em localidades criadas para tais, muitas vezes mencionadas como “simulacros”. A outra vertente, relacionada à busca por valores que possam conferir ao turista algum sentido de raiz, de história e de significado, pode ser associada à corrente que, aqui neste trabalho, é priorizada.

Os seguintes fatores caracterizam o turismo como pós-moderno: a tecnologia da informação, que altera as maneiras de se divulgar, comercializar e atrair turistas, além de alterar o próprio “produto” turístico; o crescimento de empresas altamente especializadas na “cadeia” do turismo (principalmente agências de viagens, hotéis, restaurantes), caracterizando os nichos/segmentos cada vez mais específicos; a busca por destinos/atrativos turísticos relacionados à nostalgia, ao patrimônio, e a identidades locais; os ambientes “simulados” (cujo símbolo máximo é a Disneylândia), que faz uso da tecnologia e do virtual como

elementos centrais; e o estabelecimento definitivo de um segmento atraído pelo conceito de sustentabilidade (Uriely, 1997).

Os destinos turísticos com enfoque em ambientes “simulados” englobam localidades que utilizam os avanços da tecnologia em variados campos, com reflexos na cultura da fantasia, criando “mundos paralelos”. São exemplos os *resorts*, parques de diversão e centros de entretenimento em geral, alguns museus e até mesmo cidades (em que Las Vegas é o representante máximo). Esse perfil pode ainda ser exemplificado por filmes como as sequências de *Harry Potter* (Inglaterra) e *O Senhor dos Anéis* (Nova Zelândia), em que os respectivos locais de filmagem viraram atrações turísticas, havendo até possibilidade de os turistas vestirem-se e incorporarem os personagens mundialmente conhecidos, dentro dos cenários meticulosamente criados. É o turismo fazendo uso do mundo das sensações, das experiências, dos desejos (tornados necessidades) e fantasias para criação de novos mercados, como o mercado do imaginário.

Segundo facilmente percebido, e confirmado por Uriely (1997), é essa a corrente mais “volumosa” da teoria pós-moderna do turismo. Esta corrente, denominada por Munt (1994) como “simuladora”; baseia-se em autores como Baudrillard (1983), Eco (1986), Featherstone (1991) e Lash & Urry (1994), e é mais frequentemente criticada, visto que as atividades turísticas a ela associadas são consideradas artificiais (como a própria denominação explícita), centradas no lucro do setor privado e também alienantes. Conforme apontado no capítulo I, Boaventura Santos explicitamente relaciona o turismo à “estúpida compulsão pelo consumo” de hoje (1995, p 110). Já Harvey (1996, p 273), cuja crítica será aprofundada na seção sobre cultura, afirma que a produção e venda da imagem “local” termina como “simulacro ou pastiche”, em que “comunidades de imitação [são] construídas para evocar imagens de algum passado agradável”, passíveis de “distorção ou (...) falsificação pura e simples para propósitos presentes”, ou seja: o lucro.

A segunda corrente da teoria pós-moderna do turismo é denominada por Munt (1994) como “a outra” e se baseia principalmente no turismo que busca o “real” (apud Uriely, 1997). Relaciona-se a atividades “nostálgicas”, ou seja, que procuram resgatar ou promover as culturas sob perspectiva da história; ou atividades em ambientes “naturais”, pouco afetados pelo progresso da modernidade. Para Uriely (1997), esses lugares naturais são exemplificados pelo “campo”, mas creio que possam ser facilmente associados a outras atividades turísticas “naturais”, porém fora do campo; ou as “reais”, no sentido de busca pela cultura ou natureza sem os artifícios plantados para fins de comercialização, preterindo-se o artificial – embora

aqui também seja possível ocorrer a distorção e imitação do passado, a que Harvey se referiu acima. A necessidade atual pela busca às raízes, na pós-modernidade, é explicada por Harvey:

O impulso de preservar o passado é parte do impulso de preservar o eu. Sem saber onde estivemos, é difícil saber para onde estamos indo. O passado é o fundamento da identidade individual e coletiva; objetos do passado são a fonte da significação como símbolos culturais. A continuidade entre passado e presente cria um sentido de sequência para o caos aleatório e, como a mudança é inevitável, um sistema estável de sentidos organizados nos permite lidar com a inovação e a decadência... (1996, p 85)

Resumindo, o turista associado à corrente denominada por Munt como “a outra” busca localidades que confirmem algum sentido à existência humana, ou valores e tradições perdidas (dada a atual insegurança que tratamos no capítulo anterior); a sustentabilidade passa a se tornar sua prioridade, como forma de preservar (ambientalmente e culturalmente) esses mesmos aspectos que o lançam à busca de atividades turísticas. Esse tipo de turismo tem ainda relação com o envolvimento da comunidade, a educação etc. Essa segunda corrente seria representada principalmente por Barrett (1989), Munt (1994), Poon – que criou o conceito de Novo Turismo (1989), apresentado posteriormente neste capítulo – e Urry (1990) (apud Uriely, 1997).

Uriely (1997) analisa brevemente os estudos do turismo que, iniciados principalmente a partir do início dos anos 70, caracterizaram-no como um fenômeno da modernidade. Entretanto, teriam se dividido em duas visões conflitantes: a primeira teria tomado a forma de uma “crítica social, na qual o turismo seria visto como um sintoma da decadência da modernidade”, trazendo a experiência turística como trivial e artificialmente esquematizada. Seus principais defensores seriam Barthes (1972) Boorstin (1964) e Turner & Ash (1975). A segunda visão, liderada por MacCannell (1973), conceituou a experiência turística como um “ritual moderno repleto de significado”, envolvendo a busca pela “autenticidade”.

Uriely (1997) percebe a tendência de ambas as abordagens em analisar as sociedades como totalidades, generalizando-as e ignorando o variado espectro de práticas turísticas, em conformidade com os parâmetros científicos da ciência moderna. Cohen teria sido o primeiro a sugerir que “diferentes tipos de pessoas talvez desejem diferentes modelos de experiências turísticas” (1979), tornando possível, a partir daí, a associação do turismo à teoria pós-moderna, visto que Cohen teria tirado o “gesso” da teoria totalizante de outrora. Essa passagem entre identificar o turismo como fenômeno da modernidade, e depois reconfigurá-lo

conforme o surgimento da teoria pós-moderna, teria permitido, de acordo com Uriely, que seus estudos se afastassem de análises mecânicas, generalizadas, empiricistas e largamente apoiadas em metodologias positivas, passando para abordagens mais amplas, menos categóricas e dualistas, e mais preocupadas com aspectos subjetivos (1997).

Serão demonstrados, a seguir, os três temas frequentemente discutidos na teoria especializada do turismo que podem ser visivelmente associados aos novos tempos em que estamos inseridos, em conformidade com a corrente teórica pós-moderna priorizada neste trabalho. Raramente a relação entre esses temas e a pós-modernidade é explicitamente apontada pelos estudos do turismo, devido à preferência dos teóricos do turismo em utilizar a corrente “simuladora”, aqui preterida. Assim, não é possível acessar facilmente material acadêmico no turismo que relacione diretamente os temas aqui identificados como pós-modernos. Entretanto, afirmo que a relação é nítida, considerando os apontamentos do capítulo anterior e os apresentados a seguir.

2.2. TEMAS PÓS-MODERNOS NO TURISMO

Antes de iniciar a análise específica dos temas escolhidos (sustentabilidade, conhecimento científico e cultura), é importante notar que, no turismo, há vários outros temas que poderíamos demonstrar como oriundos da pós-modernidade. Há, por exemplo, a forte discussão sobre o nível de desenvolvimento ideal do turismo (se local ou regional, face à globalização). Afinal, o sentido de localidade, para a pós-modernidade, é de extrema relevância.

Zukin (1991, p 11, 12) demonstra que, na modernidade, a idéia de lugar era considerada trivial, ou simplesmente ignorada pelos teóricos. “A linguagem da modernidade expressa uma experiência universal *para longe* do lugar, aspira à submersão ou incorporação a ‘algo maior’”¹⁰ (grifo dela). Ela alega que, até o início da década de setenta, o conceito de localidade (relacionado ao de lugar) não tinha papel algum em teorias de modernização econômica ou social, e presumia-se que as tradições locais seriam dissipadas ao longo do processo de desenvolvimento econômico. Para ela, os atuais movimentos separatistas e de

¹⁰ The language of modernism expresses a universal experience of movement *away* from place, and aspires to submerge or incorporate it into a “larger” whole.

descentralização que ocorrem mundialmente indicam o tanto que as localidades foram reprimidas pela vida moderna, que preteriria a noção de espaço em favor da de tempo.

Este assunto claramente se insere no contexto atual do turismo, tendo em vista que o processo de globalização, para o qual o turismo é simultaneamente causa e consequência (Trigo, 2001), provocou mudanças dramáticas nas redes socioeconômicas. Ao mesmo tempo em que o mundo se globaliza, há resgate da noção de local, do específico, em contraposição ao geral, universal da modernidade. O rearranjo espacial causado pela globalização possibilitou, para Harvey (2001 p 230), novas maneiras de se pensar o desenvolvimento, a que muitos estudiosos têm se dedicado. Para o autor, essa mudança teria dado origem a novas formas de pensar a relação social de desenvolvimento, como o surgimento do conceito de redes, desenvolvimento regional/local etc. O autor aponta que há, dentre os geógrafos (sua área de formação), intenso debate sobre se a globalização teria dado causa ao desenvolvimento em âmbito local, ao que grande parte dos geógrafos discorda veementemente, incluindo ele próprio.

Além disso, essa questão, por muitos referida como a “dialética espaço-lugar”, suscita outras: a noção de inclusão da comunidade na gestão e condução dos seus recursos; a integração/co-participação de grupos, de cidades ou de interesses anteriormente considerados divergentes ou desconectados; a nova configuração do mapa, em que fronteiras geopolíticas fluidificam-se acentuadamente. Relaciona-se, ainda, à antiga preocupação sobre a possível homogeneização cultural que a globalização causaria, hoje discutida em ângulo diametralmente oposto, devido à percepção atual de que a globalização contribui para a valorização da cultura local, possibilitando a convivência e celebração das diferenças – ou ao menos há quem defenda isso, enquanto outros não são tão otimistas. Esse ângulo do assunto se relaciona à questão cultural, que será abordada posteriormente.

Essa necessidade de os grupos sociais resgatarem e diferenciarem-se pelas identidades sócio-culturais da localidade relaciona-se, ainda, à característica pós-moderna intimamente relacionada ao turismo: o contato com as várias diferenças funciona como um espelho para a reflexão sobre a própria identidade. É a idéia sobre reflexividade, conceituada por Morin (2003), Santos (2007) e Giddens (1991), tratado no capítulo anterior. O último autor (1991, p 45) defende que “as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz de informação renovada sobre estas próprias práticas, alterando assim constitutivamente seu caráter.”

O ato de refletir sobre si próprio, o porquê de seus valores, hábitos, folclores e tradições, mediante o contato com o outro (possibilitado por, mas não exclusivamente,

experiências turísticas) gera conhecimento, ou antes questionamentos, cada vez mais profundos sobre a própria condição. Tribe (2005) identificou essa característica atual, trazendo-a aos estudos do turismo: “visto que não é possível compreender o turismo antes ou fora de nenhuma cultura, refletir sobre a situação cultural ajuda a compreender as [suas] consequências”.

Outras temáticas poderiam ser trabalhadas, como a quebra da noção dualista “teoria *versus* prática”, crescentemente questionada por influência da teoria pós-moderna. No caso do turismo, a questão se torna ainda mais intrigante, visto que o turismo contemporâneo se originou como prática, e “a realidade (...) [teria] tomado definitivamente a dianteira sobre a teoria” (Santos, 1995 apud Siqueira, 2005 p 97), fator que dificulta aos estudiosos a análise e os estudos do turismo; para Siqueira (2005 p 104), o turismo seria “o exemplo mais evidente deste movimento [de autoteorização do real]”.

Há, ainda, o tema sobre a crescente urbanização (situação predominante hoje, pela primeira vez na história da humanidade). Afinal, é o habitante da urbe, o “trabalhador”, quem mais almeja o descanso e as férias merecidas proporcionadas pelo turismo (bem como pelo salário arduamente conquistado ao longo do ano). É também esse habitante que se sente sufocado pelo aprisionamento a uma rígida rotina de trabalho imposta pelos tempos atuais, ainda retrato dos tempos modernos. Nesse sentido é que o turismo se mostra como a porta de fuga da realidade de muitos. Entretanto, embora esses temas sejam de grande relevância para a pós-modernidade e também para o turismo, não os percebo influenciando tanto o turismo, como os três escolhidos.

Cabe salientar, entretanto, que dentre eles: ciência, cultura e sustentabilidade, este último seria o “menos óbvio” como oriundo da teoria pós-moderna, visto não ser diretamente por ela abordado – muito embora sua relação com a teoria tenha sido devidamente comprovada no capítulo anterior. Conforme afirmado anteriormente, a reação à modernidade é compartilhada por ambos (pós-modernidade e sustentabilidade), dentre outras características comuns anteriormente apontadas; entretanto, a teoria pós-moderna focou-se fundamentalmente na crise epistemológica das ciências e no elemento cultural, como fatores que proporcionariam as mudanças almejadas, em reação à modernidade.

Partiremos agora para a análise um pouco mais detalhada das três questões elegidas para serem discutidas; importa ressaltar que são temas complexos, de elevada abstração teórica, cuja discussão este trabalho não tem a pretensão ou a capacidade de esgotar. O objetivo maior é demonstrar como esses temas, que frequentemente vemos associados à teoria do turismo, têm fundamento na teoria abrangente da pós-modernidade. Assim, o turismo

como objeto de estudo seria um campo de conhecimento, embora incipiente, que já se depara com questões complexas, devido ao momento de transição paradigmática em que surgiu.

2.2.1 Turismo como objeto de estudo científico

O conhecimento é ponto nevrálgico na teoria pós-moderna, como se percebe com Foucault (*Power; The Archaeology of Knowledge*), Lyotard (*The Postmodern Condition: A Report on Knowledge*) e Boaventura Santos, dentre outros. Alguns autores centralizam nele o cerne para a análise das formações sociais da atualidade. De fato, esses elementos fundamentam a atual sociedade, havendo hoje uma massiva “capacidade de armazenar e processar (...) volumes de informação” (Trigo, 2001, p 50), como nunca antes na história da humanidade foi possível.

Trigo (2001) corrobora a importância das informações e do conhecimento, a ponto de estudiosos neles centralizarem “toda a problemática que abrange seus estudos sobre as formações sociais atuais”. Cita Alvin Toffler como exemplo, que “chega a intitular seu livro (*Powershift – As mudanças do poder*) com base em pesquisas sobre como o domínio dos fluxos de informação garante riqueza e poder a seus proprietários”. Seria nesse sentido, portanto, que a ciência passa a ser vista mais como uma “modalidade de conhecimento”, tendente a não ser mais tratada “como algo fundado na ‘vida do espírito’ ou na ‘vida divina’” (Lyotard 1986, p IX apud Trigo, 2001 p 51).

Lyotard, nesse sentido, argumentou que o conhecimento produzido e disseminado pelas universidades tem focado em princípios de eficiência (denominado pelo autor como “performatividade”), devido ao poder adquirido ao conhecimento. Dessa forma, a pergunta feita pelos professores, estudantes e governo deixou de ser “Isso é verdade?”, e passou a “Para que serve isso?” e “Quanto isso vale?” (Lyotard, 1979 apud Harvey, 1996 p 33). Essa passagem de perguntas é pertinente, também, aos estudos do turismo. De fato, Ayikoru, Tribe e Airey (2009) sugerem que essa pergunta poderia ser novamente reformulada no contexto do turismo como “Isso é vendável?”, dada a escancarada mercantilização do conhecimento. Retomaremos essa questão logo abaixo, após aprofundarmos a importância de discutir o conhecimento científico para o turismo.

A epistemologia do turismo é assunto ainda pouco debatido, embora de extrema importância. Tribe (1997), em artigo de nome sugestivo (“A Indisciplina do Turismo”),

assevera que a epistemologia do turismo envolve a natureza do conhecimento sobre turismo, as fontes, a validade e a credibilidade, os limites aos estudos do turismo e as categorizações referentes aos estudos do turismo, seja como disciplina, como campo de conhecimento¹¹ ou, quem sabe um dia, como ciência. A importância de discutir a epistemologia do turismo seria, primeiramente, para promover uma análise sistemática do que seria um conhecimento de turismo legítimo, como forma de manter sua qualidade. Em segundo lugar, contribuiria para a definição dos limites do que constitui o turismo, visto não estarem ainda assentados; afinal, “repensar o turismo como um campo específico do saber é uma tarefa recente” (Gastal 2004, apud Teixeira, 2005).

Embora este trabalho não tenha como objetivo debater assuntos dessa alçada, discutiremos assunto que remete à epistemologia do turismo. Será brevemente apresentada a evolução do turismo como objeto de estudo, analisando-se os fatores que motivaram os passos dados pelos estudos do turismo, os obstáculos atuais para que seus estudos adquiram legitimidade, e sugestões para que seja alcançado padrão de qualidade, afastando-se de temáticas técnicas rumo a discussões mais abstratas, estruturantes, dos estudos do turismo.

Apesar de esses assuntos terem sido preteridos, relativamente aos de foco no “turismo-indústria”, as questões sobre a episteme, os métodos e os objetivos dos estudos têm adquirido, paulatinamente, maior espaço no meio acadêmico. Talvez porque, primeiramente, sendo recente a constituição dos estudos do turismo, os acadêmicos ainda procuram as bases (parâmetros, métodos, conceitos) que fundarão sua constituição, cenário que motiva essas discussões. Além disso, o momento atual de crise epistemológica questiona o poder e os objetivos da ciência moderna, destituindo seu poder soberano, como verdade absoluta, sendo a ciência paulatinamente percebida como "mais uma" forma de produzir conhecimento.

Tudo isso acrescenta maiores desafios, considerando que o declínio do positivismo não acarretou em sua substituição, havendo múltiplas metodologias que promovem o conhecimento. Há, ainda, o questionamento sobre o que deve ser o conhecimento científico, com que objetivo deve ser formulado, e para quem (para o lucro empresarial? Para a formação de cidadãos conscientes? Para o progresso material ou para o desenvolvimento integral das sociedades?).

¹¹ Tribe (1997) defende que o turismo não pode ser constituído como disciplina, pois, apesar de outros autores alegarem ser solução epistemológica para dificuldades (de reconhecimento do turismo e constituição de corpo teórico definido – argumento de que ele também discorda), os estudos não possuiriam ainda um nível teórico que pudesse caracterizá-lo como disciplina. O autor defende que o turismo é, na verdade, campo de conhecimento (que não tem a coerência de uma disciplina), aliás, dois campos de conhecimento: um para assuntos relacionados à “indústria”, e outro para os “outros” assuntos (o autor não lhe atribuiu um nome específico devido à falta de um denominador comum a esses assuntos). Tribe defende que o turismo é um campo de conhecimento, ainda, por constituir-se como objeto de estudo, e não um modo de estudo (disciplina).

Ironicamente, o aumento do poder do conhecimento tornou relativo o poder da ciência, pois este não é mais considerado como única fonte daquele. Contudo nessa conjuntura, encontra-se o turismo como novo objeto de estudo científico, em que essas e outras questões suscitadas pela crise epistemológica se refletem. Além das questões relativas à crise epistemológica, o debate sobre os estudos do turismo contém ainda outros pontos que a ele acrescem, que não se restringem às questões mais amplamente debatidas nas ciências como um todo, tais como subjetividade/objetividade; sujeito/objeto; quantidade/qualidade etc.

Muito embora essas discussões sejam essenciais para a legitimação dos estudos do turismo em conformidade com os novos rumos das ciências, deve ser ressaltado que as peculiaridades próprias aos estudos do turismo originam ainda outras questões importantes – ainda que seja possível identificar, mesmo nestas questões, as influências pós-modernas. São elas: a) a recente dedicação acadêmica ao assunto – que talvez não ocorresse dentro da visão objetiva, fragmentada e determinista da ciência moderna; e b) a grandiosidade natural do turismo, que nasce envolvendo áreas e disciplinas diversas (acadêmicas ou não), tornando o debate mais acirrado, pois, o turismo “pede” abordagem integrada (holística), mais humana, subjetiva, dada sua complexidade.

A confirmação da primeira assertiva acima é dada por Siqueira, quando afirma que a “busca por novas alternativas frente à crise (...) do paradigma hegemônico (mecanicista, fragmentário e disciplinar) se visibiliza de maneira mais evidente nas chamadas novas áreas do conhecimento, *que surgiram como indicadoras dessa crise*, como é o caso do turismo, (...), do desenvolvimento sustentável” (grifo nosso; 2005, p 129). A mesma autora confirma a segunda assertiva ao afirmar que o turismo emergiu “geneticamente” como objeto inter ou transdisciplinar, “porque a constituição das ciências de forma fragmentada-disciplinar já estava, ela mesma, em crise...” (2005, p 112), e portanto o turismo já nasceria como exemplo “esclarecedor” do novo paradigma, “impondo, por si mesmo (...) a perspectiva multi, inter ou transdisciplinar” (2005 p 121). Similarmente, Moesch ressalta a “... complexidade do turismo: um fenômeno marcadamente multissetorial em sua produção e interdisciplinar em sua teoria” (2002, apud Siqueira, 2005 p 120).

Sob a perspectiva pós-moderna, as metodologias científicas tornam-se cada vez menos impositivas, e a “verdade” passa a ser conjugada no plural. Promove-se hoje maior liberdade na forma de condução da pesquisa, um afrouxamento dos limites estabelecidos para o que pode (ou não) ser pesquisado, acarretando na nova disposição em pesquisar conceitos, padrões, sistemas e fenômenos (antes ignorados pelo “legítimo” conhecimento científico). Assim, o próprio conhecimento torna-se passível de adquirir novos rumos e formas,

possibilitando adentrar em terrenos antes não considerados científicos (fora dos *puzzles* pré-estabelecidos a que Santos se refere – capítulo I), como o próprio turismo.

Com referência à recente dedicação acadêmica ao turismo, é compreensível que haja estudiosos que procuram reproduzir as metodologias, teorias e procedimentos predominantes em disciplinas sedimentadas, na tentativa de tornar o turismo legitimamente reconhecido no meio acadêmico, e visando à legitimação de seus próprios estudos. Farrell e Twining-Ward (2003) apontam que estudos de dissertações nos Estados Unidos (Meyer-Arendt e Justice, 2002) e Grã-Bretanha (Botterill et al, 2003) confirmam “as influências de economia, geografia, sociologia, antropologia, e administração de negócios” sobre os estudos de turismo, demonstrando que há abordagens disciplinares isoladas das demais, faltando ainda uma visão integral do turismo.

Como se afirmou anteriormente, a crise epistemológica atinge todas as áreas de conhecimento científico e estão, elas próprias, questionando suas bases epistemológicas. Nesse aspecto, o turismo estaria correndo o risco de se apoiar em pilares científicos que passam hoje por processo de perda de legitimidade, podendo tornar-se arcaico antes mesmo de se consolidar. Além disso, e conforme Tribe e muitos outros autores apontam, os estudos do turismo “tendem a se cristalizar em torno de uma abordagem interdisciplinar administrativa” (Tribe, 1997 p 653), havendo ênfase de natureza técnica dada aos estudos do turismo, que buscou atender os objetivos da “indústria” turística.

Cabe lembrar que Santos havia afirmado que a perda da legitimidade da ciência estaria relacionada, dentre outros, ao fato de ter se “atrelado” ao capital, resultando que a busca pelo conhecimento teria sido reduzida ao “desempenho, à eficiência” (Santos, 1995). É fácil – e preocupante – reconhecer o turismo nesta constatação. Os estudos do turismo têm estreita relação com os objetivos do turismo-indústria, como se percebe pelas terminologias frequentemente associadas ao consumo do “produto” turístico, “formatação” de destinos, “marketing de destino”, “*destination management*”, “*destination branding*”, dentre outros. Os estudos do turismo têm claramente se ocupado em qualificar estudantes para a “produção” e “venda” (no caso de nível superior) ou como “mão-de-obra” (caso de nível técnico) para intermediar a relação, pautada pelo consumo, entre o turista (“cliente”) e os moradores locais (“empregados” ou mesmo “produto” final, no caso em que os moradores sejam o próprio “produto” de consumo, como no caso do turismo cultural).

Além disso, os centros acadêmicos de turismo (majoritariamente do setor privado) estariam a serviço do mercado, sendo eles próprios transformados em produto, na disputa competitiva por alunos, cuja arma consiste, por exemplo, em argumentos como a

empregabilidade dos formandos, conforme relato de Ayikoru, Tribe e Airey, no artigo *Reading Tourism Education: Neoliberalism Unveiled* (2009), cuja análise ocorre na Grã-Bretanha. Os autores alegam que os currículos de faculdades de turismo são elaborados conforme requisitos de eficiência em relação ao mercado do turismo; assim, não haveria ainda, por parte dos centros universitários, preocupação outra que não seja com a “indústria” do turismo.

Reduzir a compreensão do turismo a atividade de apelo econômico é “desconhecer a essência de um fenômeno que exerce uma pressão crescente sobre a produção da subjetividade social, o ecossistema, o modo estético, a herança cultural e as localidades visitadas” (Moesch, 2002). Similarmente, Higgins-Desbiolles, em seu artigo “*More than an Industry: The Forgotten Power of Tourism as a Social Force*” (Mais do que uma Indústria: O Poder Esquecido do Turismo como Força Social, 2006) defende que o turismo é uma força social, muito embora tenha se acomodado à hegemonia do mercado: “com o surgimento do neoliberalismo, o mantra de que turismo é uma “indústria” [e] que está sujeito somente às regras do mercado tem sido repetida tão frequentemente que pensar diferente é quase visto como um contra-senso” (tradução livre).

A percepção consagrada de turismo como indústria teria ocorrido, de acordo com Davidson (1994), porque os empreendedores do turismo reagiram contra a noção de turismo como “diversão, recreação, lazer e ócio”; ela resultava na falta de reconhecimento por parte de economistas e governos, que não o levavam a sério. O esforço em tornar o turismo reconhecido como indústria (objetivo bem-sucedido, como se vê) ocorreu para que ganhasse respeito; para possibilitar que ocorresse a coleta de dados; e para criar identidade e garantir boa auto-estima daqueles que trabalham com a “indústria” (Davidson, 1994). Por fim, Leiper (1995) argumentou que a promoção do turismo como indústria seria uma “imagem econômica com finalidades políticas” (ambos citados por Higgins-Desbiolles, 2006). Ao priorizar essa visão limitada do turismo, a academia estaria endossando, fortalecendo e disseminando essa visão.

O conhecimento produzido no campo do turismo tem priorizado, assim, a necessidade de tornar a “indústria” mais eficiente e produtiva, conforme atestado por Tribe (2005), Saarinen (2006), Higgins-Desbiolles (2006), Hughes (1995), dentre muitos outros. Siqueira (2005 p 92) afirma que os conceitos construídos pelos teóricos do turismo são “ancorados nas necessidades da mercadoria-produto”, tendo “as necessidades do capital e da ciência na modernidade” imposto os caminhos dos estudos do turismo. O contexto sócio-político,

cultural e econômico da pós-modernidade propiciou, dessa forma, o surgimento do turismo como indústria, popularizando-o.

Siqueira confirma que o turismo, como indústria integrante do setor de serviços, surgiu como resposta à necessidade de expansão do capitalismo – conforme argumento de Santos (1995) e Harvey (1996). A autora afirma (2005, p 93) que as teorias do turismo são pautadas pelas “necessidades de realização da mercadoria e do lucro”, visto que o turismo surgiu “no final da modernidade, ou seja, dentro da expansão do setor serviços, como saída às dificuldades do capitalismo de enfrentar a diminuição da geração de postos de trabalho nos setores primário (agricultura) e secundário (indústria).”

O turismo seria, assim, a nova fonte de lucro, uma “fábrica privilegiada no sentido de geração de emprego, de consumidores e de realização da mercadoria e do capital” (Siqueira, 2005 p 94) em dois sentidos: pela propagação geográfica do capitalismo, atingindo outros mercados potenciais, e para a criação de novas categorias de “produtos” (os destinos turísticos), agora desmaterializados pelo setor de serviços, em que a produção e o consumo ocorrem concomitantemente, dando o caráter de efemeridade de que a pós-modernidade se imbui (conforme apontamentos de Harvey, 1996).

Dessa forma, o turismo como hoje concebido se originou a partir das necessidades do mercado, e propagou-se com as ferramentas proporcionadas pelas necessidades do capital, ao final da era moderna. Esse momento histórico, entretanto, já apontava para a crise em diversos níveis: epistemológico, social e mesmo a crise capitalista, em que o objeto de estudo “turismo” se baseia primordialmente. O turismo, entretanto, é muito mais que o consumo de lugares, culturas, eventos, cenários naturais, experiências de aventura, ou qualquer outro “produto”. Turismo, como afirmou Barreto, é “um fenômeno social, ... porque diz respeito ao homem em sociedade e dentro de um processo histórico” (Barreto, 2004, apud Teixeira, 2005).

Todavia, a visão do turismo como indústria ainda predomina em seus estudos. Os conhecimentos formulados pelas teorias do turismo são voltados para as necessidades do mercado, refletidos pela profusão de categorias, grupos, modos e segmentos, que muito servem à indústria turística, mas não constituem conceitos (Siqueira, 2005). Moesch (2000) lança o desafio à academia para “relativizar a força da mercadoria”, e defende a necessidade de abstração da teoria do turismo de forma a ultrapassar a “competência técnica e operacional” priorizada (apud Siqueira, 2005, p 83).

Similarmente, Siqueira (2005) conclama a necessidade de teorizar o turismo e criar conceitos para que seus estudos prossigam com bases teóricas mais sólidas. Para a autora, a

teoria do turismo não consegue transcender ou superar o nível do mercado, da transformação de bens e práticas em mercadoria. “Justamente no caso das viagens e da hospitalidade, que é tão ou quase tão antiga quanto a condição humana. O esforço teria de ser direcionado, no mínimo, para a construção de conceitos genéricos, que incorporem a prática humana de viajar e de receber...” (Siqueira, 2005, p 94).

O que aqui se questiona não é a relevância acadêmica das transações econômicas ou a força mercadológica das atividades turísticas que, conforme comprovado inúmeras vezes em estudos do turismo, constituem considerável fluxo econômico, na atualidade – principalmente em países menos desenvolvidos, em que pode constituir-se de fato como ponto central da economia. É forçoso reconhecer, entretanto, que terminologias como “indústria turística” ou “produto turístico”, ou as inúmeras estatísticas e gráficos de exportação, e todas as categorizações de turismo, limitam sua concepção teórica. Siqueira (2005, p 92) aponta que, apesar de úteis, esses números e classificações “não dão e não podem dar conta do fenômeno, porque este implica uma abstração muito maior, que transcende as planilhas de custos, as redes de reserva, as técnicas de gestão e de marketing, a qualificação da mão-de-obra”.

Pesquisas mostram que os estudos do turismo têm recentemente adquirido maior complexidade, fazendo uso de metodologias mais abrangentes, em conformidade com as demandas pós-modernas. Panosso Netto (2005), por exemplo, apontou que o uso de abordagens tais como a visão sistêmica do turismo e a fenomenologia¹² (defendida por ele como o método ideal para o turismo), ou outras abordagens não cunhadas, mas que possuem caráter mais complexo, têm sido cada vez mais defendidas e propagadas – apesar do ainda uso arraigado de metodologias deterministas-mecânicas. Essa mistura nada mais simboliza a coexistência concomitante de influências modernas e pós-modernas nos estudos do turismo. Natural, visto a fase atual de transição. A seguir, será mostrado como os estudos do turismo têm evoluído, fazendo-se pontes de ligação entre as evoluções nesta área e as teorias de natureza pós-moderna.

Jafari (1990, 2001) defende que os estudos do turismo possuem quatro plataformas para descrever sua evolução nas últimas décadas. São elas: advocacia, precaução, adaptação e conhecimento. A primeira, conforme exposto acima, promovera o turismo como fator de desenvolvimento econômico e de contribuição à balança comercial dos países; a plataforma

¹² Panosso Netto defende que o ser humano é o elemento central dos estudos do turismo, “o responsável único pela configuração do que chamamos fenômeno turístico”, e visto que “cada sujeito do turismo é único em sua forma de existir, de experienciar e de se manifestar”, há necessidade de uma “abordagem completa e direta, de um método de estudo que o perceba em sua completude. Esse método é fenomenológico” (2005, p 31).

da precaução teria passado a focar, a partir dos anos setenta, nos impactos negativos do turismo, contrapondo-se à primeira. Surgida nos anos oitenta, a plataforma de adaptação procurou conciliar os pontos de vista das plataformas anteriores, desviando a atenção dos impactos e passando “ao como” se deveria desenrolar as atividades turísticas. Por último, a plataforma baseada no conhecimento, surgida nos anos noventa, buscaria a melhor compreensão das especificidades envolvidas com o turismo, refletindo o “amadurecimento” da academia, dado o reconhecimento da complexidade do turismo.

MacBeth defendeu, em seu artigo “*Towards an Ethics Platform for Tourism*” (2005) que, apesar da estrutura teórica promovida por Jafari (1990, 2001) ter sido adequada e útil à sua época, a necessidade de avançar nas plataformas propostas por ele era imprescindível, considerada por MacBeth inadequada ao século XXI, pois não corresponderam à evolução realizada, havendo necessidade de outra plataforma que englobasse novos conceitos: “sustentabilidade” e “ética”. A justificativa principal é que “nenhuma teoria pode se dar ao luxo de ignorar sustentabilidade como conceito central e ainda clamar ser abrangente”. A necessidade de ética, por sua vez, seria para possibilitar aos acadêmicos do turismo sair do foco positivista rumo a uma plataforma reflexiva, consciente e sustentável. Além disso, o autor teria criticado Jafari por “aplaudir” o amadurecimento do turismo; Macbeth não o considera maduro (2005).

Esse autor critica o pensamento objetivo nos estudos do turismo porque “seu poder mítico” de neutralidade “mascara os valores por trás das decisões e os exercícios do poder”. Há muitos outros acadêmicos do turismo que, desde a década de noventa, demonstram a guinada efetuada pela academia e passam a criticar a “industrialização” dos estudos, rendidos ao mercado e ao excesso positivista que os dominam (MacBeth, 2005; Hawkins e Mann, 2007; Farrell e Twining-Ward, 2004; Tribe, 2005; Hughes 1995, dentre outros), tornando-se reducionista por somente perceberem os benefícios econômicos do turismo, e ignorando as muitas variáveis inerentes a ele (Farrell e Twining-Ward, 2004 apud Hawkins e Mann, 2007; Tribe, 2005).

Hawkins e Mann (2007) consideram ter havido uma guinada nos estudos acadêmicos, ao mencionarem o próprio MacBeth, dentre outros, como uma “importante virada no pensamento da literatura [do turismo], que traz uma perspectiva nova e mais ampla”. Estaria sendo reconhecido que este “é um processo multi-setorial e multidimensional, não um resultado facilmente mensurável – como o aumento no número de turistas – é um conceito importante de se abstrair da literatura dos últimos 25 anos”. Esta visão claramente se corresponde às transformações em andamento em todos os campos das ciências, e nas

ciências sociais especificamente, no sentido de quebra da hegemonia positivista e ampliação do admissível como conhecimento cientificamente produzido, conforme os diversos autores citados no primeiro capítulo apontaram.

A discussão sobre o método que prevaleceu ao longo da modernidade, o positivismo, também ingressou os estudos do turismo. Tribe, por exemplo, caracteriza as “verdades” produzidas pelo positivismo como verdades parciais porque, além de não ser neutra, como supostamente se promove, há somente “partes limitadas” do turismo que podem ser investigadas pelo método positivista: “basicamente aquilo que pode ser mensurável”; portanto, “uma parte enorme da verdade do turismo resta inexplorada por esta abordagem”, tornando, conforme citado por Walle (1997), “impossível examinar a ‘realidade’ com toda a sua complexidade” (Tribe, 2005).

Conjugando as duas peculiaridades mencionadas anteriormente, quais sejam: a incipiência dos estudos e a complexidade inerente ao turismo, compreende-se a insegurança natural dos acadêmicos da área, e o desdenho, por vezes existente, de outros fora dela. A dificuldade em se estabelecer uma fronteira aos estudos, aliada à multiplicidade de metodologias em uso, além da priorização técnico-mercadológica de seus estudos, alimentam as críticas e a insegurança causada pela crise epistemológica, constatada no capítulo anterior: “Apesar desta fecunda e não conclusiva discussão sobre a emergência desses estudos (...), o campo não consolidou até aqui uma identidade própria, o que (...) parece caracterizar uma fase ‘pré-paradigmática’” (Wainberg, 2002, apud Siqueira, 2005 p 101).

Para melhor compreensão do que seria a fase pré-paradigmática do turismo, devemos recorrer a Kuhn. Para ele, as ciências passam por uma fase madura, ou paradigmática. Há ciências, entretanto, “pré-paradigmáticas”, cujo exemplo, para o autor, seriam as ciências sociais. Esta fase se caracteriza, como o próprio nome diz, pela ausência de paradigma, isto é: não existiria um conjunto teórico-conceitual e metodológico básico universalmente aceito para elas. Dessa forma, e ainda segundo Kuhn, cada cientista ou escola deve começar a partir dos fundamentos, e a escolha dos fenômenos e métodos utilizados é bastante livre (Santos, 1989, p. 142).

Neste ponto, Santos discorda de Kuhn, visto que este considera que as ciências que se encontram na fase pré-paradigmática estariam atrasadas em relação a, por exemplo, as ciências naturais, “paradigmáticas” por estarem consolidadas. Santos deixa claro que não haveria como “superar a crise da degenerescência do paradigma da ciência moderna” sem pressupor que as ciências sociais se encontram em desvantagem comparativamente às ciências naturais.

Tendo a concordar com Santos; talvez, a falta de uma metodologia própria para o turismo reflita a nova maneira de se conceber os atuais fenômenos, apontados por Santos como “simultaneamente econômicos, políticos e culturais, *sem que seja fácil ou adequado* tentar destringir estas diferentes dimensões” (1995 p 38; grifo nosso). De fato, a falta de parâmetros únicos e consolidados gera certo desconforto e insegurança; porém, pode ser indicativo dos novos tempos, em que não mais existe “uma verdade”, e sim formas diferentes de se tentar compreender o complexo mundo em que vivemos, sendo essas descobertas possibilitadas pela variedade de metodologias (que, como vimos, suscitam diferentes perguntas).

[O conhecimento] constitui-se a partir de uma pluralidade metodológica. Cada método é uma linguagem e a realidade responde na língua em que é perguntada. Só uma constelação de métodos pode captar o silêncio que persiste entre cada língua que pergunta. Numa fase de revolução científica como a que atravessamos, essa pluralidade de métodos só é possível mediante transgressão metodológica. (Santos, 1987)

É possível se conjecturar que a rigidez que caracterizou as ciências durante a modernidade, seja, talvez, substituída por maior liberdade, pelo uso de diferentes metodologias e procedimentos de pesquisa. A maior flexibilidade que se percebe hoje, com relação a metodologias (dada a iminente quebra da hegemonia do método de Descartes), poderá transformar a forma com que as ciências se consolidarão, de agora em diante. Acredito que a imprescindibilidade de se instituir metodologia única e própria a cada campo de conhecimento científico pode estar sendo paulatinamente atenuada. Afinal, como foi visto anteriormente, a metodologia utilizada se relaciona intrinsecamente ao tipo de problema que se propõe a pesquisar, e ao tipo de solução que (previamente) se propõe a desvendar.

O turismo, com sua pouca experiência no mundo acadêmico, pode transformar isso de desvantagem a privilégio, tornando-se pioneiro em comprovar a viabilidade de se prescindir de uma metodologia única e própria. Conforme Siqueira (2005) elencou, o turismo possui diversos pontos que constituem privilégio para contribuir epistemologicamente aos demais campos de conhecimento, com potencial para pautar o caminho epistemológico. São eles: a) o fato de ter “nascido” com a perspectiva múltipla; b) por ser “novato”, não possui ainda o vício da fragmentação do conhecimento; c) a tendência a romper com os antigos padrões “sujeito-objeto” do positivismo, visto que no turismo ambos se confundem, e não se pode mais atribuir a prerrogativa ao sujeito; d) envolve as questões objetivas e subjetivas, simultaneamente, dentre muitos outros (2005, p 121, 122).

Nisso, o turismo como campo de estudo tem potencial de ser um dos pioneiros em relação a ciências consagradas, pois, considerando a brevidade de sua existência e o desapego a métodos específicos, ele está “fresco” para contribuir à reformulação de novas maneiras de se pensar o conhecimento. Isso permite a seus estudiosos, mais facilmente do que a outros de disciplinas sedimentadas, a maleabilidade e liberdade de fundamentar suas pesquisas por variados meios, possibilitando o enriquecimento, já desde o princípio, de suas bases teóricas.

Nesse sentido, o turismo talvez possa contribuir para as mudanças suscitadas pela crise das ciências, ao invés de contribuir para a manutenção do *status quo*. Como defende Morin em sua obra *Ciência com Consciência*, “o desenvolvimento da ciência se dá, sobretudo, pela transformação dos princípios que norteiam, que organizam, que disciplinam o conhecimento, e não por sua acumulação” (2003, apud Siqueira, 2005 p 144). Para isso, entretanto, faz-se necessária mobilização e consciência daqueles envolvidos com os estudos do turismo, na tentativa de se diversificar e ampliar o escopo de seus estudos.

Portanto, deve ser ressaltada a necessidade de contínua e crítica reflexão aos estudos do turismo em diversos aspectos. Além de esforço para manter a abertura epistemológica, ao invés de optar pela segurança de se eleger uma metodologia específica que pode restringir e limitar seu potencial, é importante que os estudiosos da área se perguntem: com que objetivo a pesquisa que empreenderei contribuirá ao corpo teórico do turismo? A quem interessa essa pesquisa – governo, setor privado, comunidade, ou à própria academia, como forma de avançar em suas bases teóricas? É ético persistir neste caminho? Perguntas e reflexões que contextualizem o trabalho permitem melhor compreensão das motivações pessoais, possibilitando um direcionamento mais planejado.

2.2.2 A sustentabilidade do turismo

Conforme visto no capítulo anterior, a teoria pós-moderna demonstra que há crescente percepção de que a noção de “progresso”, tal como promovida pela modernidade, não acarreta melhoria de vida efetiva, e ainda ocasiona efeitos colaterais imprevistos e indesejados sob diversos aspectos. A ciência moderna, motor principal deste “progresso”, promoveu a dissociação entre homem (sujeito) e natureza (objeto inerte a ser analisado, possuído, explorado e revertido em proveito daquele sujeito). Além disso, contribuiu para o agravamento das disparidades sociais.

A expansão do capitalismo, embasada na criação e ampliação de mercados e produtos de diversas categorias, aliada à promoção generalizada de consumismo como estilo de vida a ser alcançado como sinônimo de sucesso individual, contribuiu para a crescente percepção quanto à necessidade de se rever o *modus operandis* da sociedade atual. Essa percepção, como se viu, constitui um dos pilares da teoria pós-moderna, parte essencial da reação contra os valores modernos de progresso baseado puramente na razão, em detrimento de valores associados à ética, solidariedade, justiça social etc. Esse debate é representado pelo conceito de sustentabilidade, inicialmente abordado pelo viés ambiental e que, atualmente, engloba outros aspectos.

Desde a década de 1960 se discute o impacto do desenvolvimento econômico na preservação do meio ambiente; um grupo inicialmente promoveu a noção sobre a incompatibilidade entre ambos – o desenvolvimento econômico e a preservação do meio ambiente. O marco desse pensamento foi o “*Limits to Growth*”, estudo encomendado pelo Clube de Roma que previa morte súbita de grande parcela da população em meados do século XXI em decorrência dos padrões de crescimento e depleção dos recursos naturais vigentes (Mueller, 1994). Obviamente, este pensamento suscitou severas críticas e embates entre diversos setores e também entre países, já que o estudo recomendou que o crescimento econômico fosse reduzido à zero.

Somente a partir de 1980, com a publicação do *World Conservation Strategy* (WCS), da *International Union for Conservation of Nature and Natural Resources* (IUCN), tirou-se o foco do embate entre preservação do meio ambiente e crescimento econômico.

Conforme Nobre descreveu:

Ao estabelecer um vínculo mais frouxo entre ecologia e desenvolvimento econômico, ao deixar em suspenso as questões políticas e institucionais, o WCS afastou exatamente o que emperrava qualquer avanço negociado. Com isso, veio para primeiro plano a necessidade de preservar, de conservar, de maneira que, ao retornarem as velhas questões (crescimento econômico, desigualdades sociais, instituições políticas internacionais, etc.), elas viriam reorganizadas segundo esse ponto de vista, abrindo caminho para o ‘desenvolvimento sustentável’ tal como seria definido depois pelo Relatório Brundtland. (2002, apud Ramiro, 2003)

Assim, foi publicado em 1987 o relatório “*Our Common Future*”, pela Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas (WCED), ou Relatório Brundtland, que cunhou e popularizou o conceito de desenvolvimento sustentável

em definitivo (Byrne e Glover, 2002). A partir da década de 1990, esse conceito foi introduzido em definitivo nos discursos de autoridades em diversas áreas, tornando-se tema obrigatório na pauta de discussões, inclusive no âmbito do turismo (Bramwell and Lane 1993; Mowforth and Munt 1998), embora a academia já demonstrasse preocupações sobre seus efeitos negativos desde a década de sessenta, quando o tema dominante era o de capacidade de carga (Saarinen, 2006) – conceito geralmente associado a metodologias quantitativas para estabelecimento de limites de crescimento.

Saarinen (2006) explica que, no âmbito do turismo, o conceito de capacidade de carga teria sido substituído pelo de sustentabilidade na década de 1980 por alguns fatores, como a dificuldade de agentes envolvidos com o turismo definirem os limites e a aplicabilidade daquele conceito na teoria e na prática. Além disso, o conceito de sustentabilidade, por ser mais abrangente e vago, permite abarcar outros aspectos que se demandava considerar, unificando posições divergentes (Saarinen, 2006).

De acordo com Byrne e Glover (2002), o Relatório Brundtland estabeleceu outros aspectos cruciais, tendo assim expandido o conceito de sustentabilidade e incluído além do aspecto ambiental, o econômico e a equidade social. Ele define sustentabilidade de forma vaga: "o atendimento das necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades" (WCED, 1987), permitindo assim que outras demandas sejam reivindicadas para aproveitar a atual atenção dada ao conceito de sustentabilidade.

Há estudiosos, por exemplo, que clamam reconhecimento de outra dimensão a ser incorporada ao conceito de sustentabilidade do turismo: a dimensão política. Estes defendem a idéia de que o turismo depende fundamentalmente de um sistema político e da distribuição do poder dentro da sociedade para atingir seus objetivos de sustentabilidade. Mais especificamente, essa idéia trata da participação da comunidade local na tomada de decisões, e envolve conceitos como democratização e inclusão social (Gunn, 1994; Hart, 1998; Murphy, 1983; Pigram, 1990; Simmons, 1994 apud Choi e Sirakaya, 2006).

A participação social no processo de tomada de decisões tem sido considerada pré-requisito para a legitimidade de projeto planejado e implementado sob a denominação conceitual de sustentável (Becker, 1997). Tosun (2000) declara que “propor estratégia de desenvolvimento que não seja participativa é quase reacionário”, e que a participação local em assuntos comuns é “instrumento, sem o qual democracia e liberdade individuais não são sustentáveis”. Essa idéia vai ao encontro de teorias que defendem o desenvolvimento local, específico a cada localidade, bem como das teorias pela descentralização da governança

pública, por meio do *empoderamento* da sociedade. Essa questão talvez tenha adquirido maior exposição acadêmica no turismo devido ao fato de sua porção visível (a viagem turística, de fato) ser “consumada” *in loco*, no espaço próprio dos moradores locais, tornando essa questão ainda mais evidente.

Para Molina (2003), em sua reflexão sobre o “pós-turismo”, a participação – para ele associada à descentralização – é ferramenta fundamental para o desenvolvimento turístico deste milênio.

A descentralização das decisões contribui para um verdadeiro desenvolvimento do turismo, para a criação de estruturas de comunicação complexas, que impliquem as responsabilidades e os direitos de todos aqueles que se julgam ou são afetados pelo desenvolvimento turístico. A descentralização facilita um enfoque integral, mais apto para detectar, recolher, processar e concretizar idéias e conceitos que desemboquem em inovações estruturais, funcionais e de produtos turísticos.

Esta reivindicação, entretanto, é percebida por outros estudiosos como intrínseca à dimensão social de sustentabilidade, apesar de não ter sido incorporada ao conceito de sustentabilidade, ou sustentabilidade do turismo. O consenso estabelecido pelo Relatório Brundtland, assim, se aplica igualmente ao conceito de turismo sustentável, com base nas mesmas três dimensões: ambiental, sócio-cultural e econômica, unanimemente aceitos (Jacobs, 1999 e Duffy, 2002 apud Macbeth 2005). O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) em parceria com a Organização Mundial do Turismo (OMT) definiu, em 2005, o conceito de turismo sustentável: o “turismo que considera plenamente seus impactos econômicos, sociais e ambientais atuais e futuros, atendendo às necessidades de visitantes, indústria, meio ambiente e sociedades anfitriãs” (PNUMA e OMT, 2005).

A questão sobre a crescente percepção de que o turismo, em especial, ou qualquer atividade que envolva a cultura de grupos sociais, em geral, devem envolver a participação da comunidade é assunto que será abordado e analisado posteriormente.

Apesar de o termo “turismo sustentável” já estar plenamente integrado aos discursos de teóricos do turismo, governo e setor privado, e de haver consenso sobre suas dimensões fundamentais, ainda se debate o conceito intensamente no campo do turismo (McCool et. al, 2001; Garrod e Fyall, 1998; Saarinen 2006). A polêmica acerca do conceito de turismo sustentável, de acordo com Macbeth (2005), ocorreria pela sua complexidade, que para o autor possui dois níveis de entendimento: o primeiro, vago e unitário, baseia-se no tripé

econômico, sócio-cultural e ambiental. O segundo nível de entendimento seria o ponto em debate, por tratar-se da argumentação política sobre como o conceito deve ser interpretado na prática (Jacobs, 1999 apud Macbeth, 2005). Pode-se compreender o primeiro nível destacado por Macbeth com Lélé:

O desenvolvimento sustentável é um ‘meta arranjo’ que une a todos, do industrial preocupado com seus lucros, ao agricultor de subsistência minimizador de riscos, ao assistente social ligado ao objetivo maior da equidade, ao primeiro-mundista preocupado com a poluição ou com a preservação da vida selvagem, ao formulador de políticas maximizador do crescimento, ao burocrata orientado por objetivos e, portanto, ao político interessado em cooptar eleitores. (Lélé 1991 apud Mueller, 1994)

Saarinen (2006) explana que o conceito de desenvolvimento sustentável permitiu a convergência, no campo da teoria, de grande parte dos interesses dos envolvidos, mas, ao se tentar executá-lo, as discussões anteriores foram retomadas, por imperar os interesses particulares de cada agente envolvido, que busca a fração do conceito de sustentabilidade correspondente ao seu interesse no turismo - não raro entrando em conflito com os interesses sustentáveis outros (Duffy, 2002 e Wall, 1997 apud MacBeth 2005). Similarmente, Stabler afirma que “os meios para se alcançar a sustentabilidade podem ser considerados não-éticos porque beneficia alguns, talvez os grupos mais afluentes ou aqueles de países ricos, enquanto os custos são arcados por outros, possivelmente a maioria, que estão em grupos de baixa renda ou em nações mais pobres” (tradução livre; 1997, apud MacBeth, 2005).

Saarinen (2006, citando Spangenberg, 2005) argumenta que o conceito de sustentabilidade seria essencialmente complexo, contestado política e ideologicamente e exigido que abarque vasta gama de interesses sem nenhum denominador comum identificável. A inicial incompatibilidade entre crescimento econômico e conservação da natureza (gatilho que principiou a discussão sobre sustentabilidade) teria, de acordo com a autora, sido substituída pela necessidade de se “ajustar” as dimensões conflitantes. O conceito de sustentabilidade tornou-se conveniente, assim, por promover os interesses de ecologistas a capitalistas, passando por movimentos sociais e governos. Entretanto, as esferas ambiental e social não receberam a mesma atenção que a esfera econômica, que na prática continuou prevalecendo – embora os discursos fossem sempre inclusivos para todas as dimensões consensuadas de sustentabilidade.

A dificuldade em se estabelecer parâmetros de aplicabilidade foi sentida pelo turismo. Garrod e Fyall representam corrente de acadêmicos que defenderam a necessidade de avançar do discurso de turismo sustentável para a prática, com o artigo “*Beyond the Rhetoric of Sustainable Tourism*” (1998). Eles alegam que, “de forma a tornar o conceito de turismo sustentável ‘implementável’, é necessário instituir alguma forma de estrutura de mensuração, por meio da qual o progresso para alcançar o objetivo (...) seja avaliado”.

Essa conjuntura ocasionou, inevitavelmente, o debate sobre a “monetarização” dos elementos naturais, sociais e culturais, defendida por muitos. Garrod e Fyall (que defendem a monetarização daqueles “recursos”) reconhecem a polêmica sobre o ato de atribuir valor pecuniário a bens naturais, culturais e históricos, dada a consequente percepção de que isso representa a “comodificação”, a mercantilização da natureza e da história (Hughes, 1995); ou a interpretação, por parte do setor privado, de que é possível a compensação de uma dimensão por outra: “adotar uma mesma ‘moeda’ pode levar à interpretação de que elas são passíveis de substituição, permitindo às empresas ignorarem um aspecto caso elas se sobressaiam em outro” (Korhonen, 2003 apud Font e Harris, 2004). Além disso, corrobora a visão de que a natureza é sinônimo de recursos, atualmente denominado ‘capital natural’ (Hughes, 1995). Garrod e Fyall (1998) defendem-se, alegando que se trata da maneira mais conveniente de se cobrar um preço da “indústria” do turismo para que esta não perceba esses bens como gratuitos.

Mas essa não foi a única forma encontrada pelos acadêmicos para operacionalizar o conceito de sustentabilidade. O setor privado percebeu a pressão promovida pelo conceito de sustentabilidade, crescentemente em voga. Além disso, percebeu um nicho para possíveis clientes conscientes da causa. Assim, houve proliferação de programas e certificados voluntários, modelos econômicos e, por parte do setor privado, a defesa de determinados segmentos como forma de se alcançar a sustentabilidade almejada no turismo. Essa era a “resposta lógica à pressão social, enquanto evita[va] interferência rígida do governo (Haufler, 2001)”. O vácuo deixado pelo governo, cuja falta de intervenção nos mercados – decorrentes do neoliberalismo – estaria sendo preenchido pela sociedade, possibilitou ao setor privado apropriar-se do conceito e determinar os moldes de sua “implementação” (apud Bendell e Font, 2004), que permanece na esfera da retórica.

Essa proliferação de programas, guias e certificados recebeu bastante atenção da academia, sendo elogiada por alguns por aumentarem a qualidade e competitividade do turismo, mensurando e monitorando a sustentabilidade do turismo; além disso, influenciam o mercado quanto à questão da sustentabilidade, visto que gera competitividade no setor

(Buckley, 2002; Font 2001; Honey 2002; UNEP 1998 apud Font e Harris, 2004). Mas foi criticado por outros, por serem incompletos e ineficientes (Sasidharan et. al, 2002 apud Font e Harris, 2004), além de incoerentes entre si (Tepelus e Cordoba, 2005).

No âmbito da certificação, por exemplo, Bendell e Font (2004) afirmam que a maioria das iniciativas estaria localizada na Europa: 78%, de acordo com dados da Organização Mundial do Turismo; em grande parte voltada ao setor hoteleiro, por ser padronizado e definido. Os outros setores da “cadeia turística” permaneceriam fora do monitoramento e controle, dada a alta capilaridade da indústria, composta majoritariamente por pequenas empresas. Os requisitos para obtenção do certificado, além disso, seriam primordialmente de cunho ambiental (Font e Harris, 2004; Tepelus e Cordoba, 2005), havendo poucos que abordam a questão social – os poucos que o fazem têm foco na questão trabalhista, não nos impactos sociais ou benefícios à comunidade.

Um dos motivos talvez esteja relacionado ao fato de que “critérios e avaliação de cunho social ainda são considerados cientificamente incertos e sem credibilidade (Saidharan et al 2002, apud Font e Harris, 2004), além de ser consenso que, ainda hoje, a questão ambiental ainda é a mais visível, muitas vezes sendo a única dimensão referida em discursos (tanto do setor privado quanto do público), quando o assunto é sustentabilidade. Lubbert (2001) afirma que, quanto aos certificados de sustentabilidade, “há uma miríade de selos de sustentabilidade que variam em qualidade, critérios, conteúdo e escopo, causando confusão no turista a ponto de preferir ignorá-los” (tradução livre; apud Font, 2001). Assim, “ao invés de solucionarem o problema da sustentabilidade (...), [o fenômeno de proliferação de programas e certificados] pode servir somente pra banalizá-la” (Garrod e Fyall, 1998).

Ainda assim, na tentativa de avançar nas discussões da aplicabilidade do conceito no âmbito do turismo, foram publicados artigos e estudos que promovem o assunto sob o enfoque de sua execução (dentre os quais constam McCool et.al, 2001; Choi e Sirakaya, 2006; Johnston e Tyrrell, 2005; Garrod e Fyall, 1998). Muitos desses afirmam que largamente se debateu sobre a teoria e que chegara o momento para implantação prática do conceito de sustentabilidade. Poucos artigos, entretanto, indagaram o porquê de haver dificuldade de aplicação do conceito. Sugiro que, talvez, sua teoria esteja se tornando mais um discurso de eficiência e performatividade (no conceito oferecido por Lyotard, 1984) no mundo competitivo do mercado neoliberal, ao invés de constituir-se como princípio ético norteador de planejamentos, atividades, diretrizes. O conceito tornou-se ferramenta de competitividade, promovendo, assim, debate sobre qual o turismo “mais” sustentável.

De fato, numerosos estudos sobre como os destinos devem desenvolver sua imagem do turismo vinculada à idéia de sustentabilidade, além de teorias e políticas para atingir esse fim, têm surgido para atingir esse objetivo. Pigram (1990) argumentou que o “turismo sustentável corre o risco de se manter irrelevante e ineficaz como uma política para o desenvolvimento do turismo no mundo real, devido à falta de meios efetivos para traduzir a idéia em ações” (em Swarbrooke, 1999). Embora essa afirmação tenha sido feita quase duas décadas atrás, há indícios de que a situação perdure ainda hoje.

Mais uma vez, pode-se constatar que os estudos do turismo mantiveram-se no nível de discussão técnica/operacional, abstendo-se de discutir o cerne das questões capazes de promover transformações nos parâmetros e diretrizes do turismo, sucessivamente relegadas para estudiosos formados por métodos e conceitos de outras áreas que, com frequência, atêm-se a críticas, não a soluções, quando o assunto é turismo. A seguir, será apresentado panorama sobre a evolução dos estudos do conceito de turismo sustentável, para melhor visualização das formas como os acadêmicos tem se envolvido com o assunto.

Jarkko Saarinen (2006) baseou-se em artigos e estudos anteriores para elaboração do artigo “*Traditions of Sustainability in Tourism Studies*” (Tradições de Sustentabilidade nos Estudos do Turismo). Nele, são identificadas três tradições nos estudos de sustentabilidade no turismo, baseadas em: 1) *Recursos*, 2) *Atividades* e 3) *Comunidade*. A proposta de seu artigo é compreender a natureza e a evolução do conceito, destacando que, por trás das diferentes abordagens ao conceito, existem diferentes tradições. Antes de avançar na apresentação de sua teoria, convém definir tradição:

Tradição é uma constelação de regras mais maleável que a de um paradigma. As tradições surgem conforme pesquisadores constroem sobre [trabalhos] precedentes e atraem aderentes que se inscrevem em escolas semelhantes de pensamento. Diferem de paradigmas visto que uma séria de tradições pode coexistir livremente, além de serem mais permeáveis e adaptáveis. (MacIntyre, 1985 apud Tribe, 2005)

Tendo isso em vista, a primeira tradição, segundo a autora, é baseada em *Recursos*; está relacionada ao início da discussão sobre os limites do crescimento, e possui fortes raízes no positivismo e ciências naturais. Seu objetivo era alcançar uma “fórmula mágica” por meio do modelo de capacidade de carga para estabelecer limite objetivo e mensurável de crescimento, que não permitiria ultrapassar o limite de indivíduos a um determinado

ambiente. Assim, os indicadores dessa tradição associam os impactos causados pelo desenvolvimento do turismo aos recursos “originais” e primordialmente materiais.

A segunda tradição é denominada pela autora como *Atividades*, reconhecendo que o turismo é dinâmico e inevitavelmente acarreta consequências; a tradição anterior não estaria atendendo às exigências do turismo, visto como a “indústria” diletta de crescimento econômico. Desta forma, os estudos dessa tradição visavam ao atendimento dos interesses do setor privado, que necessitava alterar o ambiente como um todo para prosperar como atividade econômica. Assim, surgiram conceitos como produto turístico e idéias originalmente do Marketing, como o ciclo de vida proposto e amplamente promovido por Butler (1980, apud Saarinen, 2006).

Butler (1980, apud Saarinen, 2006) descreve o processo de mudança de um destino desde a fase inicial, passando pelo desenvolvimento e consolidação, até a fase de estagnação, que significaria que o destino alcançou seu limite de crescimento. Entretanto, esse limite não seria estático como na tradição anterior, e sim cíclico, pois mudanças introduzidas como produtos ou ações de marketing permitiriam o reinício do ciclo, tornando-o dinâmico. Além disso, o limite de crescimento não dependeria dos recursos “originais” do destino ou de sua capacidade de absorver o turismo, mas da indústria e suas atividades que poderiam introduzir novos elementos como infra-estrutura, ampliando o limite de crescimento indefinidamente.

A segunda tradição com base em *Atividades* envolve, assim, abordagem relativista, pois alega que certas atividades podem ter diferentes impactos ao limite de crescimento do turismo. Segundo esta tradição, o turismo (inclusive seus segmentos “alternativos” e de menor escala) seria intrinsecamente insustentável dado a um limite, no seu ciclo de vida: inevitavelmente, o destino chegaria ao estágio de turismo em massa e estagnaria em seu crescimento – ao menos que houvesse intervenção, ou seja, que uma atividade fosse conduzida pela “indústria” para ampliar a capacidade e permitir novo ciclo de crescimento (Burton, 1997 apud Saarinen, 2006). O enfoque deixa, assim, de ter como base o limite imposto pelos recursos naturais e passa a se basear no tipo de atividade realizada, que permite a ampliação do limite quanto à sustentabilidade do destino. Assim, os indicadores de sustentabilidade refletiriam a relação entre as atividades promovidas pela “indústria” do turismo e a intensidade dessas atividades, apresentando a noção de sustentabilidade como dinâmica.

A terceira e última tradição, conforme Saarinen (2006) continua a relatar, tem como fundamento a *Comunidade*, que seria uma forma de melhorar a problemática relação entre as tradições anteriores. Esta tradição ponderou que, devido ao contínuo crescimento do turismo

(indicando que os limites com base nas *Atividades* ainda não foram alcançados), e considerando ainda que a capacidade baseada em Recursos era frequentemente ignorada, tornara-se necessária a participação e negociação dos envolvidos. Assim teria se desenvolvido esta tradição, em que os benefícios que o turismo poderia gerar à comunidade consistem em ponto central. Representantes dessa tradição seriam, de acordo com a autora, o turismo social, o turismo justo, o turismo participativo e o turismo para os pobres.

Claramente se pode associar este estudo à evolução do conceito de sustentabilidade anteriormente apontado, em que a dimensão política (envolvimento da comunidade) passou a ser considerada condição imprescindível para o desenvolvimento sustentável, principalmente para o turismo, cuja particularidade de desenvolver-se no próprio habitat dos anfitriões reforça essa necessidade. Na mesma linha de pensamento acima exposta, essa tradição pressupõe que o nível de sustentabilidade pode ser definido por meio de processo de negociação, indicando que os limites de crescimento poderiam ser construídos socialmente (Bryant and Wilson 1998; Hughes 1995; Redcliffe and Woodgate 1997 apud Saarinen, 2006). Assim, estaria relacionada aos níveis de impactos *percebidos* pelos subgrupos da comunidade, que estabelecem os indicadores em conformidade com os níveis de aceitabilidade para cada dimensão envolvida com o conceito. Logo, todo o processo está relacionado à distribuição de poder por parte dos agentes envolvidos.

Assim como na tradição anterior, esta tradição vê o turismo sustentável como dinâmico, visto que os elementos em discussão seriam continuamente construídos e reconstruídos. Não ignora que os impactos do turismo podem ser negativos para os ecossistemas, culturas autóctones etc. Considera, entretanto, que a questão sobre a aceitabilidade desses impactos depende da “perspectiva, dos valores, atitudes, conhecimentos e prioridades” do indivíduo (Proctor, 1998 apud Saarinen, 2006). Assim, esta tradição visaria à proteção dos recursos envolvidos pelo processo do turismo como também, à melhoria da qualidade de vida das pessoas envolvidas.

É interessante notar como o relato de Saarinen (2006) acompanha a trajetória descrita até o momento pela sociedade, ao longo deste trabalho. Vejamos: o conceito de turismo sustentável iniciou-se com base em Recursos, refletindo a visão determinista e objetiva ainda predominante na ciência moderna, que necessariamente passa por métodos quantitativos. Em seguida, a tradição denominada *Atividades* reconhece a influência do homem sobre o objeto em análise. Por um lado, esse reconhecimento demonstra amadurecimento, visto que a sustentabilidade não seria mais determinada pela quantidade de pessoas que frequentam determinado local turístico, sendo, portanto, um conceito fechado; a via seria de mão dupla,

ou seja, enquanto o homem desenvolve suas atividades, o “objeto” em questão se altera e “devolve” outras características, mostrando que se altera pelas atividades desenvolvidas. Por outro lado, esse reconhecimento claramente se deu por conveniência do setor privado, com o objetivo de dilatar a capacidade de atuação.

Por último, a tradição denominada por Saarinen (2006) como *Comunidade* reflete plenamente as características da pós-modernidade, visto que inclui elementos relacionados ao desenvolvimento local, participativo, inclusivo e flexível (visto que a comunidade é quem determina os limites toleráveis de mudanças pelo desenvolvimento), demonstrando a variabilidade a que essa tradição estaria sujeita, visto que cada comunidade determinaria limites diferentes umas das outras, e, portanto, não haveria uma resposta para a questão proposta, mas várias, em conformidade com a pluralidade de percepções possíveis no globo.

Muito embora Saarinen (2006) tenha identificado essa evolução nos estudos do turismo, pode-se afirmar que a última tradição não está ainda disseminada, visto que ainda predominam conceitos rasos e mais apropriados ao comércio de uma pseudo-sustentabilidade do turismo sobre conceitos de fato teóricos que promovam uma real sustentabilidade. Serão apresentadas brevemente, a seguir, as propostas de práticas sustentáveis do turismo. Elas teriam surgido tanto no meio acadêmico como no setor privado (dada a conjunção dos objetivos de ambas as áreas), como decorrência da pressão social pela busca por alternativas ao crescimento econômico sem planejamento, percebida pelo turismo mais como uma oportunidade de negócio para adequar o discurso a diferentes “perfis” de consumidores.

Daí a proliferação, na academia e no setor privado, de defensores de segmentos turísticos, metodologias, modelos econômicos, regulamentos (certificados “verdes”, manuais de ONGs, códigos de prática) e “abordagens” de turismo (turismo responsável, turismo consciente, turismo participativo, turismo verde, turismo *pro-poor*), que às vezes possuem somente o verniz da sustentabilidade, tornando-se mais uma ferramenta de promoção, uma estratégia competitiva no mercado. Assim, a proliferação de “soluções” de práticas turísticas condizentes com as novas expectativas de sustentabilidade (Garrod e Fyall, 1998), mesmo que restritas à esfera dos discursos, são defendidas para promover o turismo como uma “indústria” sustentável.

Afinal, “Sustentável é uma palavra que adiciona valor positivo. Possui conotações tão fortes e positivas, que é fácil e avidamente adotado por quase todos os membros de uma sociedade” (Gartner, 1997), É uma afirmação que nos remete à percepção de que o conceito é, de fato, um meta arranjo (Lélé 1991 apud Mueller, 1994). Muitas das práticas turísticas abaixo listadas têm enfoque somente em uma das dimensões de sustentabilidade do turismo;

considerando-se que o conceito de sustentabilidade necessariamente envolve as três dimensões anteriormente apresentadas, essas propostas se mostram, portanto, como falácias, desde o princípio.

As práticas a seguir enumeradas mesclam segmentos turísticos e abordagens de turismo (turismo social, para os pobres, etc.); a falta de ênfase dada na distinção de cada um deles se dá pela pouca relevância da categoria a que pertencem, visto que o objetivo é mostrar a proliferação de “idéias” na teoria do turismo que simbolizam, ora a perspicácia do setor privado, ora a ingenuidade do setor acadêmico, em alinhar as práticas de sustentabilidade do turismo aos conceitos e categorias criados para os fins comerciais do “turismo-indústria”.

a) Turismo de Aventura

Este segmento está relacionado, basicamente, à busca por lugares “remotos”, “exóticos” e “autênticos”, conforme apontado por Zurick (1992). O autor defendeu que surgia um novo tipo de turista de aventura, que buscava destinos com as características acima mencionadas, adicionadas ao preferencial por pertencerem a países em desenvolvimento com enfoque na natureza. Esse turista traria, segundo os defensores deste segmento, o benefício econômico a localidades remotas e ainda com as características próprias de um aventureiro que busca a preservação natural e cultural. O autor afirma que “a degradação ambiental frequentemente associada ao turismo não precisa ser assim; de fato, turismo de aventura pode financiar o gerenciamento sustentável de áreas naturais”. Esses argumentos são similares aos defendidos por estudiosos de outros segmentos, conforme será demonstrado a seguir.

b) Turismo de Mochileiros (*Backpackers*)

Os mochileiros, ou turistas de longa duração e baixo orçamento, receberam maior atenção por parte da academia e da indústria do turismo a partir da década de noventa (Uriely et. al, 2002), principalmente em lugares em que os impactos causados pelos mochileiros foram mais evidentes, como a Austrália, Sudeste Asiático e Nova Zelândia (Richards e Wilson, 2004). Alguns estudiosos considerarem esse tipo de turismo uma forma, não um segmento, visto que as três principais áreas de interesse são natureza (trekking), cultura e aventura (Loker-Murphy e Pearce, 1995 apud Scheyvens, 2002).

O'Reilly (2006) identificou três principais características em comum aos mochileiros: a) duração predominantemente longa, b) uso de meios de transporte de baixo custo, e, por último, o que o autor interpreta como c) “serendipismo”, conceito definido pelo dicionário como o “dom de fazer descobertas felizes, por acaso”, que envolve características como o pouco planejamento antecipado, a alta flexibilidade dos mochileiros quanto ao itinerário e duração de cada parada e a maior autonomia.

Recentemente, diversos estudos acadêmicos afirmam haver intrínseca relação entre o desenvolvimento econômico de destinos, em especial os menos desenvolvidos, e o aumento de turistas de longo-prazo e baixo orçamento, ou mochileiros. Diversos autores argumentam ainda que, além do benefício econômico, os mochileiros seriam turistas mais apropriados para países menos desenvolvidos, pois promoveriam a melhoria de qualidade de vida de pequenas e remotas comunidades – destinos mais cotados entre eles –, e que ainda seriam mais conscientes e responsáveis que outros segmentos de turismo.

Scheyvens (2002) enumera vários fatores que fazem esses turistas mais sustentáveis, dentre os quais constam:

- A longa duração da viagem, quando aliada à procura por experiências de aventura, ou ligadas à natureza, ou por culturas autênticas, levam os mochileiros a cobrir maior e mais variada extensão geográfica, normalmente por transportes de baixo custo; para tanto, percorrem regiões isoladas ou economicamente excluídas, que podem eventualmente se beneficiar de sua passagem;
- Mochileiros não exigem luxo, portanto tendem a consumir mais os produtos (como os alimentícios) e serviços (transporte, hospedagem) locais, comparados a outros turistas, que demandam por serviços típicos de grandes empresas, muitas vezes multinacionais;
- Benefícios econômicos são mais bem distribuídos na comunidade, visto que os habitantes locais carecem de pouco capital inicial e pouco treinamento para atender às necessidades dos mochileiros; além disso, os mochileiros acabam gastando mais no destino como um todo do que o turista regular, dada a longa duração da viagem;
- A comunidade possui maior poder sobre o desenvolvimento do turismo local;
- Turistas de pacotes que pré-determinam os mínimos detalhes da viagem (e pagam antecipadamente por elas às agências em seu local de origem), têm contato limitado com os locais. Já os mochileiros, em consequência da pouca estruturação e planejamento da viagem, chegam de ônibus ou trem, locomovem-se pela infra-estrutura rodoviária local (ou

taxistas), acomodam-se em albergues menos luxuosos – mais comumente ofertados pelos locais e, como não pagam pelas refeições antecipadamente, alimentam-se em lanchonetes e quiosques locais, movimentando mais a economia local (citados Hampton 1998; Goodwin et al 1998; Wheeler 1999; Wilson 1997), assim gerando significativos efeitos multiplicadores;

- A exigência diferenciada dos mochileiros permite o desenvolvimento local, dando às comunidades maior controle sobre o desenvolvimento do turismo, e ao fortalecer a estrutura econômica, diminui-se a carência de investimento, pessoal, produtos e serviços estrangeiros;

c) Turismo Cultural

De acordo com Dewar (2000), “definir o que venha a ser turismo cultural constitui em contínuo debate (...) [pois] cultura é uma das duas ou três palavras mais complicadas na língua inglesa”. A amplitude do conceito pode ser retratada por duas definições extremas de turismo cultural: a primeira caracteriza o turismo cultural como o “movimento de pessoas por motivações culturais como estudo, artes, festivais e outros eventos, visitas a sítios e monumentos, folclore, arte e peregrinações”. A segunda utiliza o conceito de cultura em seu sentido mais amplo: “Todos os movimentos de pessoas (...), pois satisfazem a necessidade humana de diversidade, que tende a aumentar o nível cultural do indivíduo e propicia novo conhecimento, experiência e encontros” (Richards, 1996).

De acordo com a Organização Mundial do Turismo, turismo cultural é definido pelo “movimento de pessoas por motivos essencialmente culturais como os estudos, artes de performance, tours culturais, viagens a festivais e outros eventos culturais, visitas a monumentos, viagens para estudar a natureza, folclore ou arte, e peregrinações”.

Alguns estudiosos consideram o turismo cultural e o turismo sustentável “virtualmente sinônimos”, sendo aquele considerado “turismo sensível, suave e inteligente” (Swarbroke, 2000), pois promove a sustentabilidade ao estimular as culturas a preservarem suas tradições (Butcher, 2001 e MacCannell, 1992). Além disso, o contato entre indivíduos de diferentes culturas potencialmente resultaria em “apreciação mútua, compreensão, respeito, tolerância, redução de preconceitos étnicos, estereótipos e tensão racial” (Reisinger e Turner, 1998). Há claro enfoque nas dimensões sócio-culturais da sustentabilidade. A questão cultural do turismo será discutida posteriormente na próxima temática da pós-modernidade com reflexos no turismo. Entretanto, pode-se adiantar que nem todos concordam com a sustentabilidade do turismo cultural.

Há pesquisas que apontam que o turismo cultural seria o segmento turístico em maior expansão (Organização Mundial do Turismo, 2004 apud Schouten, 2007). Os motivos para essa mudança estariam, dentre outros, no envelhecimento da população, no aumento de escolaridade, e no surgimento da mulher com autonomia econômica (Lord, 1999). Destinos que tradicionalmente se apóiam em outros segmentos estão, agora, tentando incorporar o segmento cultural ao “portfólio do turismo”, como Richards descreve (2007, p 11), por razões econômicas: eles gastam mais que a média dos turistas.

O aspecto cultural para a pós-modernidade, como se viu, é vital. Pode-se, assim, conjecturar que o aumento da importância do fator cultural tenha influenciado para o aumento do número de turistas com motivações “culturais”, muito embora haja controvérsias sobre a comercialização de culturas. Esse assunto será abordado na próxima seção.

d) Turismo Social

Hall define turismo social como “as relações e o fenômeno, no campo do turismo, resultados da participação em viagens por elementos economicamente fracos ou em desvantagem da sociedade”, considerando-se tanto os aspectos da demanda quanto da oferta (2000, apud Ryan, 2002).

O Ministério do Turismo define Turismo Social como “a forma de conduzir e praticar a atividade turística promovendo a igualdade de oportunidades, a equidade, a solidariedade e o exercício da cidadania na respectiva inclusão” (Ministério do Turismo, 2006). Países diversos focaram no turismo social, com objetivos variados como aposentados, deficientes físicos, estudantes e trabalhadores, dentre os quais: Chile, França, Espanha, Reino Unido e Macau.

A idéia principal consiste em tornar o turismo, historicamente considerado, atividade de elite, crescentemente mais acessível à população em geral. Percebe-se, portanto, grande enfoque na dimensão social da sustentabilidade. Há, ainda, preocupação com as minorias – deficientes físicos, mulheres e idosos, principalmente –, e com a mão-de-obra do turismo.

e) Turismo Participativo

De forma geral, o envolvimento da comunidade em processos de desenvolvimento tem se tornado demanda a partir da década de 1970, quando o conceito surgiu de maneira mais

uniforme e intensa. Tosun (2000) define a participação da comunidade como “um processo em que as pessoas identificam os problemas e suas necessidades, aumentando sua responsabilidade sobre o planejamento, gerenciamento, controle e avaliação de ações coletivas (...) [que] envolve o reajuste da balança do poder entre a comunidade local e as autoridades locais e dos planejadores externos”.

A definição para turismo participativo envolve cidadania, e a oferta de oportunidades para o envolvimento do indivíduo na governança, processo de *empoderamento* em que “os indivíduos, em parceria com os agentes competentes para auxiliá-los, identificam problemas e necessidades, assumindo responsabilidade pelo planejamento, gerenciamento, controle e avaliação de ações comuns (Askew, 1989 apud Tosun, 2000). No plano ideal, este conceito envolve mudança de poder “daqueles que detém os papéis de tomada de decisão para aqueles que tradicionalmente não possuem esse poder” (Willis, 1995 apud Tosun, 2000).

No âmbito do turismo, a participação da comunidade local tem sido defendida como condição essencial para garantir a sustentabilidade do processo de desenvolvimento do turismo (Din, 1996; Simmons, 1994; Taylor, 1995; Tosun and Jenkins, 1998; Woodley, 1993 apud Hasse, 2003), considerando ainda as descontinuidades políticas. Para Becker (1997), “a participação social no processo de tomada de decisões constitui pré-requisito para a legitimidade de todo e qualquer projeto planejado e implementado sob a denominação conceitual de sustentável”.

O ato de incluir a comunidade no processo de desenvolvimento turístico se dá através da divisão de responsabilidades: os atores locais passam a compreender o papel do estado, do setor privado e o seu próprio papel, assumindo assim suas respectivas responsabilidades. A co-responsabilidade só é possível mediante um processo efetivo de participação na tomada de decisões políticas – retornando à dimensão de sustentabilidade sob a perspectiva política, abordado anteriormente.

Segundo Inving (2002) o processo de partilha de responsabilidades permite a avaliação realista do custo-benefício das intervenções propostas e, principalmente, a “apropriação” do projeto pelo próprio beneficiário, ponto fundamental para sustentabilidade desejada.

f) Ecoturismo

O termo ecoturismo foi cunhado por Héctor Ceballos-Lascuràin em 1983, inicialmente para descrever viagens a destinos de natureza exuberantes, “inalterados”. Alguns o defendem

como segmento, entretanto os mais entusiastas do debate o defendem como uma forma de turismo, que pode ser aplicada aos diversos segmentos diferentes. Visto que a dimensão ambiental deu início ao conceito de sustentabilidade, sendo assim a mais visível ainda hoje, o ecoturismo foi pioneiro na divulgação da sustentabilidade do turismo. Com o passar do tempo, entretanto, o termo passou a abarcar outros aspectos da sustentabilidade, sendo comumente confundido com turismo sustentável; assim, é mais comum o uso do termo ecoturismo como forma, ao invés de segmento turístico. Como exemplo, cite-se uma das definições oferecidas pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA): “Eco Turismo é turismo sustentável, seguindo processos que (...) asseguram participação ativa e igualitária de todos os envolvidos (...)”.

O aspecto ambiental recebe, de fato, maior atenção dos estudiosos e mídia. Conforme McCool et. al (2001) argumentaram no artigo “*What should Tourism Sustain? (O que o Turismo deve Sustentar?)*”, essa predominância da dimensão ambiental se dá pela simples razão de que, sem o meio ambiente, “a vida humana não seria possível”, ao passo que outros argumentam que a predominância da dimensão ambiental ofusca a urgente necessidade pela inclusão social.

Além disso, o marketing do ecoturismo associado simplesmente a destinos de natureza exuberante, em oposição a princípios reais de sustentabilidade, representa bem a falácia em que o conceito de sustentabilidade do turismo pode se tornar, quando grandes grupos de turistas exploram áreas naturais sem o respeito às práticas responsáveis com o meio ambiente ou com a população que ali habita.

g) Novo Turismo

Poon (1993, 1994) foi a maior expoente do chamado Novo Turismo, em contraposição ao “Velho” turismo que seria “não só em massa, mas também padronizado e formatado em rígidos pacotes” (1993, p 91). A autora promoveu a noção de que os diversos tipos e segmentos de turismo, promovidos como sustentáveis, são de fato determinados pelo novo turista – mais exigentes, experientes, flexíveis, independentes, conscientes e com novo estilo de vida. Consequentemente haveria uma busca pelo novo por meio de experiências enriquecedoras e plenas de conhecimento, que satisfaçam as necessidades desse novo turista.

The result is tourists are on their way to switching from having pre-paid packages arranged to independent travelling; from the sun to experience search; from vastly imposing the Western culture on smaller societies to celebrating the differences; from being fond of 'staged authenticity' performances to wanting the 'real thing' as it actually is (Poon, 1994, p127).

Poon alega, assim, que os turistas de pacotes seriam paulatinamente substituídos pelos mais independentes, que celebram e respeitam as diferenças culturais e buscam, ainda, o denominado “*backstage*” das sociedades, ou seja, a cultura “real” - conforme teorizado por Smith (1989) em seu livro marco *Hosts and Guests: the anthropology of Tourism*, amplamente citado por Poon.

Assim, a teoria do Novo Turismo, por um lado, baseia-se na idéia de um novo homem, e está associada à corrente teórica do turismo na pós-modernidade anteriormente apresentada por Munt (1994) como “a outra”, dada a busca por experiências reais, seja em relação à natureza ou à cultura.

Por outro lado, reflete as mudanças no processo de “consumo” do turismo, refletidas na necessidade de “customização”, isto é, maior segmentação dos produtos turísticos àqueles que exigem individualização das suas viagens, levando à crescente especialização. Essa idéia está intimamente associada às mais recentes estratégias da administração e do marketing de produtos e, principalmente, do setor de serviços, visto que o foco há muito deixou de ser na produção em massa, homogênea, para a produção quase “individualizada”, customizada, como forma de adquirir fidelidade e “exclusividade” pelo cliente. Essa característica, portanto, pode refletir o ângulo efêmero, volátil e consumista da pós-modernidade.

A teoria de Poon adquiriu certa notoriedade nos estudos do turismo, considerada um dos marcos para a caracterização do que seriam os novos tempos. Pode-se afirmar que o turismo passou a ser associado à pós-modernidade relativamente na mesma época, inferindo-se, aqui, a influência da teoria dessa autora na nova percepção do turismo.

h) Turismo para os Pobres (*Pro-Poor Tourism*)

Durante a Cúpula da Terra Rio 92, cujo produto final foi a Agenda 21, reafirmou-se a necessidade de impor os princípios de desenvolvimento sustentável por meio de processos sócio-econômicos mais amplos, sendo destacado o potencial do turismo para avançar nos objetivos desse desenvolvimento (Berry and Ladkin 1997; Pigram and Wahab 1997 apud

Saarinen, 2006). Esse evento tornou evidente o potencial do turismo em diminuir a pobreza por meio de desenvolvimento de estratégias apropriadas, tendo a Agenda 21 formalizado o apelo, nesse sentido, aos agentes envolvidos com o turismo (Sharpley and Telfer 2002, apud Hawkins e Mann, 2007).

Esse apelo gerou repercussões, surgindo projetos e programas, além do *Pro-Poor Tourism* (PPT), que pode ser caracterizado como uma “abordagem” ao turismo. Caroline Ashley (2001, 2006), é uma defensora do PPT que atua nos estudos e na prática, percorrendo países pobres (geralmente do continente africano ou do sudeste asiático), avaliando e implementando projetos dessa área. Como a própria denominação aponta, o PPT tem objetivo de aumentar os benefícios do turismo para a parcela mais pobre das sociedades. Não seria nicho de mercado, segmento ou produto, mas uma abordagem, contrapondo-se à excessiva atenção prestada ao aspecto ambiental – preocupação não ignorada pelo PPT, porém não constituindo elemento prioritário. Estratégias para consecução dos objetivos de diminuição da pobreza incluem o aumento da empregabilidade das populações ou a viabilização de acesso da comunidade no planejamento e desenvolvimento do turismo.

A organização não-governamental *Pro-Poor Tourism* estabelece diferenças entre este e o turismo sustentável, estabelecendo que, enquanto o turismo sustentável promove diversos aspectos, a preocupação única do Pro-Poor é com os pobres – motivo pelo qual baseiam suas atividades primordialmente em países “do Sul”, em contraposição aos “do Norte”. Contrapõe o conceito, ainda, ao conceito de Turismo Participativo, cujo foco em envolver a comunidade no turismo seria apenas um “instrumento” útil para o Turismo para os Pobres, que objetiva descobrir mecanismos cuja finalidade seja a de proporcionar que as oportunidades de melhora de vida cheguem à parcela pobre da população. Seus principais expoentes acadêmicos, além de Ashley, são Goodwin e Roe (Hawkins e Mann, 2007).

Não causa surpresa o surgimento de uma forma de turismo cujo enfoque seja a redução da pobreza, principalmente a partir da promoção deste potencial promovido com maior ênfase a partir do *Earth Summit*, realizado no Rio de Janeiro em 1992. Aliás, Hawkins e Mann (2007) demonstram que 80% dos 58 países classificados como de baixa renda, e que têm estratégias perante o Banco Mundial para combater a pobreza, citam o turismo como opção de crescimento econômico, emprego e redução da pobreza. Muitos destes atribuem ao turismo peso equitativo comparado à agricultura e serviços de manufaturamento.

A percepção alardeada de que o turismo gera renda, empregos, promove o crescimento econômico e potencialmente inclui camadas marginalizadas da população tem motivado muitos países pobres a considerarem o turismo uma prioridade nacional. Ainda não se sabe,

ao certo, os efeitos disso na prática, visto não haver estudos comprovando a efetiva melhoria da qualidade de vida nesses países que priorizam o turismo como porta para o desenvolvimento, mas alguns autores apontam para fatores como o “vazamento econômico”¹³, visto que grande parte dos benefícios econômicos retornariam aos países desenvolvidos por meio de suas empresas de atuação multinacional; ou permaneceriam estagnados nas camadas afluentes desses países pobres.

O turismo, como atual “carro-chefe” do setor de serviços, simboliza atualmente esperança de melhoria de vida. Acredito, entretanto, que o enfoque nas comunidades pobres com o intuito de promoção de melhoria de vida por intermédio do turismo não alcançará êxito sem políticas que incluam o morador não somente como empregado, mas como habitante do destino turístico. Assim, devem ser priorizadas a infra-estrutura elementar, o serviço público de saúde, a necessidade urgente de política educacional, dentre outras medidas em localidades de extrema pobreza. Embora a causa seja nobre, considero ingênuo acreditar que a democratização e a justiça social, por meio do consumo ou delegadas aos investimentos do setor privado (cujo interesse é invariavelmente o lucro da própria empresa), acarretarão melhoria de vida sustentada da localidade.

Da mesma forma, todas as outras abordagens ao turismo, embora importantes cada uma a sua maneira, não têm o potencial de atingir o objetivo pleno da sustentabilidade, tampouco o objetivo específico a que se propuseram (social, do turismo social; erradicar a pobreza, turismo para os pobres, etc.), pelo motivo de que o turismo como um todo está sendo conduzido e determinado pelas necessidades do mercado e do capital, e, enquanto esses discursos forem convenientes a esses objetivos, serão sustentados; posteriormente, outras categorias serão promovidas para a renovação dos produtos e serviços do turismo.

Macbeth sustenta, citando outros estudiosos, que o conceito de desenvolvimento sustentável pode estar sendo utilizado para manutenção do *status quo*, visto ter se afastado do rígido Clube de Roma e incorporado a expansão econômica. Para Davison, a sustentabilidade representa o “projeto cultural do ecomodernismo”, e MacBeth complementa que se o conceito de desenvolvimento sustentável é por si só contraditório¹⁴, utilizado como a busca ecomodernista pelo crescimento com um “verniz” de equidade, “então o conceito de turismo sustentável é nada mais que um disfarce para os negócios, como sempre” (2005).

Tampouco os segmentos turísticos, que já nascem imbuídos da lógica do mercado – visto terem surgido em decorrência da necessidade de adequar o “perfil” dos turistas aos

¹³ Conceito de *economical leakage*, em inglês

¹⁴ *Oxymoron*, em inglês.

“produtos” turísticos disponíveis – podem resolver, ou sequer amenizar a insustentabilidade do desenvolvimento do turismo atualmente; conclui-se, assim, que os destinos turísticos atualmente comercializados com o *slogan* de sustentável constituem mera “embalagem” aprazível aos turistas, e útil aos empresários do ramo.

O impressionante dessa constatação é que a defesa desses segmentos ou formas de turismo têm originado na própria teoria do turismo, que parece ter se rendido às estratégias do mercado; ou seria ingenuidade? Barretto tratou sobre a proliferação de conceitos, segmentos e alcunhas, comparável a “quando se faz uma trilha em um lugar desconhecido (...): tenta-se classificar, enquadrar o novo, o desconhecido, dentro do que se conhece. A partir de nossas leituras da realidade, o desconhecido torna-se conhecido. (...) E o turismo segue sendo um grande espaço de encaixar no conhecido o desconhecido” (1995, apud Siqueira, 2005). E o pouco que se conhece no turismo hoje está nos limites do turismo-indústria; isso talvez explique o porquê de a teoria sobre a sustentabilidade do turismo permanecer voltada para esse aspecto.

A variedade de métodos, segmentos de “novos turistas”, formas de turismo e certificados demonstra que setores público e privado percebem a pressão da sociedade pelo desenvolvimento sustentável, buscando meios de oferecer opções para o turista (mesmo que restritas à aparência) como forma de adquirir credibilidade e, ainda, agregar valor ao “produto” turístico por meio de uma identidade a que o consumidor se afeiçoe, da mesma forma que ocorre com as tribos voltadas ao consumo da moda (como por exemplo denominação de turista de aventura, ou mochileiro etc.).

Gossling (2000 apud Saarinen, 2006) afirma que a natureza holística de sustentabilidade é “sistema, baseado no movimento de pessoas, bens, capitais, idéias (dentre outros) entre regiões, que estão interconectados por rotas e regiões de transição, [e] se relacionam a muitos outros processos sociais”, mas que “o enfoque da sustentabilidade tem sido em práticas e destinos, percebendo somente os processos e impactos mais visíveis (...) somente um fragmento do todo”.

Desta forma, torna-se claro que todas as abordagens, apesar de válidas por difundirem a consciência sobre aspectos específicos da sustentabilidade, falham pela parcialidade em relação às outras dimensões da sustentabilidade. Além disso, Saarinen (2006) alega que muitas das “bandeiras” que surgem constantemente seriam contestáveis e de foco limitado, sendo que a maior parte das tentativas de aplicação do conceito na prática ainda se baseia no conceito de capacidade de carga. Enquanto elas se atêm a um específico aspecto de sustentabilidade, o discurso tem base em “retórica holística, voltada para o futuro e

socialmente igualitária no processo global”. Esta contradição teria gerado confusão e dissidência.

Outros acadêmicos também identificam esse impasse. McCool et al (2001) argumentam que as ambiguidades de significados de turismo sustentável permanecem, e que o “progresso para alcançar a sustentabilidade está limitado pela necessidade de definições em comum dos meios e fins entre aqueles envolvidos com o desenvolvimento do turismo”. Assim, a proliferação de “soluções” pode, por um lado, demonstrar a necessidade percebida pelo setor privado com essa questão; por outro lado, entretanto, demonstra muitas vezes a disputa de interesses entre os agentes envolvidos com a “indústria” do turismo, não havendo, na prática, um denominador comum – esse método poderia, a meu ver, estar obscurecendo o cerne da questão, contribuindo para retardar a reflexão, o planejamento e a efetiva execução de desenvolvimento sustentável do turismo.

A ilusão vendida (por agências de turismo, acadêmicos ou governos) de um destino, segmento ou forma de turismo sustentável, quando de fato não o é, adiam a já urgente questão da sustentabilidade. A conveniência para o turista, para o gestor ou para o comerciante de acreditar (talvez de fato acreditem) que promovem e comercializam um “produto” com o “selo” da sustentabilidade distorce o conceito para o grande público, gera conflitos e posterga às futuras gerações a busca por alternativas que, concordando com Santos, necessariamente se encontram fora do paradigma da modernidade. Hunter (1997) alertou para a “maleabilidade” do conceito de sustentabilidade, que pode ser moldado para adequar-se a uma miríade de pontos de vista. “Esses pontos de vista incluem variados níveis éticos e estratégias de administração e, conseqüentemente, variam do extremo preservacionista de recursos ao extremo explorador deles”.

O conceito de sustentabilidade, justamente por ser extremamente vago e amplo, pode ser uma retórica inatingível. Os conflitos que são percebidos quando se trata de buscar sua execução podem ser, exatamente, reflexos da incongruência entre elementos como crescimento econômico e preservação ambiental, visto que aquele presume maior e crescente consumo, e o segundo presume o oposto. Stabler (1997), neste sentido, declarou que o conceito de sustentabilidade pode não ser ético, pois beneficia alguns enquanto outros pagam o custo deste benefício. Sachs (1999) apresenta ainda a relação inversa entre a noção de turismo sustentável do “Norte” e a noção do “Sul”; o primeiro teria enfoque na Natureza, enquanto o segundo enfoca na questão da Justiça que, para o autor, seria a causa do “dilema”, pois ele não considera possível solucionar ambas as “crises” de uma só vez (ambos citados por MacBeth, 2005).

Trazendo a hipótese de conflito para o turismo, pode-se imaginar a tentativa de implementar projeto de Turismo Social, considerado sustentável à sua maneira, cuja essência é incluir todas as camadas da população ao turismo, garantindo o “direito ao lazer” a idosos, trabalhadores e deficientes físicos. Caso fosse de fato implementado, geraria crescimento ainda mais acelerado, impondo naturalmente um enorme desafio aos gestores, sobre como garantir destinos naturais “inalterados”, ou manter as tradições culturais fiéis em meio à tamanha diversidade de grupos sociais – este é somente um exemplo hipotético para reflexão.

A questão principal que se percebe quando o setor privado trata de sustentabilidade é a superficialidade abordada; seria, na verdade, mais uma propaganda, um slogan para um mercado específico do que um valor, um princípio, uma diretriz instituída como forma de condução dos processos de planejamento, implementação ou avaliação do turismo. Font (2002) considera que “não há limite para empresas de turismo e hotelaria se auto-considerarem sustentáveis”, considerando-se suas variadas definições e controvérsias.

Novamente, percebe-se que a lógica do capitalismo embrenha-se e prevalece, subjugando a idéia de sustentabilidade aos seus propósitos. Obviamente, isso somente pôde acontecer devido à desorganização e falta de consenso para o conceito de sustentabilidade, possivelmente por causa de seu amplo e generalizado escopo. Isso pode ter orientado o discurso sobre o conceito de sustentabilidade para fins restritos ao lucro, moldando-o e distorcendo seu sentido original. Mesmo que não fosse o caso, a simples confusão do conceito talvez não tenha contribuído para o esclarecimento de entidades e organizações, que porventura buscam um norte para embasar a busca pela sustentabilidade do turismo. Estudos (Seabra, 2007) analisam e comprovam a indevida promoção de empresas de turismo como sustentáveis.

O foco, a meu ver, necessariamente deve passar para a reflexão sobre ética, em que o interesse coletivo atual e futuro seja analisado e ponderado para se realizar determinada tarefa. A ética, neste sentido, traz a noção de unidade (seja em relação ao ser humano de diferente cultura/etnia/religião, seja unidade em relação aos elementos naturais de uma paisagem). Essa noção implica automático respeito com a totalidade da unidade do planeta Terra. Talvez, ao longo desta reflexão ética, a certeza da inviabilidade de se prosseguir no rumo da modernidade torne-se consenso geral, e os objetivos mais urgentes terão cunho coletivo, não individualista. Obviamente este é o mundo idealizado e utópico, mas talvez seja necessário buscar este mundo para que se consiga resolver o impasse interno do conceito de sustentabilidade acima referido – até lá, a sustentabilidade será estrategicamente planejada e

promovida pelo pessoal de marketing de empresas, que o fazem para atrair um público que se ilude com a noção de ser responsável.

Hughes (1995) apontou que a abordagem dominante para turismo sustentável seria técnica, racional e científica, silenciando a urgente resposta ética. Ele afirma que:

a “definição de sustentabilidade, pela formulação típica vigente – a de economistas – seria um estado mensurável (...). A plausibilidade técnica com a qual a definição tem sido formulada (...) é suficientemente sedutora para tirar a atenção para as considerações mais fundamentais sobre base ética e moral de sustentabilidade, em detrimento de considerações mais instrumentais como mensurar e sistematizar o uso sustentável de recursos. Essa abordagem econômica tem apelo empírico considerável e tira o conceito de sustentabilidade do domínio da filosofia para o de administração”.

A ética, pertencendo ao grupo do subjetivo (em oposição ao grupo objetivo da sustentabilidade, ao qual pertencem os aspectos técnicos, econômicos e mesmo os ambientais) está sendo paulatinamente inserida em estudos acadêmicos do turismo. “Ética ambiental é um discurso fértil que está encontrando seu caminho na teoria do turismo” (MacBeth 2005). O conjunto de elementos subjetivos, conforme vimos, está sendo mais bem aceito como passível de discussão por acadêmicos, apesar de a resistência ainda perdurar, visto que a simples legitimação de elementos subjetivos, pela academia, é um processo lento.

Afinal, princípios “subjetivos” não produzem fatos, não geram lucro, não compõe estatística e não podem, assim, ser analisados por abordagens técnicas ou científicas modernas. Visto que esses princípios não podem ser confirmados por dados empíricos, tornam-se ‘subjetivos’, em contraposição às afirmações científicas, ‘objetivas’. “Essa simplificação e má interpretação da relação entre ciência e ética encorajou o que é denominado objetivo enquanto desaprovou o denominado subjetivo. Como resultado, as consequências éticas de certas atividades científicas e tecnológicas são comumente ignoradas” (Shrader- Frechette, 1981 apud MacBeth, 2005).

Percebo o impasse que envolve a transposição do conceito de sustentabilidade da teoria para a prática como simbólico do embaraço paradigmático que vivemos nos dias atuais. Esse impasse demonstra a dificuldade de a sociedade constatar a inviabilidade de se prosseguir com o estilo de vida social, econômico e cultural da modernidade pautado pelo consumo (em especial nos países ditos ocidentais, porém já percebido em alguns países do Oriente, como Singapura, tida como o centro comercial de compras do mundo). O discurso

sobre sustentabilidade já está afinado, o consenso sobre suas três dimensões só é rediscutido quando se reivindica outras dimensões, nunca para contestá-las. O que falta, então, para trazer a idéia para a realidade? Sugiro que a resposta, talvez, esteja na cultura individualista e de curto prazo que permeia a maioria das sociedades.

Esse impasse representa fielmente o momento da encruzilhada paradigmática que nos traz a reflexão sobre o mundo que se quer, e aquilo que dele se deve abrir mão para alcançá-lo. Quando houver respostas aos entraves impostos por este impasse, talvez se concretize um grande passo do paradigma anterior rumo ao novo paradigma.

Se novas formas de desenvolvimento sustentável já constituem um desafio formidável para a crescente indústria do turismo, a tarefa atinge dimensões ainda mais amplas quando confrontadas com as muitas forças propulsoras de mudanças. (Salah e Pigram, 1997).

2.2.3 Turismo e Cultura

A relação entre cultura e turismo é ponto de grande relevância para os estudos do turismo, sob diversos aspectos (inclusive quando se considera os variados significados atribuídos à “cultura”). Tirando o foco sobre o segmento cultural do turismo, abordagem utilitária para os gestores e empresários da atividade, há uma questão crucial e polêmica nas discussões sobre o turismo: a comercialização da cultura.

Esse debate alcançou os estudos do turismo; mais uma vez, percebe-se a polarização desses estudos, concentrados nos “prós *versus* contra”. Apesar de não compreender o porquê de os estudos do turismo se caracterizarem dessa forma com frequência, credito essa tendência ao fato de ser o turismo campo novo de estudo, aliado ao fato de os tempos hoje serem de transição, de crise de pensamento e valores, além da questão já apresentada sobre a reflexividade atual. Tudo isso explicaria, talvez, o foco do debate sobre o turismo: ser “bom” ou “ruim” para a sociedade, apesar do caráter limitante dessa abordagem. Vamos a sua apresentação.

De um lado, há os defensores do turismo como instrumento para os países pobres; discurso defendido por boa parte de antropólogos, é promovido como ferramenta para o

“resgate da identidade”, a busca pelas raízes, o enaltecimento da especificidade da cultura de cada localidade. “Despertaria”, por assim dizer, pequenas localidades esquecidas pela história e pelo progresso da modernidade, que se descobrem detentoras de grande “capital cultural”. Assim, haveria hoje uma inversão: o que antes era considerado “atraso”, hoje é tido como “cultura”.

Nesse contexto, há estudiosos do turismo apontando que os estudos de antropologia do turismo estariam impregnados de discursos economicistas. Gotman considera que muitos antropólogos têm avaliado a capacidade de regiões recentemente abertas ao turismo; via de regra, segundo a autora, a conclusão geral é favorável ao turismo. Para ela, o que marca nesses “diagnósticos” é o fato de que “a inserção em circuitos comerciais ampliados se torna possível pela submissão ao esquema dominante dos processos de diferenciação e de divisão do trabalho, geradores de reificação” (2008).

O turismo seria, ainda sob esse ângulo, útil para o resgate/preservação de culturas, além de viabilizar o desenvolvimento sócio-econômico e ainda permitir a preservação ambiental das regiões ainda “intactas”. Assim, o turismo resume-se como a redenção, passaporte para o mundo desenvolvido, só que agora sem a necessidade de homogeneização, progresso científico e tecnológico, ou padronização, características típicas da modernidade. Hoje, portanto, para esse grupo de defensores, o turismo estaria contribuindo para a promoção ou resgate das características únicas de cada povo, havendo nostalgia quanto a um passado “glorioso” e a uma cultura idealizada. A recomendação comum, portanto, é que os grupos sociais busquem sua singularidade (mesmo que num passado longínquo) para que se torne sua marca diferenciada, seu “logo”, de fácil reconhecimento e apelo ao mercado, possibilitando assim sua comercialização pelo turismo.

Além disso, outros estudiosos vêem no turismo a possibilidade de convívio pacífico entre os povos, o reconhecimento das diferenças e sua tolerância, possibilitando que a exaltação e celebração de pluralidades (de cunho religioso, étnico, cultural, etc.) pelo turismo possam colaborar para a cooperação entre os povos, conforme defendido por Harrison: “[It] should occasion no surprise, for in a period of increasing globalisation, international tourism will inevitably involve international cooperation” (2001, p 256). Essa seria a visão otimista, defendida por muitos, do papel que o turismo pode exercer no mundo, principalmente considerando seu potencial para comunidades pobres e marginalizadas do progresso e, exatamente por isso, teriam maior potencial turístico, dada a riqueza natural e cultural que

ainda são possuidoras, comparativamente aos grandes centros urbanos – que assim se encontram devido ao processo de industrialização que sofreram na modernidade.

Do outro lado, há os opositores do turismo, para quem o turismo deturpa a cultura ao comercializá-la. O turismo é comparado por alguns como uma espécie de praga, sendo os turistas “devoradores” da cultura (e meio ambiente), até que o limite de crescimento daquele destino é alcançado – quanto então os turistas elegem novo destino da moda para “estragar”, transferindo para lá o seu poder destrutivo. Neste sentido, o turismo seria uma ameaça concreta à integridade ambiental, à estabilidade social (violência, prostituição e boom imobiliário são citados) e à genuína cultura dos destinos turísticos, principalmente os economicamente vulneráveis (as localidades remotas ainda “puras”, intocadas pelo poder corrosivo do capitalismo).

No sentido estrito da cultura, é comum encontrar, dentro da corrente opositora, situações descritas em que a localidade turística é vista de forma passiva, vítima sem defesa. Exemplo dessa visão é oferecida por Carvalho: “De uma hora para outra ele [morador local] se vê como *alvo* da globalização tentando *cooptá-lo* para comportamentos padronizados, gostos, atitudes, valores e expressões que facilitam a denominação econômica e cultural e *ameaçam* a sua personalidade e a do seu lugar (grifo nosso). O autor alega que “a lógica da exploração capitalista” altera costumes locais e ameaça a identidade, havendo a “ruptura com laços extemporâneos a seus antepassados, a um lugar reconhecido, a costumes e hábitos que lhes dão segurança” (2007, p 44).

A comercialização da cultura, sob essa perspectiva, alteraria a sua própria essência, que deixa de existir como finalidade em si mesma, e passa a existir como meio, um instrumento para a obtenção de lucro. “O legado cultural, assim transformado em produto para o consumo, perde o seu significado. A cultura deixa de ser importante por si mesma e passa a ser importante por suas implicações econômicas. A história não é importante porque mostra as raízes, mas porque traz dinheiro” (Barreto, 2000 apud Carvalho, 2007).

Nessa linha, Krippendorf – em relevante obra para os estudos do turismo – questionou-se:

Como se poderia cifrar a influência do turismo sobre os hábitos, os costumes, as tradições, as normas locais, ou os atentados cometidos contra vida familiar e social da comunidade, à degradação da língua do país, o declínio natural causado pela adaptação ao gosto estrangeiro, à comercialização do folclore e à prostituição cultural? (Krippendorf, 1989)

De fato, a comercialização da cultura gera inquietação. À medida que o imaginário vai sendo meticulosamente construído pelos artifícios do gerenciamento estratégico e do *marketing*, é de se perguntar se, dentro em breve, a imagem de destinos turísticos serão causa ou consequência das culturas do local, ou seja: quando os moradores passam a adequar seu espaço, sua cultura, suas manifestações e seus costumes ao “gosto do freguês”, até que ponto o turista não estará moldando a cultura alheia, transformando culturas em simples fator de atração dos turistas? Quem tem o poder de julgar essa questão positiva ou negativamente, nas situações em que os próprios habitantes optam voluntariamente por este caminho?

Essa questão é, há muito, abordada sob a perspectiva do turismo, pioneiramente por, dentre outros, Nash, com *Anthropology of Tourism* (1996), Valene Smith, com *Hosts and Guests: The Anthropology of Tourism* (1989), Eric Cohen, com *Towards a Sociology of International Tourism* (1972) e Greenwood (1978). Este último, por exemplo, explicou em seu trabalho *Culture by the Pound: an anthropological perspective on tourism as cultural commodization*, que a “mercantilização [*commodification*] da cultura acontece quando [ela] se torna suscetível às demandas do mercado internacional, considerando que suas qualidades e performances ocorrem geralmente com a intenção de renda, não para expressar um modo de ser” (tradução livre; Greenwood, 1978, p156)

A comercialização da cultura gera ainda outros questionamentos, tais como a estereotipação que pode ocorrer, dada a “necessidade” da demanda turística por culturas únicas e reais, ignorando-se a complexidade e a variedade de identidades inseridas em um mesmo grupo social. Neste contexto, as localidades economicamente dependentes do turismo tornam-se reféns daquela imagem limitada, na tentativa de adaptar-se e corresponder ao imaginário trazido pelo turista. Considero que, para que o turista possa exercer influência tão grande na imagem promovida por um destino, é por ser visto exclusivamente como cliente, e a tentativa de corresponder a sua expectativa decorre do jargão “o cliente sempre tem razão”. Se o turista é visto como um outro ser humano, com sua própria bagagem histórica e cultural, e que possibilitará um rico encontro, talvez essa preocupação não existisse.

Outro exemplo de problema suscitado pelo apelo mercadológico da cultura reside na transformação, para o local, do significado da manifestação cultural. Para exemplificar, cabe citar o conceito de voyeurismo cultural, de Menezes, que trata sobre a diferença de perspectiva, frente a um patrimônio cultural, entre os moradores locais e os turistas. “Para os primeiros a fruição é afetiva, estética e cognitiva, enquanto para os turistas não passa de mera

contemplação (1996, apud Rodrigues, 2007 p 25). Essa distinção não constitui, a meu ver, problema; é natural que assim seja. O que preocupa é quando, conforme estudos apontam, o patrimônio passa por uma ressignificação por parte do morador, que o percebe como instrumento para alcançar o lucro, ou mesmo a sobrevivência, um “ganha-pão”.

Yúdice a isso denomina “performatividade”, considerada por ele lógica fundamental para o uso da cultura como conveniência, típico da pós-modernidade (Yúdice, 2006, p 50; 67-70). Esse é um assunto polêmico: se o morador considera sua própria cultura um meio para atingir fins econômicos, porque os “de fora” deveriam se incomodar? Como exigir que países menos desenvolvidos permaneçam estáticos no tempo, julgando as manifestações culturais como reais ou não, criticando a ânsia de pequenas comunidades trocarem suas jangadas, ritos e fogueiras por tecnologias que trazem conforto como televisão, automóveis, telefones celulares?

Julgamentos impositivos e categóricos podem denotar maior preocupação com a “entidade” cultura – idealizada nos tempos atuais em que a globalização é fato e permite maior contato entre várias culturas, sendo natural que disso resulte uma mescla – em detrimento do ser humano e suas necessidades. Além disso, como se sabe, independentemente de contato entre várias culturas, há ainda a dinamicidade que as caracteriza, visto que culturas não são estáticas no tempo. Exemplo simbólico desse impasse no turismo é oferecido por Schouten (2007), que conta sobre o tempo que morou na Indonésia e indagou a um colega local o porquê de ele e outros de seus compatriotas não participarem dos ensaios de dança da corte no palácio real do sultão; o indonésio retrucou indagando ao próprio Schouten se ele costumava frequentar danças da corte em seu país de origem, na Europa. Schouten, obviamente, respondeu que não. Seu colega complementou afirmando que aquelas danças representavam tradição cultural da alta classe social do passado, não a sua ¹⁵.

Assim, assertivas definitivas e categóricas sobre se o turismo deturpa ou preserva culturas não são pertinentes, ou mesmo a expectativa de que ele consiga resgatar uma tradição perdida. As culturas evoluem, adaptam-se, são dinâmicas – independente de sua comercialização atual. Talvez a caracterização sobre a genuinidade das culturas não mais devam se ater a ritos, práticas, receitas prontas; sugiro que passem pela noção de “fidelidade aos sentimentos” da cultura, no sentido de que o morador local deve sentir algum apego,

¹⁵ É interessante notar como o turista que busca o “autêntico”, a história, a natureza e a cultura, normalmente está a procura por uma alternativa à forma “moderna” de vida, pois busca o singular em contraposição ao homogêneo/universal, a natureza em contraposição ao *frenessi* da modernidade tecnológica; as raízes históricas e culturais em contraposição à noção de progresso, de futuro. A relação entre os elementos da modernidade e pós-modernidade tornam-se de certa forma bem representados por esse perfil de turistas, que não são poucos.

trazer-lhe algum significado, independentemente de expectativas alheias – mesmo de seus próprios compatriotas. Além disso, deve-se ter em mente que a cultura tem sido crescentemente vista, pelo turismo, como um discurso de poder: “Cultura, tradição e autenticidade não podem ser definidas sem considerar as instituições que detêm o poder de nomeá-las” (Gotman, 2008).

Um exemplo hipotético sobre essa questão, que ocorre frequentemente em diversos locais (turísticos ou não): uma performance de dança local. Como avaliar se é manifestação espontânea ou encenação? A princípio, considero plenamente aceitável a idéia de um indivíduo, que antes não tinha perspectiva alguma (dada a pouca escolaridade que muitos possuem), em garantir sua sobrevivência com demonstração (paga) de práticas culturais, apresentadas com o orgulho de sua identidade. Mas nem sempre é assim que ocorre; quando a dança é encenada para os turistas, há implicações de longo prazo de difícil previsão.

Ainda assim, tentemos imaginá-las: à medida que essa dança é realizada tão-somente para fins de lucro, ela pode perder a espontaneidade, a essência, sendo assim ressignificada. Os passos seriam ensaiados à perfeição, perdendo, talvez, um pouco de sua espontaneidade – afinal, seria um emprego. A satisfação dos “turistas-clientes” estaria em primeiro lugar, ao invés da manifestação natural do grupo de dança. Um possível professor – talvez empregado de empresa turística – ensinaria, mediante pagamento, os passos aos alunos, ao invés de ensinar seus descendentes, ou aqueles alunos poderiam ter aprendido os passos pela vivência, desde pequenos, em eventos tradicionais da comunidade. E assim poderíamos prosseguir, mostrando todo o novo significado dos propósitos da imaginada dança, que aos poucos pode se tornar, de certa forma, artificial.

Após as apresentações de ambas as visões, pró e contra, pode-se perceber a (in)adequabilidade de ambas, dada a possibilidade de se comprovar/refutar qualquer uma delas, a depender da situação específica empírica. É possível, também, desconstruí-las no plano teórico, dada a fragilidade de assertivas assim generalizantes e categóricas. De fato, creio ser possível, mais uma vez, considerar que o meio termo e o equilíbrio permanecem fiéis ao razoável. As considerações acima realizadas não visam à condenação das práticas culturais como produtos turísticos, tampouco a sua defesa.

O objetivo é mostrar e permitir a reflexão sobre um dos novos significados que a cultura adquiriu na pós-modernidade, com a contribuição do turismo. Trato não somente do significado de cultura como mercadoria, mas também como fator de legitimação e inclusão social de povos marginalizados do progresso, tal como tem sido uma constante em discursos de turismo como fator de desenvolvimento e inserção (cuja análise será feita abaixo).

Considerando que o caminho sempre é de mão dupla, os reflexos que essa prática turística podem gerar na própria cultura, a longo prazo, não somente no sentido de cultura “pela cultura”, mas também como um “marco de distinção”, conforme as palavras de Harvey (2001), bem como os reflexos nos cenários de disputa de poder político-econômico dos grupos sociais distintos (como Yúdice 2006 trata, analisado a seguir) é tema a que o turismo deve dedicar mais atenção, a meu ver.

Todavia, as visões dos teóricos nem sempre são deterministas. Além das duas perspectivas anteriormente apresentadas (contra e favor), há os autores que tentam alcançar o meio termo, tratando a mercantilização turística como algo inevitável, intrínseco aos tempos atuais, isentando o turismo, portanto, dessa discussão: “... parece inevitável que o lazer, entendido como ocupação ou atividade durante um tempo liberado de obrigações, numa sociedade capitalista, implique necessariamente uma relação de consumo (...) na nossa sociedade capitalista, o próprio lazer é impregnado da racionalidade econômica e se transforma em mais uma mercadoria a ser consumida.” (Padilha, 2000 apud Siqueira, 2005).

Tendo a concordar parcialmente com essa abordagem, pois considero bastante provável que a lógica capitalista tenha alcançado todos os campos da vida humana, não tendo o turismo, portanto, esse “privilégio”. Corpo, saúde, beleza, artes, cultura, conhecimento, desejo, até relações pessoais (é relativamente comum se quantificar o respeito que um indivíduo merece pelo seu “sucesso” na vida, sendo o sucesso medido pelo tamanho de sua conta bancária; ou a percepção de que o sentimento pode ser medido/comprovado pela quantia gasta em presentes), enfim: tudo pode ser pautado pelas regras do comércio, a depender de cada indivíduo aceitar esta “imposição social”, ou limitá-la, em sua vida.

O surgimento do turismo, bem como sua atual formulação, planejamento, estudo e compreensão, pelos centros acadêmicos, Estado e setor privado, está profundamente associado ao ambiente em que se insere, ambiente esse marcado e determinado sobremaneira pelo capitalismo. Siqueira, citando Moesch, afirma: “o que nos teria tirado [o turismo] da pré-história seria justamente a emergência do turismo e da hospitalidade como mercadorias, inseridos no movimento do modo de produção capitalista em suas necessidades de mercantilizar e monetarizar o setor de serviços” (2005, p 115).

Concordo, portanto, com a afirmativa de que o lazer teria se tornado em mais uma mercadoria a ser consumida, como defendido por Padilha (2000), considerando bastante provável a idéia de que o capitalismo penetrou em todos os domínios da vida humana. Mas não concordo, entretanto, com o caráter de inevitabilidade do alastramento de sua lógica. Sob minha perspectiva, o mundo é feito *de* pessoas, *por* pessoas e, mais breve do que se imagina,

será feito também *para* as pessoas (não para a indústria, para o progresso, para a economia, para o Estado ou para uma classe social específica), e discordo que seja *inevitável* a mercantilização generalizada, ao menos não considerando ser isso uma hipótese definitiva e irrevogável da humanidade. Ainda creio na capacidade de as pessoas reinventarem-se constantemente, reinventando assim o mundo em que vivem – embora este seja um processo lento.

Considerando o acima exposto, pode-se considerar que ocorreu a “culturalização” do capital, bem como a “capitalização” da cultura. Explicando: a “culturalização” do capital refere-se à nova fase do capitalismo, como será melhor analisada a seguir, que remete a discursos hoje sobre economia criativa, capital cultural, a comercialização de “experiências”, “símbolos” e “imaginários”, em contraposição aos simples produtos comercializados na fase industrial do capitalismo. Nesse sentido, a culturalização do capital mostra a naturalidade, à cultura (no sentido antropológico, e principalmente a ocidental), de incorporar a lógica consumista do capitalismo ao próprio modo de pensar o mundo. A outra face dessa mesma moeda é a discussão sobre a “capitalização” da cultura (o sentido de cultura seria, aqui, mais comumente associado a manifestações culturais), que retrata a associação entre manifestações culturais a um mercado próprio e específico.

Esse jogo de palavras torna perceptível a dificuldade de se distinguir a motivação cultural da econômica em, por exemplo, uma apresentação de dança popular a turistas; até que ponto é fruto da tradição? Quando (e quanto) a tradição deixou de ser valorizada por si só, tendo seu sentido convergido com o do lucro? Schouten (2007) conta sobre a inclusão, em pacote turístico à comunidade tribal do continente africano, de circuncisão de meninos, como demanda de turistas pelo “autêntico”; e sua sarcástica preocupação sobre a possibilidade de se circuncidar meninos mais de uma vez, durante a alta estação. Qual o limite para a invasão da lógica capitalista aos hábitos, tradições? Aparentemente, não há limite. Fredric Jameson¹⁶ caracteriza a pós-modernidade, dentre outras coisas, pela penetração da lógica do capital nos recessos ainda recônditos da vida, quais sejam: o inconsciente e o Terceiro Mundo (apud Yúdice, 2006, p 44).

Qual seria, então, a resposta para o questionamento sobre a comercialização de culturas, por meios outros e, principalmente, pelo turismo? Muitos governos, principalmente de países cujas economias são pouco desenvolvidas, mostram-se entusiasmados com a perspectiva de tornar o turismo a principal “indústria”. As políticas públicas de turismo dos

¹⁶ Yúdice aponta que, “curiosamente”, “ambos os espaços estão implicados no valor que as instituições e fundações culturais atribuem às obras [culturais] voltadas ao processo e à comunidade.” (2006, p 450).

governos desses e de outros países – inclusive do Brasil – podem ser resumidas a atividades comumente associadas ao setor privado, como a promoção (usando-se as mais avançadas teorias de marketing e gerenciamento), formatação do “produto”, divulgação de “*brand*” do “produto” turístico, programas de capacitação de moradores de potenciais/atuais destinos turísticos para que atendam às necessidades comerciais (atividade que pode ser associada às de departamentos de gestão de pessoas empresas). Após realizar todas essas atividades “públicas”, resta ao setor privado somente efetivar a comercialização, sendo o governo, em mais essa etapa, seu principal parceiro (vide a rápida ascensão do instrumento “parceria público-privada”, no âmbito cultural).

Analisemos brevemente como ocorreu a comercialização da cultura. Antes, importa definir o sentido dado à cultura, para essa argumentação. Para Yúdice, a “conveniente” comercialização da cultura deixa de incluir tão-somente a noção de alta-cultura, aristocrática, e passa a englobar também o sentido antropológico de cultura, bem como as ditas “culturas populares”; tal fato colaborou para a difusão, a democratização de seu consumo - conforme apontado anteriormente. Entretanto, importa ressaltar que, apesar de a cultura atualmente ser comercializada em conformidade com os regulamentos do mercado, tal qualquer outro produto, há crença bastante difundida (mesmo que implicitamente) de que a cultura constitui mercadoria especial, que pertence a uma categoria de produtos diferenciada.

O patrimônio histórico, a música, a arquitetura, as artes plásticas, as memórias coletivas, os folclores, a religião, ou qualquer outro elemento cultural não pode ser visto (e não é) como qualquer outro bem de consumo, conforme Harvey nos mostra. Esse autor credita essa diferenciação à noção de que a cultura está relacionada ao “plano mais elevado da criatividade e do sentido humano, diferente do plano das fábricas de produção de massa e do consumo de massa” (2001, p 221). Por isso mesmo, ele alega, requer atenção redobrada ao ser analisada. Por outro lado, considero que por isso mesmo, tornou-se fator essencial de poder, dada o caráter de especialidade de que se imbuí.

Harvey analisa a comercialização da cultura pelo viés econômico; embora essa análise econômica não resuma a questão, creio ser visão interessante a acrescentar ao debate. No capítulo anterior, foi mostrado que o capitalismo tem necessidade de monopolização, que teria sido abalada pela alta competitividade da globalização, lançada a nível mundial. A cultura, já inserida no cenário econômico por fatores a seguir analisado, também seria afetada pela alta competitividade e sentiria a necessidade de se monopolizar. Para Harvey, o resgate das raízes culturais a que os grupos sociais se lançaram é reflexo disso. O autor afirma que essa necessidade implica uma contradição, pois quanto mais “único” e especial é um item, mais

difícil se torna sua transação comercial. Basta pensar em uma obra de famoso pintor, escultor, ou artefato arqueológico específico. Ou mesmo um passeio turístico como o topo do Everest, considerado único: o mercado para os “singulares” é restrito e de difícil transação (2001, p 223).

Por outro lado, quanto mais esse bem é negociado, ou promovido por profissionais de marketing, mais fácil se torna sua negociação; entretanto, perde paulatinamente seus atributos de singularidade, seu caráter especial. Além disso, passa a ser mais facilmente imitado – a que os acadêmicos do turismo se referem como “simulacro” –, acelerando ainda mais a perda de sua natureza única, de seu caráter de singularidade – seu monopólio cultural. Como, então, manter os destinos turísticos singulares, únicos, enquanto são promovidos e comercializados à exaustão? Segundo Harvey, considerando os atuais fatores que compõem a atual conjuntura, isso não é possível.

Outra faceta desse recente desenvolvimento da cultura como fator de lucro e de concentração monopólica se dá no campo da economia política, tendo esses assuntos sido absorvidos, desde há pouco tempo, pela esfera de políticas governamentais e discursos de cunho mercadológico. Termos como “capitalismo cultural” (Jeremy Rifkin, 2000) e “economia criativa” (Banco Mundial) comprovariam que a cultura teria se transformado na própria lógica do capitalismo contemporâneo (Yúdice, 2006 p 25).

A “economia cultural”, termo também cunhado por Rifkin, seria definida como a “compra e venda de experiências humanas” em “cidades temáticas (...), centros turísticos de entretenimento, shopping centers, turismo global, moda, cozinha, desportos e jogos profissionais, (...) e outras experiências simuladas”; elas representam “a nova etapa do desenvolvimento capitalista” (Rifkin, 2000 apud Yúdice, 2006 p 266). Embora o turismo seja explicitamente citado em dois dos sete exemplos do trecho acima, as outras atividades exemplificadas também são comercializadas pelo turismo. Assim, o turismo pode ser apontado como instrumento privilegiado que usufrui dessa nova fase do capitalismo, sendo este, a meu ver, o motivo principal para seu acelerado crescimento nas últimas décadas.

Entretanto, a procura por localidades específicas, que faz com que o “mais ávido adepto da globalização” apóie os desenvolvimentos locais com “potencial para capital cultural” singular (o que para Harvey é um contra-senso¹⁷), causa conflitos crescentes nos dias

¹⁷ O autor aponta que os “capitalistas de todos os tipos (...) se seduzem facilmente pelas perspectivas lucrativas dos poderes monopolistas”, daí o interesse do “mais ávido adepto da globalização” em apoiar os “desenvolvimentos locais com potencial para produzir rendas monopolistas”; a contradição se dá pela possibilidade de tal apoio resultar na “criação de um clima político local contrário à globalização”, tal como ocorre na região basca, que não almeja comercializar suas singularidades aos estrangeiros (2001, p 229- 230).

de hoje, exemplificado pelo autor com o ETA (*Euzkadi Ta Askatasuna* - Pátria Basca e Liberdade), grupo basco que, dentre outros propósitos, mostra-se contundentemente contra a comercialização das peculiaridades de sua cultura. Essa situação se repete em outras localidades, cujos conflitos (não necessariamente armados como na região basca, mas igualmente importantes) simbolizam a parte menos harmoniosa da relação entre cultura e capitalismo (2001, p 230).

Como o autor vê o envolvimento do turismo com essa questão? Harvey defende que “o campo dos artefatos e das práticas culturais historicamente constituídas”, assim como o das “características ambientais especiais (incluindo, é claro, os ambientes sociais e culturais construídos)” seriam os melhores terrenos para as “alegações de singularidade, autenticidade, particularidade e especialidade [que] sustentam capacidade de conquistar rendas monopolistas”. Para ele, muitas dessas alegações “se apóiam em narrativas históricas, interpretações e sentidos das memórias coletivas, significados das práticas culturais etc.: sempre há um forte elemento social e discursivo operante na construção de tais alegações” (2001, p 232). O turismo está claramente associado a essa conjuntura apresentada.

O autor afirma ainda que, assim que essas alegações atingem o objetivo de se legitimarem perante diferentes grupos sociais, há “extração das rendas monopolistas, já que, na mente de muitas pessoas ao menos, não existirão lugares outros além de Londres, Cairo, Barcelona, Milão, Istambul, São Francisco, ou seja onde for, para obter acesso a tudo quanto seja supostamente único a tais lugares” (2001, p 232). Mais uma vez, Harvey trata do potencial do turismo em comercializar características singulares de destino, atestando-se que o turismo está completamente envolvido com o relacionamento intensificado entre cultura e capital.

Entretanto, ao mesmo tempo em que, em outra passagem, cita o turismo e o reconhece como intrinsecamente relacionado à questão, Harvey (2001, p 233) afirma não considerá-lo o ponto central desta discussão, como alguns autores têm direcionado suas pesquisas. “O ponto de referência mais evidente onde esse processo funciona é o turismo contemporâneo, mas considero um erro basear a questão nisso”. Difícil discordar, pois apesar de o turismo constituir-se atualmente como instrumento óbvio para a efetivação dos propósitos do lucro sobre a cultura, o turismo seria, na verdade, como a ponta do iceberg, como se costuma dizer. Harvey aponta que o ponto central deve se situar no “poder do capital simbólico coletivo”, isto é, nos “marcos especiais de distinção (...) dotados de um poder de atração importante em relação aos fluxos de capital de modo mais geral” como os vinculados a cidades como Paris, Atenas, Nova York, Rio de Janeiro, Berlim ou Roma.

Como argumentado e exemplificado pelo autor, a questão-chave reside nos conflitos gerados por esse poder. Ele exemplifica com o caso de Barcelona, que distinguiu-se pelo alto nível de “capital simbólico”, mas que passou a transformar seus “marcos de distinção” em “commodities”, transformando sua orla, por exemplo, “exatamente como quaisquer outros empreendimentos do mundo ocidental”; além disso, “os espantosos congestionamentos de trânsito provocam pressões para abrir avenidas na cidade velha, lojas de propriedade multinacional substituem o comércio local, o “enobrecimento” de regiões desvalorizadas da cidade transfere os moradores antigos e destrói construções mais antigas, e Barcelona perde alguns dos seus marcos de distinção”, havendo inclusive “sinais nada sutis de ‘disneificação’” (Harvey, 2001, p 234).

Além disso, surgem conflitos pelo exercício de poder entre subgrupos locais, envolvendo questões como, por exemplo, quais desses grupos serão beneficiados, ou qual memória coletiva deve ser celebrada pela cidade, qual estética será promovida, além de questionamentos sobre se a “disneificação” representa a vontade da maioria ou somente da vontade e interesse do setor privado, muitas vezes oriundo de outras localidades que não do local em questão (Barcelona). Essas questões evidenciam que o “capital simbólico coletivo” da cidade “depende dos valores de autenticidade, singularidade e qualidades específicas irreplicáveis” (Harvey, 2001, p 234).

Os debates estão sempre presentes, definindo o que é ou não é muito especial sobre um lugar, prática cultural, herança patrimonial, configurando verdadeiras batalhas discursivas que podem ser percebidas no meio acadêmico, na política, ou mesmo pela “moda” de destinos turísticos, que muitas vezes retrata esses debates (por exemplo, a moda de destinos religiosos, ou “disneificados”, ou de aventura etc.). O dilema sobre como encontrar o equilíbrio entre alinhar-se junto à comercialização enquanto se perde os “marcos de distinção” que garantem a singularidade do local; ou manter-se fiel a esses marcos muito especiais, enquanto sua transação torna-se difícil está, dessa forma, sempre presente (Harvey, 2001, p 237). Considero que essa questão deveria ser suscitada em cada localidade turística (ou que planeja se tornar uma), visto que dificilmente ela é identificada e refletida.

A contradição inerente a essa discussão, sobre manter a singularidade e originalidade ou optar pela renda associada à hegemonia do capital, nem sempre é compreendida e explicitamente colocada entre os agentes envolvidos com a cultura, ou com o turismo, especificamente. Há um discurso fortalecido, nos estudos do turismo, no setor público e, cada vez mais, apropriado pelo setor privado, no sentido de instituir a cultura como meio de organização e desenvolvimento social, agregando os movimentos de oposição à injustiça

social, ao padrão industrializado, às mazelas consequentes do neoliberalismo que priorizou grupos específicos. A cultura seria, nesse sentido, motriz de desenvolvimento, unificação, envolvimento da comunidade, elemento que substituiria a nociva fase do capitalismo industrial pela economia criativa.

A causa de se pensar a cultura como fator de coesão, inserção e desenvolvimento seria, segundo Yúdice, baseado na lógica surgida no fim da década de 1970, que constituiu a dimensão social da cidadania “conforme as carências grupais, seus desejos e seu imaginário”. Nesse contexto, as reivindicações culturais transformam-se em recursos políticos (Young 2000), havendo o “abandono de uma tradição individualista de direitos de cidadania, (...) apoiada pela seleção de públicos específicos de consumidores”. Esse movimento seria percebido e apoiado pelo Estado e mercado, que “cooperam na construção das necessidades e imagens desfrutáveis desses grupos em relação com as suas próprias lutas pela extensão de seus direitos sociais” (Yúdice, 2006 p 225).

O “poder do capital simbólico coletivo” evidencia, assim, a crescente importância da discussão sobre o envolvimento da comunidade nas questões culturais em geral, e no turismo especificamente. Há forte ação, no turismo, (ainda que limitada aos discursos, às vezes) de que a comunidade dos destinos turísticos sejam “empoderadas”, adquiram responsabilidade e envolvimento quanto ao planejamento e desenvolvimento do turismo, sendo essa exigência considerada crescentemente imprescindível para a sustentabilidade do destino (conforme vimos anteriormente). Somente assim, alega-se, é possível se reter (parte de) as benesses econômicas na comunidade, e garantir a sustentabilidade do desenvolvimento turístico local, gerando renda e emprego para os habitantes locais – além de manter a cultura do local, de certa forma, legítima. Esse discurso tem sido incorporado a estratégias de governos, organizações não-governamentais e, muitas vezes, das próprias comunidades, tornando-se amplamente promovido, pelo turismo – apesar de ainda não se poder falar em execução ampliada, na prática.

Entretanto, o argumento sobre o desenvolvimento sócio-econômico e a inclusão social pela legitimidade cultural é, muitas vezes, uma retórica, considerando-se que muitas das localidades de grande “capital cultural”, ou os “marcos de distinção” mencionados por Harvey, estariam deslocando os residentes para adaptar seus bairros à imagem esperada pelo turista, e ainda, segundo Yúdice, favorecendo tão-somente a classe gerenciadora do recurso cultural (2006). Milton Santos dissera que “os múltiplos espaços das novas megacidades do mundo não são atravessáveis por qualquer um, e que os pobres tendem a ser prisioneiros em

sua própria vizinhança. A multiplicidade e a heterogeneidade não são traduzidas por acesso” (apud Yúdice, 2006 p 164).

Como relatado ao longo da obra de Yúdice, a finalidade econômica atribuída aos bens culturais tem gerado conflitos de diversos tipos, configurando-se “uma competição acerca de territórios, recursos ou empregos” (Young apud Yúdice, 2006 p 43). De fato, o discurso sobre a diversidade e a cultura como fator de inclusão social ainda não pode ser vista como realmente efetiva. Entretanto, creio que o potencial a que se lança é real, mas talvez haja um excesso na ênfase em sua comercialização, antes que no seu uso como fator de inclusão.

A “diversidade cultural” para qual constitui o turismo contribui, do ponto de vista da “oferta”, as localidades habitadas por grupos sociais menos afluentes (comumente referidos como “exóticos”, numa alusão a que alguns estudiosos compararam a turismo de “zoológico”). Por outro lado, a “demanda” restringe-se majoritariamente aos habitantes de grandes centros urbanos espalhados pelo mundo, oriundos dessas cidades que cada vez mais se parecem entre si, os “não-lugares”. Eles saem em busca pela cultura do “diferente”, localidades convenientemente formatadas, empacotadas e embaladas tais como os produtos à disposição em centros comerciais.

A “periferia” internacional estaria, desse modo, se tornando cada vez mais em larga vitrine em que a competitividade pelo turista motiva a busca por diferenciais mais e mais peculiares, “únicos”, “autênticos”. A relação turista-local, portanto, não é igualitária e inclusiva, visto ser baseada na relação de consumo (cliente-empregado). Do ponto de vista do turismo internacional, por exemplo, é nítido que aqueles que podem empreender viagens internacionais limitam-se aos cidadãos de países desenvolvidos e às elites dos países em desenvolvimento.

O turista, conforme defendido por Gotman (2008), não tende a aderir a regras sociais que seriam comuns em relação de anfitrião-convidado no nível individual, em que há respeito às regras da “casa”. Ele se reveste da posição de cliente, aderindo à lógica do consumo, e invertendo a lógica do respeito às regras sociais do destino turístico em proporção similar à quantia econômica de que se demonstra possuidor. O anfitrião, por outro lado, deixando-se muitas vezes diminuir pela superioridade financeira e o *status* social do turista, torna-se muitas vezes subserviente, realçando a mercantilização de uma relação que poderia enriquecer a ambos.

Gotman (2008) defende, portanto, que a relação turista-anfitrião é “uma troca livremente consentida, mas socialmente determinada (...). A assimilação das populações que consideram o turismo de acordo com o estatuto de hospedeiros pressupõe então que elas

tenham a capacidade de oferecer hospitalidade, e não ser simples serventes, dispondo de iniciativa e sendo detentoras da regra. (...) o hospedeiro deve respeitar o visitante, aceitar seus presentes, fazer-lhe honra, dar-lhe atenção e ajuda; o visitante também deve respeitar seu hospedeiro, aceitar seus presentes, mas não tomar o lugar dele. Esta última prescrição indica que o dono da casa é o único detentor das regras de vida em comum.” Obviamente essa relação subserviente não pode ser generalizada, mas sabe-se que é comum, quando se analisa quem normalmente são os turistas, e quem normalmente são os moradores.

Yúdice mostra com certa frequência o receio de ser tachado de reacionário, alegando não ser contra as políticas de instrumentalização da cultura – opinião de que compartilho; ele considera “impossível não lançar mão da cultura como recurso” (2006 p 63). O autor garante valer-se do exemplo de Foucault, que rejeitou esse “moralismo” em sua última fase, e defendia uma “base ética fundada na prática”. Mas ele é categórico em atacar essas políticas quando, por exemplo, as “populações subalternas” são usadas para “dar vida” (no sentido empregado por Castells ¹⁸) para benefício somente das “classes profissionais-gerenciais” e turistas nas cidades globais de hoje, ou quando há “transformação de artistas e intelectuais em administradores daquela expropriação disfarçada de trabalho “baseado na comunidade” (Yúdice, 2006 p 59).

Sobre esse assunto, Yúdice apresenta a visão pessimista de Muniz Sondré, para quem o atual uso das diferenças culturais como fator de inclusão nada mais seria que “a maneira pela qual as elites tentam absolver o Estado de suas responsabilidades”, pois “a celebração do marginal e do heterogêneo (...) torna-se um modo de transferir o peso da responsabilidade aos subordinados”. O autor reflete que, talvez, a idéia de cidadania cultural, embora importante para “eliminar os impedimentos à inclusão”, talvez tenha obscurecido a crescente diferença de classes (2006, p 295).

Movimentos de “esquerda” encabeçariam o movimento associado à democracia por meio da cultura; de fato, Boaventura Santos é utilizado por Yúdice como exemplo disso. Ele e outros teóricos de esquerda teriam aderido à causa multicultural e, na opinião de Yúdice, “arriscado seu futuro” com as “lutas dos grupos cujas identidades correspondem, pelo menos em parte, ao imaginário da diversidade projetado pela cultura consumista” (Yúdice, 2006 p 223). De fato, com base no capítulo anterior, podemos verificar que a diversidade cultural promovida pela teoria pós-moderna, aliada a sua argumentação de “fragmentação”, sobreposição de realidades e verdades, a pluralidade que defende, tudo isso é terreno fértil

¹⁸ “...uma extraordinária atividade urbana emergiu (...) fortalecendo a tessitura social de bares, restaurantes, encontros casuais na rua etc. que dão vida ao lugar” (apud Yúdice, 2006 p 39).

para embasar o discurso da cultura como fator de inclusão e democratização, a que Santos adere.

Yúdice considera que as políticas e ações culturais, pautadas pelo reconhecimento das diferenças culturais, partiram do pressuposto de que esse reconhecimento implicaria “acesso à participação cidadã”. Na esteira de Antonelli (2002), Yúdice argumenta que essas políticas limitam-se a “abrir o acesso a fóruns de interlocução”; sem, entretanto, advertir que “esses fóruns já foram estruturados de acordo com os regulamentos e protocolos das empresas transnacionais e (...), muitas vezes, com a sua colaboração” (Yúdice, 2006 p 492).

Nesse cenário, cabe aos grupos sociais distintos simplesmente adaptarem-se à lógica imposta. Dessa forma, a mera participação da comunidade poderia estar funcionando como vantagem competitiva para o mercado, e a retórica de inclusão não passaria disso: uma retórica, caso não implique a atuação desses grupos como agentes legítimos de poder e reconhecimento, com poder de voz e veto. Entretanto, Yúdice aponta exemplos em que o reconhecimento adquirido se restringe ao lucro potencial ou realizado que proporcionam. Suas vozes somente seriam úteis enquanto produto, portanto, não lhes cabendo o papel de agente atuante em um ambiente democraticamente instituído.

Nesse sentido, Yúdice retrata a opinião de Rieff, que exemplifica os que consideram o multiculturalismo de hoje como o “do mercado”, não o “multiculturalismo da justiça”. Rieff, com sarcasmo, “conforta” os conservadores, pois o multiculturalismo não seria reivindicação de poder, mas uma “demanda de uma fatia da torta capitalista”. Os capitalistas, assim, estariam cada vez mais “ansiosos” por legitimar grupos marginalizados como gays, mulheres, negros e outros, pois eles “legitimam novas áreas de consumismo” (1993 apud Yúdice, 2006 p 219).

Embora Yúdice não se afeiçoe ao estilo de Rieff, ele admite que compartilha da opinião daquele autor. Yúdice, entretanto, não considera os ativistas do multiculturalismo inocentes como Rieff; para aquele autor, eles “enxerg[am] que ... estão comprando briga nos shoppings centers” e, assim, estariam cientes das regras do jogo a que se propõem. O perigo estaria, para o autor, na performatividade (conceito que outros autores denominam a “encenação” de práticas culturais), que seria potencialmente aumentada pela mídia e pelo mercado (Yúdice, 2006 p 221). Particularmente, mais que o fato de ser “aumentada”, considero mais complicado quando a performatividade é “inventada”, ou persista quando a manifestação cultural já não faça mais sentido aos “atores” da encenação.

Tendo o acima exposto, é possível afirmar que a possível democratização e inclusão de minorias pela cultura, contexto em que o turismo se insere, podem estar restritas à esfera

do consumo, para atender aos objetivos específicos de grupos que controlam os mercados e o capital. Ainda, essa afirmação pode ser verdadeira somente em países mais desenvolvidos, visto que em lugares onde a lacuna que separa ricos e pobres é muito grande, onde nem essa “democratização” seria possível – como é o caso do Brasil. Aqui, alega Yúdice, “o consumo não é um meio viável nem mesmo para uma democratização retórica” (2006 p 246).

Para trazer à esfera empírica os argumentos de Yúdice: ele aponta que o discurso da cultura como recurso, no Brasil, foi inicialmente viabilizado por práticas como samba, capoeira, a imagem do “malandro”, da mulata, o futebol, o carnaval, dentre outros. Em comum, todas seriam representações mais tipicamente das classes sociais menos favorecidas, e estariam sendo mobilizadas pela mídia, pelo turismo e pela política, reproduzindo um Brasil “cordial”, “que resulta no abocanhamento de benefícios materiais por parte da elite” (2006, p 161). Já os pobres, nesse contexto, tolerariam essa prática por imaginarem-se “partícipes dos direitos à cidadania” (2006, p 164), dado o reconhecimento cultural de suas identidades.

As críticas ao turismo são pertinentes. De fato, a visão mecânica, de curto prazo e utilitária dominam o *modus operandis* hoje, resultando na transformação de pessoas, culturas e meio ambiente em instrumentos para o lucro. Todos os fatores discutidos com relação ao campo da cultura (refiro-me particularmente ao domínio do capitalismo em cada recanto do planeta, à globalização, à descartabilidade de tudo, ao consumo de bens imateriais, à redução de pessoas a consumidores ou consumidores em potencial), tudo isso alcançou o turismo (ou talvez até o tenha dado origem). Portanto, o turismo pode, sim, ser visto como o deturpador e um sinal de decadência, por um lado. Uma solução para o capitalismo, cuja necessidade de expansão viu no setor de serviços em geral, e no turismo em particular, a chave de acesso aos grupos sociais marginalizados do progresso – vislumbrados não somente como mercados potenciais, mas (no caso do turismo) como produtos também. Além disso, o turismo deve seu alastramento e rápida propagação ao capitalismo, é fato.

Entretanto, o turismo é muito mais do que simples braço do capitalismo alcançando os paraísos perdidos na Terra. As estratégias do capitalismo visam ao lucro, mas não calculam as consequências dos caminhos percorridos, que não estejam relacionadas diretamente ao lucro a que vislumbram; a visão simplista do mundo como dominado pela lógica do capitalismo torna-o muito enfadonho e limitado.

Acredito que, se o capitalismo está se inserindo e intermediando todas as relações e campos da vida na conjuntura atual, não é por isso que a diversidade cultural que existe de fato seja menos realidade; que a celebração à diversidade deixe de ser positiva; e que a legitimidade de se defender a inserção de “minorias” seja diminuída. Afinal, nessa adaptação

aos novos tempos assim instáveis, essa seria a forma de essas instâncias tentarem manter/conquistar seu espaço. O caminho é de mão dupla. Os rumos agora sendo tomados, embora desbravados pela lógica do capital, trazem consequências outras não restritas a ela. Exemplo disso é a atual contestação pela inserção das minorias; a busca pelo saber não legitimado pela ciência; a crescente inserção da noção de ética nas pautas de governos, universidades e, crescentemente, no setor privado; a busca pelas análises holísticas, que rompem com a visão determinista voltada para o mercado, etc. Tudo isso já demonstra ser uma reação contra a lógica restrita do capital, talvez um primeiro passo.

As relações promovidas pelo turismo podem ser representadas, mas não resumidas, nas relações de classe: de um lado o turista, oriundo de países desenvolvidos, e de outro o anfitrião, morador de locais geralmente pouco desenvolvidos, em uma relação pautada pelo comércio. A diversidade promovida pelo turismo, então, seria intermediada por essa relação, razão por que a atual tentativa de inclusão social por meio da cultura pode se tornar uma falácia, visto ser uma cultura moldada, formatada e meticulosamente “embalada” para a sua comercialização, muitas vezes correspondendo a um arquétipo do que um dia fora a cultura daquele grupo social, ou o estereótipo trazido pelo turista, reforçado pelo morador, em uma “autenticidade encenada” (*staged authenticity*), conforme Valene Smith resumiu.

Ainda assim, considero que esse talvez seja o primeiro passo rumo a uma diversidade real, em que serão de fato inseridos grupos e minorias diversos, não revestidos do papel de consumidores e clientes, mas como agentes legítimos e atuantes, independentemente de classe, ou do papel que desempenham nas relações comerciais. Se analisada com mais acuidade, a diversidade que se promove é a externa, a mais visível e, por isso mesmo, a mais facilmente manipulada e criada. O discurso sobre diversidade foi iniciado pelo patrimônio material (museus, edifícios históricos, literatura, artes plásticas etc), representante fiel da “alta cultura”, a princípio. Depois, fora ampliada às manifestações culturais imateriais (folclore, festivais, danças, gastronomia, música, tradições), incorporando o conceito de cultura popular e cultura no sentido antropológico, conforme percebido por Yúdice. Viu-se, aí, um movimento em busca dos sentidos, do subjetivo, do sutil, que já é um passo importante para o reconhecimento cultural do “outro”.

Entretanto, apesar da subjetividade a que este patrimonial imaterial se imbuí, não trata ainda da alma, do cerne de cada povo, que é constituído de princípios, valores que o norteiam, elementos e características que moldam o seu perfil e seu modo de enxergar o mundo. Muito embora esses elementos até sejam inseridos em campanhas promocionais, ainda não são comercializáveis (como a promoção do povo brasileiro como hospitaleiro, alegre, cordial

etc.). É essa a diversidade que, talvez no futuro, seja promovida e incentivada pelo turismo, e que possa, de fato, contribuir para a tolerância e a paz mundial – mesmo que intermediada pelo sistema capitalista, que constituiria mais um dos sistemas igualmente importantes neste mundo complexo. O capitalismo em si não é aqui visto como um vilão; entretanto, é importante que ele seja contido, e passe a ser utilizado como aquilo que de fato é: um instrumento para o homem – e não o contrário.

A pergunta que permanece é: ao fazer uso do capitalismo para inserir-se e legitimar-se, estará a cultura se corrompendo? Ou simplesmente as regras do jogo (o paradigma) estão mudando e essa é a forma de adaptação que as culturas encontraram para se inserir e legitimar? Quais são as consequências, a longo prazo? Creio que, se o capitalismo está lucrando em cima da diversidade cultural, tendo o turismo parte nessa verdade (como instrumento do capitalismo), a diversidade cultural também está usufruindo do capitalismo e de seus pressupostos (mercado, neoliberalismo, globalização, tecnologias) para angariar espaço cada vez maior na sociedade atual – talvez não na mesma proporção ou velocidade, mas está. As implicações disso não podem ser facilmente previstas, mas com certeza as respostas não se restringirão ao lucro, à economia, ao mercado, tendo em vista a interconectividade de todos os campos, conforme percebido por muitos estudiosos, dentre eles Harvey, Boaventura Santos e Yúdice.

A diminuição do globo terrestre pela globalização (a que o turismo contribui), já demonstra ter outras implicações antes não previstas. Como exemplo: a transformação de culturas locais em identidades valorizadas (ainda que mercantilizadas e simuladas) oferece perspectiva totalmente nova para o habitante de culturas antes não “modernizadas”, possibilitando direções ao morador de pequena localidade a futuros diferentes do que lhe seria possível dentro do paradigma da modernidade, em que simplesmente era abandonado, devido ao “atraso” de sua localidade. O caminho da comercialização cultural pelo turismo abre outras portas que não estão restritas ao comércio; as possibilidades variam em conformidade com a infinidade de possibilidades a que a subjetividade humana pode criar.

Assim, apesar de o turismo estar sendo levado e moldado pela lógica do capital, as possibilidades vão muito além: os relacionamentos internacionais a longa distância; a vivência de experiências em localidades em que o tempo não é contado da mesma maneira como o tempo pautado pelo relógio, nos centros urbanos; os valores intrínsecos de um cidadão colocados em cheque quando visita outro completamente diverso, tomando conhecimento de si próprio; a autovalorização possibilitada pelo turismo, mesmo que pelo caminho da artificialização da cultura; a reflexão de que a igualdade pode estar no desigual, possibilitando

a paulatina tolerância às diferenças...; as subjetividades permanecem, embora ainda não analisadas pelos estudos do turismo. O caminho, reitero, é de mão dupla. Em um futuro breve perceberemos mais nitidamente a transformação que o turismo permite no mundo, não só pelo viés do capital, mas todos os vários outros, também.

É importante, entretanto, ressaltar que a “cultura da descartabilidade”, em que o consumo é cada vez mais considerado como uma forma de divertimento, uma forma de lazer, pode atribuir ao consumo de culturas pelo turismo um caminho sem volta. Conforme Harvey demonstrou, a lógica capitalista pode terminar por aniquilar aquilo que ela própria originou. A comercialização da cultura, devido à sua crescente comercialização e a consequente diminuição do que o autor denomina os “marcos de distinção”, pode contribuir para alguma forma de superficialidade das culturas, mais relacionadas a imagens que a valores. Essa é uma possibilidade, não uma constatação ou um argumento.

Considerando um cenário em que essa possibilidade torne-se real: Até quando o discurso de *marketing* de empresas, governos, ONGs e comunidades conseguirão incutir nas pessoas o imaginário da diferença que ainda seja minimamente pertinente à realidade, e não somente uma encenação? Será que a crescente demanda pelo “real” implicará (como no caso da tribo africana que inclui em pacotes turísticos a circuncisão de meninos) a busca pelo bizarro, gerando encenação e “vulgarização” da cultura? Teria o turismo muito tempo e espaço de expansão e perpetuação nesse cenário hipotético, ou estaria fadado a ser substituído por outra “bola da vez” do capitalismo, tornando-se somente “moda” que dure, digamos, 50, 100 anos?

Impossível prever o futuro. Esse exercício de reflexão é necessário, entretanto, para que sejam analisadas as bases em que o turismo se apóia, hoje, para tornar a própria atividade sustentável a longo prazo, até mesmo em sua dimensão econômica. *Se* as culturas diminuíssem um pouco o ímpeto de construir rapidamente uma imagem como “marca”, que é o caminho mais rápido para a criação de estereótipos, e conseguissem manter-se fiéis a si mesmos, é provável que o cenário futuro seja bem diverso deste aqui imaginado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Harvey (1996, p 263) assinala que a “inclinação pós-moderna de acumular toda espécie de referências a estilos passados é uma de suas características mais presentes”; ela seria causada por “essa insegurança quanto ao futuro, bem como quanto a um passado cada vez mais distante”, que motiva a atual necessidade de resgate das raízes, da história e da identidade local. Dessa forma, o “compromisso” da pós-modernidade “com a indeterminação, a abertura e a multiplicidade”, a que Connor (2000) se referiu, aliado ao fim da história universal e hegemônica propiciaram, assim, o desenvolvimento de uma “indústria do patrimônio (*heritage*)”, que teria se iniciado nos anos setenta, dando uma “virada populista à comercialização da história e de formas culturais”, visto que, na versão local, passam a ser legitimadas (Harvey, 1996).

Nesse sentido, Harvey cita Hewison (1987), para quem “o pós-modernismo [termo único e abrangente que o autor utiliza para todos os significados de pós-modernidade] e a indústria da herança estão ligados”. A história se tornaria, conforme Harvey (2001, p 64) aponta, “uma criação contemporânea, (...) uma re-representação de costumes”. Essa “re-representação” está intimamente relacionada à forma com que práticas culturais têm sido formatadas, encenadas e consumidas no turismo (assunto abordado no capítulo II).

Como se pôde perceber ao longo do trabalho, os temas priorizados para a análise da pós-modernidade, tanto no nível macro quanto no turismo, não estão isolados uns dos outros. Eles se cruzam e se recombinaem no amplo contexto que norteia os pensamentos, as idéias e as ações da sociedade: o paradigma pós-moderno. Restringindo os temas ao turismo, temos alguns exemplos dessas relações. A constatação de que as teorias do turismo estão atreladas e restritas aos objetivos do turismo-indústria reflete-se na noção superficial e mercadológica dos estudos sobre a sustentabilidade do turismo, cujos argumentos e pesquisas se alinham com as categorias turísticas criadas com o objetivo mercadológico.

Da mesma forma, o discurso sobre a cultura como promotora de democracia e inclusão social, pelo turismo, se reflete na reivindicação da dimensão política para o seu conceito de sustentabilidade, bem como na idéia do turismo participativo como uma “forma” de turismo sustentável. Poderíamos refletir sobre outras possíveis correlações entre os temas

abordados ao longo do trabalho; entretanto, o objetivo principal foi identificar e analisar os conceitos basilares da teoria pós-moderna no turismo.

Conforme demonstrado, os três temas trabalhados são elementos fundamentais nas teorias e nos discursos que direcionam os passos do turismo nos dias de hoje. Acreditamos ter demonstrado claramente que não houve pretensão de atacar ou defender a teoria da pós-modernidade: houve momentos em que os argumentos suscitados alinharam-se a essa teoria (ou melhor, a uma de suas correntes), e em outros, divergiram por completo da teoria pós-moderna. Pretendemos, dessa forma, demonstrar que, independentemente de merecer aplausos ou críticas, o turismo da atualidade se baseia nas características que moldam a sociedade pós-moderna.

Apesar do tom crítico à direção que os estudos do turismo têm dado – em aspectos como a metodologia priorizada, a associação de seus objetivos aos do mercado, a rasa percepção do conceito de sustentabilidade, ou a possível ingenuidade de os estudos acatarem discursos sobre o potencial de melhoria de vida por meio da comercialização de culturas – não concluo este trabalho com visão pessimista, e sim, cautelosa. O pessimista perceberia um desvirtuamento do turismo pelo capitalismo, que por sua vez desvirtuaria culturas; ou consideraria a crise paradigmática atual e a complexidade inerente do turismo como empecilhos à sua legitimação acadêmica.

Entretanto, as visões deterministas, como defendido pela teoria pós-moderna, não mais têm espaço nas discussões teóricas, e conforme a Professora Deis Siqueira constantemente nos lembra: a via sempre é de mão dupla. O turismo também tem seu quinhão de contribuição para a caracterização da sociedade atual, embora essa influência seja em menor proporção que a influência do sentido contrário, da sociedade no turismo.

Assim, apesar de a conjuntura em que o turismo surgiu e se propagou ser de instabilidade epistemológica e visão científica fragmentada, de predomínio dos interesses do capitalismo e de políticas neoliberais (que possibilitaram a ressignificação do conceito de cultura), vemos que o potencial do turismo percebido pela corrente otimista tem razão de ser. O turismo pode exercer influência na caracterização da sociedade atual – embora essa influência seja em menor proporção que a do sentido contrário, da sociedade no turismo. Assim, visto que o momento atual é de transição paradigmática, o turismo evolui e acompanha as mudanças que paulatinamente ocorrem na sociedade, sofrendo, por um lado, as influências externas. Por outro lado, enquanto ele se modifica, exerce seu poder de influência na conjuntura em que se insere – ora retardando, ora acelerando as mudanças em curso.

Para exemplificação desse argumento, partirei para outro argumento: similarmente ao reducionismo economicista, a perspectiva marxista também é dualista e limitada para analisar a complexa sociedade. A dicotomia “patrão *versus* operário”, ou “países imperialistas *versus* países em desenvolvimento”, apesar de corresponder a uma perspectiva real, não pode resumir a forma de ver o mundo. O sistema capitalista, ao fazer uso de outros domínios a seu favor, termina por também tornar-se instrumento. O capitalismo cataliza as discussões, determina diretrizes e molda a sociedade, em que o *ter* se sobrepõe ao *ser*. A meu ver, entretanto, esse juízo de valor está sendo paulatinamente alterado, conforme discussões mais recentes sobre ética, valores subjetivos, justiça social, etc. Assim, apesar de outros sistemas e domínios terem menor poder e atenção na conjuntura da sociedade, comparativamente ao capitalismo, eles têm ampliado o espaço que ocupam e o seu poder de influência – mesmo que o façam mediadas pela lógica capitalista, e *em função* dela.

Assim, a cultura, o meio ambiente, a ética, a democracia, a liberdade, e o equilíbrio social (preteridos pela modernidade dado seu caráter subjetivo), pouco a pouco desvinculam-se do capitalismo, que paulatinamente deixará de atuar como eixo central dos sistemas. A meu ver, as mudanças que ocorrem neste momento de transição paradigmática harmonizam as forças entre os domínios, que sempre influenciaram-se mutuamente, apesar do desequilíbrio que há entre elas.

Apesar de o capitalismo ainda predominar e determinar os rumos, outros desdobramentos dessa jornada ocorrem ao longo do caminho, gerando novas possibilidades. Assim, retomamos o primeiro argumento: sim, o turismo tem se consolidado em bases pouco confiáveis, elas próprias em declínio. Todavia, as mudanças da pós-modernidade influenciam e aceleram as mudanças que ocorrem no turismo e nas outras áreas “subjetivas”, que por sua vez devolvem ao ambiente novas possibilidades de modificações.

A porosidade das fronteiras geopolíticas, por exemplo, causada pela globalização do capital, possibilitou desdobramentos outros, como: a velocidade do fluxo de conhecimento, que possibilita por sua vez a legitimação de outros saberes e outras culturas; o maior fluxo de pessoas, que por sua vez permite a quebra de padrões institucionalizados de segregação (trabalhistas, migratórios, culturais), além de ter proporcionado o próprio surgimento do turismo. Além disso, possibilitou questionamento da ciência moderna e seu pensamento dualista/determinista, tendo em vista a crescente percepção do caos como fator integrante, que não necessita ser rejeitado. Ainda, permitiu a junção entre a alta cultura e a cultura popular, nitidamente relacionadas às classes sociais, talvez um primeiro passo para a real aproximação entre elas.

Um último exemplo, no âmbito do turismo: a proliferação de páginas da internet que reinventam, com as ferramentas da tecnologia da informação, as formas de se viajar e receber/ser recebido. São serviços gratuitos para hospedagem em residências dos indivíduos membros de determinado grupo virtual, ou de transporte de pessoas entre cidades ou países (quando não há impedimentos naturais como os oceanos). O propósito desses grupos é simplesmente promover a integração social e interagir com indivíduos de culturas diferentes da sua própria; o “custo” para o visitante é que retribua, virtualmente, o mesmo serviço para outro membro conhecer seu local de origem. Os sítios eletrônicos congregam oferta/demanda de hospedagens e caronas; o mérito do último ultrapassa a simples redução/eliminação de custos para os indivíduos e a possibilidade de ampliar a rede de amigos; reduz, também, os impactos ao meio ambiente.

Essa crescente e significativa rede de grupos cria maneira própria de fazer turismo, fora dos atuais moldes estabelecidos; é um fenômeno não circunscrito aos limites da “indústria” turística, que merece atenção de seus estudiosos. Pois esse e outros fenômenos similares reinventam o turismo que, modificado, altera a conjuntura social. Seria possível prosseguir sobre desdobramentos outros que o turismo, fruto de contexto marcado pelo capitalismo, nele repercute, influenciando as mudanças já em curso. Retomamos o ponto de partida: embora as intenções iniciais do capitalismo atenham-se ao lucro, não há controle sobre a infinidade de possibilidades decorrentes de uma direção seguida.

Apesar das críticas deferidas ao turismo, apontadas acima, defendo que o turismo, como um dos símbolos dos tempos atuais de transição paradigmática rumo à pós-modernidade, pode e deve inserir-se ativamente a favor dos novos rumos: mais justos, éticos, sustentáveis e integrados. Para isso, é necessário que se promova contínua reflexão sobre as bases em que consolida seus passos, como este trabalho buscou. Atualmente, o turismo se expande a virtualmente todos os cantos do planeta e por isso, cada vez mais, contribui para a caracterização do contexto em que se insere; assim, o momento hoje constitui base para os próximos passos do turismo que serão efetuados. Considerando que esse momento de expansão é também de transição paradigmática, a necessidade de reflexão se torna ainda mais importante:

Parece que a atualidade sugere um movimento que se caracteriza pelo grande desafio de superar as dicotomias entre razão e paixão, entre objetivo e subjetivo, em um processo de aproximação da ciência, da arte, da tradição, da filosofia, numa direção unificadora das chamadas ciências naturais e sociais e de construção de uma postura ética, que integre ciência e existência humana. (Siqueira, 2005, p. 112).

Defendemos, portanto, que o turismo tem potencial, sim, de contribuir para a celebração das diferenças, para a inclusão social, para a preservação do meio ambiente e para a diminuição da pobreza, como alardeado por alguns estudiosos. Entretanto, esse potencial não está sendo realizado devido aos caminhos que o turismo tem percorrido, a partir de sua vertiginosa expansão na década de cinquenta.

Não foram propostos nenhum tipo de solução pronta para os desafios identificados; considero que a reflexão sobre eles constitui primeiro passo para solucioná-los; dessa forma, espero que este trabalho possa contribuir para essa finalidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Teria a análise conjuntural, elaborada ao longo da dissertação, contribuído para desconstruir alguns discursos que envolvem o turismo, expondo-o como um mercado do supérfluo, que vende ilusões de prestígio aos turistas e de inclusão social aos habitantes do destino turístico? Teria mostrado que o turismo, na verdade, contribui para manter os grupos de elite no poder e, portanto, para aumentar o já dilatado fosso que separa os grupos de elite dos grupos marginalizados? Qual seria, nesse cenário, o papel do turismo na sociedade? Teria o turismo alguma função social, ou seria tão-somente uma artifice do capitalismo para uma nova fase de expansão de novos produtos e mercados? Pode o turismo, afinal, contribuir para os objetivos de desenvolvimento econômico, ponderados o equilíbrio social e ambiental, tal como o conceito de sustentabilidade promove? Há possibilidade de sua produção acadêmica desvincular-se de tão-somente oferecer subsídios à “indústria” turística, adquirindo maior autonomia e legitimidade em tempos de crise do paradigma científico?

Este trabalho não teve a pretensão de atacar, tampouco venerar o turismo como um todo; mas de demonstrar por que (e para quem) foram construídos alguns dos discursos que o envolvem, através da análise da teoria pós-moderna sobre a atual sociedade, delineando suas características. Dessa forma, percebe-se que não há verdade absoluta quando se promove o turismo como deturpador de culturas, tampouco como instrumento de inclusão social e celebração à diversidade cultural; não há respostas únicas para essas questões. Por outro lado, foram apontados que alguns dos debates que aparentemente beneficiam determinados segmentos da sociedade, foram criados por (e para) outros segmentos que detêm controle político da economia e influenciam nos rumos que a sociedade tem percorrido. Isso explica parcialmente como o turismo se tornou o carro-chefe do setor de serviços, dado o amplo espectro de produtos que engloba, além de seu vasto alcance geográfico.

A variedade de serviços atualmente interessantes ofertados pelo turismo, do ponto de vista da economia, é por sua vez explicada pelo contexto historicamente delineado, segundo a teoria da pós-modernidade. A acelerada criação de necessidades gerou a imaterialidade dos produtos, dada a descartabilidade dos produtos materiais. Nesse sentido é que a imagem, o saber, a cultura (o tipo de saber resgatado e reposicionado pela sociedade pós-moderna) tornaram-se altamente valorizados pela sociedade, transformados em produtos para consumo nessa sociedade capitalista – processo em que o turismo surge como catalisador de imagens,

conhecimentos emergentes (i.e. manifestações culturais) e experiências alternativas à repetição do dia-a-dia.

A teoria pós-moderna permite, assim, compreender a forma com que o “atraso” das sociedades anteriormente marginalizadas pelo progresso industrial da modernidade tornou-se atualmente instrumento de apelo atrativo potenciais turistas, os quais buscam alternativas ao acelerado estilo de vida “moderno” das grandes cidades. Eis o porquê de as sociedades anteriormente marginalizadas terem adquirido valorização (como produtos, frise-se) pela sociedade, seja sob a perspectiva histórica, cultural ou ambiental: representam o oposto ao grandioso e homogêneo patrimônio legado pela era da modernidade.

Essa teoria explica ainda o porquê de a ciência estar sendo questionada pela atual sociedade, visto ter sido anteriormente considerada única fonte legítima de conhecimento e reconhecimento, durante a modernidade. Nesse aspecto, o turismo emerge em período de grandes mudanças e incertezas, do ponto de vista acadêmico, que possibilita grandes desafios mas, por outro lado, infinitas possibilidades para que se consolide de forma a adequar-se às novas demandas da sociedade – muito embora foi demonstrado que, apesar de alguns focos de resistência, não é isso o que tem ocorrido em sua produção acadêmica.

BIBLIOGRAFIA

AMARILHA, C. M. A pós-modernidade: **Paradigmas e fronteiras em breves considerações**. Disponível em: <http://64.233.179.104/scholar?hl=pt-BR&lr=&q=cache:iQ8r3b2uGh4J:www.magnomieres.hpg.ig.com.br/downloads/pos_modernidade.pdf+EPISTEMOLOGIA+P%C3%93S-MODERNA,+TEXTO+E+CONHECIMENTO:+A+VIS%C3%83O+DE+UM+CIRO+FLAMARION+CARDOSO> Acesso em 30 jul. 2008.

ASHLEY, C; ROE, D; GOODWIN, H. *Pro-Poor Tourism Strategies: Making Tourism Work for the Poor, A review of experience*. Overseas Development Institute, London, The International Institute for Environmental Development, London, and Centre for Responsible, in <www.propoortourism.org.uk>, 2001.

ASHLEY, C. How Can Governments Boost the Local Economic Impacts of Tourism? Londres: SNV and ODI, 2006.

AYIKORU, M.; TRIBE, J.; AIREY, D. *Reading Tourism Education: Neoliberalism Unveiled – Annals of Tourism Research*. Vol. 36. n. 2. Grã Bretanha, 2009, 191-221 pp.

BECKER, B. *Sustainability Assessment: A Review of Values, Concepts, and Methodological Approaches*, Issues in Agriculture 10, CGIAR, The World Bank, Washington, 1997.

BENDELL, J.; FONT, X. *Which Tourism Rules? Green Standards and GATS*, Annals of Tourism Research, Vol. 31, No. 1, UK, 2004, 139–156 pp.

Brasil. Ministério do Turismo. **Segmentação do Turismo, Marcos Conceituais**. Brasília, DF, 2006.

_____. **Turismo Cultural: Orientações Básicas**, 2ª ed., Brasília, 2008.

BURKE, P. *Modernidade, cultura e estilos de vida* In: Bueno M. L. e Lima Camargo L.O (orgs), *Cultura e Consumo – Estilos de Vida na Contemporaneidade*, São Paulo: Senac, 2008.

BURTON. *The Sustainability of Ecotourism in Tourism and Sustainability – Principles to Practice*, edited by M. J. Stabler, CAB International, 1997.

CARVALHO, A. Piva. *Imagino que vamos viajar – a construção simbólica do turismo por imagens e imaginários*, IN: Seabra, G. (org) - *Turismo de Base Local – Identidade Cultural e Desenvolvimento Regional*, Paraíba: Universitária, 2007.

CHOI, H.; SIRAKAYA, E. *Sustainability indicators for managing community tourism*, Tourism Management, Vol. 27, Issue 6, 2006, 1274-1289 pp.

CONNOR S., *Cultura Pós-Moderna: Introdução às Teorias do Contemporâneo*, São Paulo, 4ª edição, Edições Loyola, 2000.

COOPE, J., *The Ecological Blind Spot in Postmodernism*, New Formations, Vol. 64, n. 1, 2008, pp. 78-89.

DEWAR, K. *Cultural tourism*, Routledge, London, in Cauthe Conference proceedings from 1993 to 2002, Ten Years of Tourism Research, 2000.

FREY K. A dimensão político-democrática nas teorias de desenvolvimento sustentável e suas implicações para a gestão local - *Ambiente & Sociedade*, Ano IV, Nº 9, 2º sem., 2001.

FONT, X. *Environmental certification in tourism and hospitality: progress, process and prospects*, *Tourism Management* 23, 2002, 197–205 pp.

FONT, X; HARRIS C. *Rethinking Standards from Green to Sustainable*, *Annals of Tourism Research*, Vol. 31, Nº. 4, 2004, 986–1007 pp.

GARROD, B.; FYALL, A. *Beyond the Rhetoric of Sustainable Tourism?* *Tourism Management*. Vol. 19, N. 3, 1998, 199-212 pp.

GARTNER, W. *Image and Sustainable Tourism Systems in Tourism, Development and Growth: The Challenge of Sustainability*, Wahab S. e Pigram J., 1997.

GIDDENS A., *As Conseqüências da Modernidade*, 2ª edição, Ed. UNESP, São Paulo, 1991.

HARISSON, D., *Tourism and the Less Developed World: Issues and Case Studies*, CABI. UK, 2001.

HARVEY, D., *Condição Pós-Moderna – Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural – 6ª ed.*, Edições Loyola, São Paulo, 1996.

HARVEY D., Capítulo 8: A arte da renda: a globalização e transformação da cultura em commodities, In: *A Produção Capitalista do Espaço*, São Paulo, Ed. Annablume: 2001.

HAWKINS D. e MANN S., *The World Bank's Role in Tourism Development*, *Annals of Tourism Research*, Vol. 34, No. 2, 2007, pp. 348–363.

HIGGINS-DESBIOLLES F., *More than an ‘industry’’: The forgotten power of tourism as a social force*, *Tourism Management*, Vol. 27, 2006, pp. 1192–1208.

HUGHES G., *The cultural construction of sustainable tourism*, *Tourism Management*, Vol. 16, No. 1, 1995, pp. 49-59.

HUNTER C. J., *On the Need to Re-conceptualise Sustainable Tourism Development*, *Journal of Sustainable Tourism*, Vol 3, Issue 3, 1997, pp. 155-65.

KILKSBERG B., *Capital Social e Cultura: as Chaves Esquecidas do Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, Programa de Promoção da Reforma Educativa na América Latina e Caribe (PREAL), 2002.

LE MOIGNE, J., *Inteligência da Complexidade*, *Revista de Ciências da Educação*, n.º 4, 2007

LIMA AUGUSTO A., LAMBERTUCCI H, SANTANA L.C., *Busca da Identidade Epistemológica da Educação Ambiental: A Contribuição do Pensamento Complexo de Edgar Morin*, Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental , Vol 16, 2006.

LOMBARDI C., *Pós-Modernidade, Globalização e Educação in Globalização, Pós-Modernidade e Educação: história, filosofia e temas transversais*, Ed. Autores Associados, 2003.

MCCOOL S., MOISEY R. E NICKERSON N., *What Should Tourism Sustain? The Disconnect with Industry Perceptions of Useful Indicators*, Journal of Travel Research, Vol 40; 124, 2001.

MOESCH M., *A Produção do Saber Turístico*, 2ª edição, São Paulo, Ed Contexto, 2002.

MOLINA, S. – *O Pós- Turismo*, São Paulo, Ed. Aleph, 2003.

MORIN, E. 2003 – *Ciência com Consciência*, 7ª edição, Rio de Janeiro, Ed. Bertrand Brasil.

MUELLER C., *O Pensamento Econômico e o Meio Ambiente: Bases para uma Avaliação das Principais Correntes da Economia Ambiental*, ISPN, Brasília, Documento de Trabalho Nº 35, 1994.

NONATA F., *Paradigmas do conhecimento: do moderno ao ecológico*, Diálogo Educ., Curitiba, v. 7, n. 22, set./dez. 2007, p. 259-275.

O'REILLY C., *From Drifter to Gap Year Tourist-Mainstreaming Backpacker Travel*, Annals of Tourism Research, Vol. 33, No. 4, 2006.

PANOSSO NETTO A., *Filosofia do Turismo: Teoria e Epistemologia*, São Paulo, Ed. Aleph, 2005.

PNUMA - <<http://www.unep.fr/scp/tourism/topics/ecotourism/>>, acesso em 18/06/2009.

PNUMA e OMT, 2005 – *Making Tourism More Sustainable: A Guide for Policy Makers*, <<http://www.unep.fr/scp/publications/details.asp?id=DTI/0592/PA>>, acesso em 22/6/2008.

POON, A., *Tourism, Technology and Competitive Strategies*, Wallingford, CAB International, 1993.

RAMIRO R., *A Inserção do Meio Ambiente na Análise Econômica* - Departamento de Economia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília – UnB, 2003.

RICHARDS, G. – *Introduction*, In: *Global Trends in Cultural Tourism – Global and Local Perspectives*, Richards G (org), Haworth Hospitality Press, London , 2007

RODRIGUES A. - *Território, patrimônio e turismo com base local – uma relação inequívoca*, IN: Seabra, G. (org) - *Turismo de Base Local – Identidade Cultural e Desenvolvimento Regional*, Paraíba, Ed. Universitária, 2007.

- RYAN C., *Equity, management, power sharing and sustainability issues of the 'new tourism'*, *Tourism Management* V. 23, 2002, pp. 17–26.
- SAARINEN J., *Traditions of Sustainability in Tourism Studies*, *Annals of Tourism Research* No. 4, 2006, pp. 1121–1140.
- SACHS, I., *Desenvolvimento Includente, Sustentável, Sustentado*, Ed. Garamond, 2004.
- SACHS, I., *Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável*, Ed. Garamond, 2000.
- SANTOS B., *Um Discurso sobre as Ciências*; Edições Afrontamento; Porto; 1988.
- SANTOS B., *Introdução à uma Ciência Pós-Moderna*, 4ª Ed., editora Graal, 1989
- SANTOS B., *Pela Mão de Alice: o Social e o Político na pós-modernidade*, 9ª ed, ed. Cortez, 1995.
- SANTOS F., *A Cultura como Objecto de Controlo Turístico*, 2008: <http://www.cecl.com.pt/workingpapers/content/view/31/1/>, acessado em 18/06/2008.
- SCHEYVENS R., *Backpacker Tourism and Third World Development*, *Annals of Tourism Research*, Vol. 29, No. 1, 2001.
- SIQUEIRA, D., *A História Social do Turismo*, Rio de Janeiro, Ed. Garamond, 2005.
- SMITH V., *Hosts and Guests: The Anthropology of Tourism*, University of Pennsylvania Press, Pittsburg, 1989.
- TEIXEIRA C. e RIBEIRO T., *A Produção do Conhecimento Científico no Turismo*, *Revista de Turismo*, Vol 1, N. 1, PUC Minas, dez. 2005.
- TEPELUS C. e CÓRDOBA R., *Recognition schemes in tourism - from 'eco' to 'sustainability'?*, *Journal of Cleaner Production*, v.13, pp. 135–140, 2005.
- TRIFONAS P, *On Knowledge, Science and Epistemological PostModernity*, *Journal of Curriculum Theorizing*, 2006.
- TRIGO L., *A Sociedade Pós-Industrial e o Profissional em Turismo*, 5ª edicao, Papirus Editora, 2001.
- TOSUN C., 2000 - *Limits to community participation in the tourism development process in developing countries*, *Tourism Managemen* , Vol 21 pp 613-633, 2000.
- TRIBE J., *The Indiscipline of Tourism*, Grã Bretanha, *Annals of Tourism Research*, Vol. 24, N. 3, 1997, pp. 638-657.
- _____, *The Truth About Tourism* - *Annals of Tourism Research*, Vol. 33, No. 2, Elsevier, 2006, , pp. 360–381.

URIELY N. - *Theories of modern and postmodern tourism*, Annals of Tourism Research, Vol. 24, N. 4, Páginas 982-985, Outubro 1997.

URIELY N., YONAY Y., SIMCHAI D. *Backpacking Experiences, A Type and Form Analysis*, Annals of Tourism Research, Vol. 29, No. 2, Elsevier, 2002

ZURICK D., *Adventure Travel and Sustainable Tourism in the Peripheral Economy of Nepal*, Annals of the Association of American Geographers, V. 82 n.4, 1992, pp. 608-628.

SALAH WAHAB e PIGRAM J., *Tourism, Development and Growth: The Challenge of Sustainability*, Routledge, Nova York, 2007.

URRY J. - *Tourism, Travel and the Modern Subject in Tourism – Critical Concepts in the Social Sciences*, edited by Stephen Williams, Routledge, 2004.

YÚDICE G., *A Conveniência da Cultura – Usos da Cultura na Era Global*, Ed. UFMG, 2006.

ZUKIN S., *Landscapes of Power: From Detroit to Disney World*, Los Angeles, University of California Press, 1991.